


UNESP  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - FCT  
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

**A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E AS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES  
DE TRABALHO NO CAMPO:  
OS TRABALHADORES VOLANTES NO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS - SP**

**João de Souza Lima**

*Orientadora:* **Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol**

Dissertação elaborada junto ao Curso de Pós-graduação em Geografia – Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental, para obtenção de Título de Mestre em Geografia.

Presidente Prudente  
2004

*À Rosi, pela companhia e apoio constante  
e ao João Paulo, a razão maior  
do nosso dia-a-dia*

## AGRADECIMENTOS

À Profª Drª Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol pela maneira como orientou a realização desse trabalho, sempre pautando-se pela franqueza, paciência, prontidão e eficiência em nos socorrer nos momentos em que nos deparávamos com obstáculos que exigiam o seu auxílio. Sempre percebemos que a orientação nos foi passada de uma forma que nos estimulava a seguir em frente.

À equipe de professores do Curso de Pós-graduação em Geografia que, com estilos diferentes, conseguiu fazer com que pudéssemos avançar muito no campo da produção científica, a qual era um horizonte quase que desconhecido por nós até então.

Somos grato às valiosíssimas contribuições da Banca Examinadora do Relatório de Qualificação, constituída pelo Prof. Dr. Antônio Thomaz Júnior e o Prof. Dr. José Gilberto de Souza, cujas observações foram de suma importância para a seqüência desse trabalho.

Não podemos esquecer do atendimento dispensado pelos funcionários da Seção de Pós-graduação em Geografia que sempre estiveram aptos a nos atender em nossas reivindicações. Citamos também os demais funcionários do campus da UNESP, desde o pessoal do xerox até os bibliotecários que sempre nos atenderam com prontidão.

Em Fernandópolis, nosso agradecimento aos funcionários da Diretoria Regional Agrícola, do Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados, do Sindicato dos Produtores Rurais e da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

Destacamos também o pronto atendimento proporcionado pelos produtores rurais por nós entrevistados, os quais sempre estiveram dispostos a nos receber.

Um agradecimento especial aos trabalhadores volantes que nos atenderam sempre com muita simplicidade e, cada um à sua maneira, representou grande contribuição para a produção desse trabalho.

Aos amigos Marcos Bonassi (companheiro de estrada e batalhador) e Ignês; Rinaldo (a quem pedíamos socorro nos momentos que exigiam um conhecimento mais aprofundado de informática) e Eunice que sempre estimularam.

Ao amigo César (contador de “piadas” durante as viagens para o curso das disciplinas e incentivador para a nossa inscrição no processo de seleção em 2000) e Patrícia.

Aos meus pais Josefino e Arlinda que viveram e ainda vivem a dura realidade de pequenos produtores agrícolas e nos passaram estímulo constante para a realização desse trabalho.

Aos meus irmãos José, Anália, Cleuza, Maria, Getúlio e Jânio, aos cunhados João, Marcos, Marco Antônio, Sônia, Verônica, Evanilde e Rosi e aos sobrinhos Vinícius, Mariani, Jéssica, Rafaela e Daniel, pelo incentivo.

À Zezé e ao Milton que, além do apoio, muito contribuíram quando hospedaram o neto (João Paulo) nos momentos em que a Rosi e eu, por motivos profissionais, necessitamos da sua ajuda.

**SUMÁRIO**

ÍNDICE.....	VI
ÍNDICE DE TABELAS .....	IX
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XI
LISTA DE SIGLAS .....	XII
RESUMO .....	XIII
ABSTRACT.....	XIV
INTRODUÇÃO .....	01
I. O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS E AS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	07
II. OS REARRANJOS PROVOCADOS PELA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E AS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS.....	26
III. O EMPREGO DE MÃO-DE-OBRA VOLANTE NO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS.....	60
IV. A EXPANSÃO DA MECANIZAÇÃO DA COLHEITA DA CAN E A EXCLUSÃO DE TRABALHADORES EM FERNANDÓPOLIS.....	90
V. A PRECARIIDADE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES VOLANTES DE FERNANDÓPOLIS.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	154
ANEXO – I .....	159
ANEXO – II .....	164

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
 <b>CAPÍTULO 1. O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS E AS RELAÇÕES DE TRABALHO .....</b>	<b>08</b>
1. 1. O processo de formação socioeconômica do Município de Fernandópolis.....	10
1. 2. As primeiras lavouras cultivadas.....	14
1. 2. 1. A ascensão e decadência da lavoura cafeeira.....	15
1. 2. 2. O cultivo do algodão.....	20
1. 3. As relações sociais de trabalho e de produção na agricultura nas primeiras décadas da ocupação do Município de Fernandópolis.....	21
 <b>CAPÍTULO 2. OS REARRANJOS PROVOCADOS PELA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E AS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO FERNANDÓPOLIS.....</b>	<b>27</b>
2. 1. A concentração fundiária.....	28
2. 2. A decadência do pequeno arrendatário e do parceiro.....	36
2. 3. A expansão da administração por parte do proprietário.....	43
2. 4. A decadência das lavouras tradicionais.....	43
2. 5. A tecnificação do cultivo.....	46
2. 5. 1. O uso de tratores e implementos.....	49
2. 5. 2. O emprego de fertilizantes químicos.....	52
2. 6. A redução do pessoal ocupado na agricultura.....	54
 <b>CAPÍTULO 3. O EMPREGO DE MÃO-DE-OBRA VOLANTE NO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS .....</b>	<b>60</b>
3. 1. A caracterização do trabalhador volante.....	62
3. 2. A origem do trabalho volante.....	64
3. 2. 1. O Estatuto do Trabalhador Rural e a expansão do trabalhador volante.....	65

3. 2. 2. A capitalização da agricultura e a proletarização do trabalhador rural.....	70
3. 3. A origem dos trabalhadores volantes de Fernandópolis.....	75
3. 4. A faixa etária dos trabalhadores.....	76
3. 5. A participação do trabalho feminino.....	77
3. 6. As condições de trabalho.....	78
3. 7. A oferta de trabalho na região.....	80
3. 8. O trabalho volante na safra de laranja.....	83

#### **CAPÍTULO 4. A EXPANSÃO DA MECANIZAÇÃO DA COLHEITA DA CANA E A EXCLUSÃO DE TRABALHADORES EM FERNANDÓPOLIS..... 90**

4. 1. A instalação da destilaria Alcoeste S/A no Município de Fernandópolis e a influência do Proálcool.....	90
4. 2. As etapas de cultivo da lavoura canavieira e o emprego de mão-de-obra.....	98
4. 3. O preparo do solo.....	100
4. 4. O plantio.....	102
4. 5. Os tratos culturais.....	103
4. 6. A colheita e a mecanização do corte da cana em Fernandópolis.....	104
4. 7. A expansão da colheita mecanizada e a exclusão de trabalhadores.....	111
4. 8. A remuneração por tarefa e a superexploração da força de trabalho.....	116
4. 9. As condições de trabalho no corte da cana.....	121

#### **CAPÍTULO 5. A PRECARIÉDADE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES VOLANTES DE FERNANDÓPOLIS..... 124**

5. 1. Os salários.....	124
5. 2. As condições de moradia.....	127
5. 3. O grau de instrução escolar.....	133
5. 4. O cotidiano fora do trabalho.....	135
5. 5. As perspectivas quanto ao futuro.....	136

5. 6. Os trabalhadores volantes do Município de Fernandópolis e a questão sindical.....	138
6. 1. A identidade de classe.....	138
6. 2. Os trabalhadores volantes e o movimento sindical em Fernandópolis.....	140
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>150</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>154</b>
<b>ANEXO I (Roteiros de entrevista).....</b>	<b>159</b>
<b>ANEXO II (Questionário aplicado junto aos trabalhadores volantes).....</b>	<b>164</b>



## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01 – Área cultivada, produção e produtividade do café no Município de Fernandópolis e no Estado de São Paulo – 1960 a 1996.....	19
Tabela 02 – Malha fundiária no Município de Fernandópolis - SP: distribuição dos estabelecimentos agropecuários por estrato de área - 1970 a 1996.....	30
Tabela 03 – Malha fundiária no Município de Fernandópolis – SP: número de estabelecimentos agropecuários - 1970 – 1996 .....	30
Tabela 04 - Condição do produtor em número e área (ha) dos estabelecimentos agropecuários no Município de Fernandópolis – SP – 1970 a 1995/96.....	37
Tabela 05 - Principais lavouras em área cultivada (ha) na agricultura do Município de Fernandópolis – SP – 1970 a 2001.....	44
Tabela 06 – Valor da produção, segundo as culturas no Município de Fernandópolis – SP – 2001.....	46
Tabela 07 – Área dos estabelecimentos e de lavoura por tratores no Município de Fernandópolis e no Estado de São Paulo – 1970 a 1996.....	49
Tabela 08 – Número de tratores no Município de Fernandópolis, segundo as faixas de potência – 1970 a 1996.....	50
Tabela 09 – Número e porcentagem de estabelecimentos agropecuários com uso de adubo químico e calcário no Município de Fernandópolis – SP - 1970 a 1995/96.....	52
Tabela 10 – Pessoal ocupado por categoria na agropecuária de Fernandópolis – SP – 1970 a 1996 52.....	54
Tabela 11 – Empregados temporários utilizados por mês nos estabelecimentos agropecuários do Município de Fernandópolis – SP - 1980 a 1996.....	59
Tabela 12 – Condição predominante entre os trabalhadores volantes do Município de Fernandópolis – SP, quando residiram no campo.....	71
Tabela 13 – Número médio de trabalhadores volantes ocupados na agropecuária do Estado de São Paulo - 1971 a 1996 (em 1.000 trabalhadores).....	73
Tabela 14 – Faixa etária dos trabalhadores volantes de Fernandópolis – SP.....	76
Tabela 15 – Ocupação dos trabalhadores volantes, no Município de Fernandópolis no período de realização do trabalho de campo.....	78

Tabela 16 – Período de desemprego dos trabalhadores volantes em Fernandópolis - SP..... 81

Tabela 17 – Salários recebidos pelos trabalhadores volantes entrevistados em Fernandópolis – SP..... 125

Tabela 18 – Salários recebidos pelas famílias dos trabalhadores volantes entrevistados em Fernandópolis – SP..... 126

Tabela 19 – Aparelhos eletro-eletrônicos disponíveis pelos trabalhadores volantes de Fernandópolis – SP..... 130

Tabela 20 – Grau de instrução escolar dos trabalhadores volantes de Fernandópolis – SP..... 133

**ÍNDICE DE FIGURAS**

1 – Figura 01: Mapa - Município de Fernandópolis.....	09
2 – Figura 02: Malha Fundiária do Município de Fernandópolis – SP: distribuição dos estabelecimentos agropecuários por estrato de área (ha) – 1970 – 1995/96 .....	32
3 – Figura 03: Malha Fundiária de Fernandópolis – SP: número de estabelecimentos agropecuários – 1970 – 1995/96.....	33
4 – Figura 04 – Condição do produtor segundo área dos estabelecimentos agropecuários no Município de Fernandópolis – SP – 1970 – 1995/96.....	38
5 – Figura 05 - Condição do produtor segundo número de estabelecimentos agropecuários no Município de Fernandópolis – SP – 1970 – 1995/96.....	39
6 – Figura 06 – Máquinas em galpão de fazenda produtora de cana-de-açúcar..	51
7 – Figura 07 – Cana crua.....	110
8 – Figura 08 – Cana queimada.....	110
9 – Figura 09 – Cortador de cana.....	123
10 – Figura 10 – Horário de almoço de um cortador de cana.....	123
11 – Figura 11 – Residências de trabalhadores volantes na periferia de Fernandópolis.....	132

**LISTA DE SIGLAS**

CAI	- Complexo Agroindustrial
CATI	- Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CENAL	- Comissão Executiva Nacional do álcool
CLT	- Consolidação das Leis do Trabalho
CONTAG	- Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas
DIRA	- Diretoria Regional Agrícola
ETR	- Estatuto do Trabalhador Rural
FAESP	- Federação da Agricultura do Estado de São Paulo
FERAESP	- Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FGTS	- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIBGE	- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ha	- Hectare
IEA	- Instituto de Economia Agrícola
LUPA	- Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo.
ONGs	- Organizações não-Governamentais
PNDA	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROÁLCOOL	- Programa Nacional do Álcool
PROCANA	- Programa de Expansão da Canavicultura para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo
PROOESTE	- Programa de Desenvolvimento do Oeste Paulista
SERF	- Sindicato dos Empregados Assalariados Rurais de Fernandópolis
SNCR	- Sistema Nacional de Crédito Rural
SPRF	- Sindicato dos Produtores Rurais de Fernandópolis
ULTAB	- União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil

## RESUMO

Toma-se como objetivo central deste trabalho entender as transformações pertinentes ao processo de modernização da agricultura e as implicações para as relações de trabalho e produção rural no Município de Fernandópolis, no período de 1970 a 2002. No conjunto das transformações impostas pelo processo de modernização da agricultura brasileira, a partir de 1960, aparece como uma das características mais significativas as alterações nas relações de trabalho e produção. Na agricultura de Fernandópolis, embora a modernização da sua base produtiva não se manifestasse tão intensamente como em outras regiões do Estado de São Paulo, as transformações são evidentes. Com a expansão capitalista na agricultura local em meio à decadência do cultivo de alguns produtos e a ascensão de outros, perderam importância os sistemas de arrendamento e, sobretudo, de colonato e parceria, aumentando a participação do trabalho do proprietário e do assalariado volante residente na periferia da área urbana. A expansão da área cultivada com laranja e, principalmente com a cana-de-açúcar, a partir do início da década de 1980, representou importante alternativa para os trabalhadores volantes. Atualmente, esses trabalhadores vêm sofrendo as consequências dos investimentos na base técnica de produção da agricultura, sobretudo da cana-de-açúcar. A colheita da cana, atividade que emprega grande contingente de mão-de-obra volante, vem passando pelo processo de mecanização do corte, implicando na dispensa de centenas de trabalhadores, agravando ainda mais as suas condições de vida, que já são precárias. É o momento de se repensar alternativas para a mobilização da categoria no sentido de lutar por melhores condições de trabalho e de vida. Nesse aspecto pudemos observar que o desafio a ser enfrentado se refere à redução do distanciamento entre os trabalhadores e a base sindical local, para que o poder de representação da categoria junto à classe patronal possa ser ampliado.

Palavras chave: Modernização da agricultura; capitalização; transformações; trabalho volante.

## ABSTRACT

The central aim of this work is to understand the pertaining transformations of the process of modernization of the agriculture and the meaning for the work's connections and rural production, on Fernandópolis county, from 1970 to 2002. In the set of the transformations forced by the process of Brazilian agricultural modernization, from the early 1960's on, it appears like one of the most expressive characteristics, the changes in the work's connections and production. On Fernandópolis agriculture although the modernizations of its productive basis didn't display in other regions of São Paulo State, the transformations are evidents. With the capitalist expansion on the local agriculture within the decadence of culture of some products and the rise from others, the renting and overcol colonato and partnership lost their importance, increasing the participation of the land owner's work and of the transitory employee who lives on the periphery of the urban area. The expansion of the cultivated orange area an the mostly the sugar cane, at the beginning of the 1980's decade, represented important alternative to the transitory employee's work. Today, these workers are suffering the consequence of the investiments on technical basis of production from the agriculture. The sugar-cane harvest, activity that keeps busy a big contingent of transitory employee 's work, has been passing by the mechanization of court, implicating the dismissing of hundreds of workers, making grow still more their life condition, that are already precarious. This is the moment of think again on alternatives for the mobilization of the class in the sense of fight for better condition of work and life. On this aspect we could notice that the challenge that to be confronted refers to the reduction of the distance between the workers and the local syndical basis, in order to the power of performance of the category annexed to the patronal class can be enlarged.

Key Words: Modernization of agriculture; capitalization; changes; transitory employee's work.

## INTRODUÇÃO

Toma-se como objetivo central deste trabalho entender as transformações pertinentes ao processo de modernização da agricultura e as implicações para as relações de trabalho e produção rural no Município de Fernandópolis, no período de 1970 a 2002, e inserção da mão de obra volante neste contexto.

Para a Geografia, a busca do entendimento da espacialidade do processo de construção da sociedade, onde o espaço geográfico se apresenta, deve ser entendido não como resultante de fatos e abrigos de fenômenos isolados, mas como ordenação territorial resultante de um processo cujos limites ultrapassam a esfera municipal, estadual e nacional (Thomaz Júnior, 2000).

Os fatores de sua construção aparecem, atuam como sujeitos de sua existência e dão sentido para a estrutura territorial identificada. São trabalhadores com suas diferentes formas de organização, encaminhando suas lutas e executando seu trabalho, é o setor patronal também com suas estratégias de dominação e é o Estado com o seu papel de regulamentador dessa teia de relações integrada ao processo de acumulação nacional e internacional.

Dessa forma, através desse trabalho, pretendemos estabelecer possibilidades para a percepção dessa dinâmica territorialmente delimitada no Município de Fernandópolis. Entendemos ser este o seu sentido geográfico.

A partir da década de 1960 a agricultura brasileira passou por significativas transformações na sua base produtiva. Essas alterações resultaram do processo de modernização da agricultura, com o aval e o apoio do Estado, que iria implicar na integração agricultura/indústria, estabelecendo condições para o desenvolvimento do Complexo Agroindustrial (CAI).

Entretanto, o processo de modernização não atingiu de forma homogênea todas as regiões, produtos e categorias de produtores do país. Foi mais intenso no Centro/Sul, privilegiou os médios e grandes produtores e concentrou-se inicialmente nos produtos destinados ao mercado externo e nas matérias-primas para a agroindústria.

Foi fundamental para o processo de modernização da agricultura a participação do Estado com suas políticas de fomento, sobretudo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). No entanto, as iniciativas estatais também conservaram e, mesmo intensificaram, as características que sempre

acompanharam a agricultura brasileira, como o privilégio aos médios e grandes produtores rurais em detrimento dos pequenos, estabelecendo condições para a concentração fundiária.

Mesmo que tenha transcorrido de forma heterogênea, o processo de modernização da agricultura implicou em profundas transformações na sua base produtiva, tendo como um dos seus resultados mais nítidos mudanças nas relações de trabalho e produção no campo. Por um lado, foram reduzidas as relações de colonato, parceria e arrendamento e, por outro, ampliou-se o trabalho assalariado.

Contudo, o trabalho assalariado no setor agrícola não se materializou de forma predominantemente permanente com o trabalhador residindo no campo. Estabeleceram-se condições para a expansão do trabalho assalariado temporário, com a maior parcela da mão-de-obra residente na periferia das áreas urbanas.

No Estado de São Paulo, o processo de modernização da agricultura se manifestou de forma bastante intensa. Entretanto, também se caracterizou de forma desigual, tanto em nível territorial, quanto em relação à categoria de produtores e tipo de produtos. Neste sentido, regiões como a de Campinas, Piracicaba, Araraquara e, sobretudo Ribeirão Preto, foram as que receberam os maiores investimentos. Em outras regiões, como o oeste do estado, as transformações foram mais lentas.

No Município de Fernandópolis, localizado no Noroeste Paulista, o processo de modernização agrícola se manifestou num ritmo bastante lento se comparado às regiões mais desenvolvidas do estado. Isso pode ser atribuído a uma conjuntura de fatores. Em princípio deve-se lembrar que o município faz parte de uma das últimas áreas a ser efetivamente ocupada no Estado de São Paulo, vindo a se constituir numa região com desempenho econômico inferior àquele encontrado em outras regiões do estado, como a de Ribeirão Preto, por exemplo. Contribuiu também a ocupação das unidades produtivas locais, tendo nas pastagens, com a pecuária extensiva, o predomínio em termos de área ocupada. Nesse setor, os investimentos em técnicas modernas de produção foram insignificantes. Em relação aos produtos cultivados sobressaíram, em termos de área cultivada e de valor da produção, até meados da década de 1985, o café, o milho e o algodão. Esses produtos também não foram alvo importante em termos de investimentos em novas técnicas na base produtiva na referida região.



Porém, mesmo que lentamente as transformações na agricultura local ocorreram e reproduziram as características principais da modernização agrícola do país. Dentre elas têm-se a substituição de produtos cultivados, sobretudo café, algodão e arroz, por outros, voltados para a agroindústria, e as transformações nas relações de trabalho e produção.

Em relação às lavouras, observou-se a decadência de produtos que eram cultivados desde o início da ocupação efetiva do Município de Fernandópolis e a ascensão do cultivo de outros, como a laranja, a banana e, principalmente, a cana-de-açúcar. Nas relações de trabalho e produção ocorre o declínio dos sistemas de arrendamento<sup>1</sup> e, sobretudo, de parceria, muito importantes no início da ocupação do município, fortalecendo o trabalho do proprietário e do assalariado, especialmente o trabalhador volante residente na área urbana.

Em nossa pesquisa procuramos observar as alterações estabelecidas pelo processo de modernização da agricultura e suas implicações para as relações de trabalho no campo no Município de Fernandópolis, dando ênfase à inserção do trabalho volante neste contexto.

Salienta-se que esta mão-de-obra, desde a década de 1970, desempenha importante papel na agricultura local, tendo se destacado seu emprego nas lavouras de algodão e de café, especialmente no período de colheita. A partir de meados da década de 1980, muda o foco do emprego desses trabalhadores. Com a decadência dos produtos tradicionais, entre eles o café e o algodão, a mão-de-obra volante passa a ter nas lavouras de laranja e, principalmente na cana-de-açúcar, as maiores ofertas de emprego.

Esses trabalhadores têm como uma de suas características marcantes e comuns à categoria em todo o país, embora com grau de intensidade maior ou menor, dependendo do nível de desenvolvimento econômico da região, a precarização das condições de trabalho e, conseqüentemente de nível socioeconômico.

Em Fernandópolis, a maioria desses trabalhadores está inserida na lavoura canavieira que, por enquanto, emprega grande contingente de trabalhadores,

---

<sup>1</sup> Esclarece-se que em relação ao sistema de arrendamento ocorre a redução do número de estabelecimentos sob essa condição, o que significa o declínio dos pequenos produtores arrendatários. No entanto, a partir da década de 1990 volta a ocorrer a expansão da área cultivada em terras arrendadas, fato relacionado à expansão da lavoura canavieira, ou seja, sob o comando do grande capital.

sobretudo no período da safra, já que o corte ainda é predominantemente manual. No entanto, o corte mecanizado, tendo se iniciado na safra 2001/2002, está em plena expansão. Dessa forma, centenas de trabalhadores vislumbram a possibilidade de serem lançados na fila da concorrência por um posto de trabalho, o que poderá significar, para muitos, no mínimo a ampliação do período de desemprego ao longo do ano.

Nota-se que na relação capital x trabalho, a expansão da capitalização da atividade agrícola estabelece condições para que no campo se fortaleça cada vez mais o controle do processo de trabalho por parte dos empregadores. Nesta perspectiva, uma das estratégias se fundamenta na tecnificação da produção, o que aumentará a intensidade do trabalho, especialmente através de sua mecanização.

Assim, o trabalhador vai, cada vez mais, sendo forçado a se submeter às regras impostas pelo capital, o que o torna vulnerável em relação a sua possibilidade de articulação e mobilização visando à melhores condições de trabalho e de vida. Estabelece-se um “clima”, mesmo que de forma involuntária, de competição por um posto de trabalho, dando condições para que o empregador organize seu grupo de trabalhadores da forma que mais lhe interessar. Em Fernandópolis essas evidências estão bastante visíveis e, no decorrer deste trabalho, tentamos demonstrá-las.

A realização do trabalho envolveu a pesquisa bibliográfica e levantamentos de dados de fonte primária e secundária. Nos levantamentos de fonte primária foram realizadas entrevistas com técnicos da Casa da Agricultura de Fernandópolis, representantes do Sindicato dos Empregados Assalariados Rurais (SERF), Sindicato dos Produtores Rurais de Fernandópolis (SPRF) e produtores de cana-de-açúcar. Foi elaborado e aplicado um questionário junto aos trabalhadores volantes do referido município.

Ao abordarmos a questão do trabalho volante priorizamos o seu emprego nas lavouras de laranja e, sobretudo, de cana-de-açúcar, já que são as que mais utilizam essa mão-de-obra na agricultura local.

Para traçar o perfil do trabalhador volante do Município de Fernandópolis, resolvemos, juntamente com a orientadora da pesquisa, selecionar uma amostra contemplando aproximadamente 10,0% do total de trabalhadores temporários, tendo como base o Censo Agropecuário de 1995/96. Considerando-se que o mês de maior quantidade de trabalhadores registrados era de 931, em março de 1996, foram aplicados 90 questionários. O questionário completo apresentou 115 questões

(anexo 2), as quais estabeleceram condições para demonstrar a realidade vivida por esses trabalhadores no contexto socioeconômico local.

Para aplicarmos o questionário, procuramos, de acordo com informações obtidas junto a alguns empreiteiros, os bairros com maior concentração de trabalhadores. Visando à obtenção do perfil socioeconômico dos trabalhadores volantes do município entendemos que não deveríamos adotar critérios seletivos, como escolher um determinado número por faixa etária, por exemplo. Assim, na medida em que aplicávamos o questionário, começamos a observar que a maioria dos trabalhadores contava com idade avançada. Por ocasião da tabulação dos dados, constatamos que 52,2% dos entrevistados estavam na faixa etária acima de 50 anos.

A aplicação do questionário foi efetuada nas residências dos trabalhadores, normalmente nos finais de semana, já que demandava em média entre 45 minutos e 1 hora de conversa, dependendo da maior ou menor facilidade do entrevistado em elaborar suas respostas. No decorrer da semana, visando preservar os momentos de descanso dos trabalhadores, realizamos poucas entrevistas.

É interessante observar que somente um trabalhador se recusou a responder o questionário. Todos os demais demonstraram boa vontade em nos atender e mais, muitos nos passavam mais informações do que aquelas pré-elaboradas através do questionário. Notamos que, para muitos, a possibilidade de responder às questões soava como uma oportunidade para o desabafo de suas angústias e a demonstração da revolta que carregam em relação à dura realidade vivida por essa categoria de trabalhadores.

Em relação às fontes secundárias o trabalho se fundamentou na coleta, sistematização e análise dos dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), através dos Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1980, 1985 e 1995/96, considerando-se: estrutura fundiária, ocupação das terras, condição do produtor, valor da produção, mão-de-obra empregada e uso de máquinas e insumos.

Embora apresente algumas distorções<sup>2</sup>, atribuídas às alterações na metodologia da coleta de dados - como ocorreu por exemplo com o Censo

---

<sup>2</sup> Podem ocorrer alterações na abrangência da área pesquisada e, como ocorreu em 1995/96, a mudança de referência de data para as devidas informações. O Censo Agropecuário de 1995/96 teve como período de referência para as informações de produção e valores o intervalo de 01 de agosto

Agropecuário de 1995/96, em relação aos anteriores - diante dos objetivos propostos no trabalho, esta fonte de dados proporcionou a análise do ponto de vista temporal, ou seja, considerando-se o período de 1970 a 1995/96. Esses dados foram complementados com as informações da Produção Agrícola Municipal de 2000 e 2001 e do Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo – LUPA de 1997.

Para o recorte temporal foi estabelecido o período compreendido entre o início da década de 1970 e 2003. Contudo, considerando as dificuldades na comparação dos dados de diferentes fontes, tomamos como referência os Censos Agropecuários da FIBGE e, dessa forma, muitas informações estão limitadas entre 1970 e 1995/6, quando se realizou o último levantamento censitário. Entendemos que esse recorte não compromete a essência do trabalho perante os objetivos propostos, já que em relação ao objeto central da pesquisa, ou seja, a inserção da mão-de-obra volante na agricultura local, a pesquisa de campo nos forneceu subsídios para a atualização dos dados necessários ao desenvolvimento do trabalho.

O recorte em 1970 se justifica em primeiro lugar por uma questão de compatibilização dos dados de fonte secundária pertinentes à estrutura agrária do município. Ocorre que na década de 1960 houve o desmembramento de vários distritos que se emanciparam, diminuindo drasticamente a área territorial do Município de Fernandópolis. Assim, a inclusão dos dados do censo de 1960 poderia deturpar a análise das transformações ocorridas.

Em segundo lugar, coloca-se o fato de que as transformações provocadas pela modernização da agricultura brasileira começam a se manifestar com maior intensidade na atividade agrícola local já no final da década de 1970 e início da década de 1980. Portanto, o Censo Agropecuário de 1970 serve como ponto de partida para a observação e análise das transformações que fazem parte do contexto da pesquisa.

A estruturação deste trabalho compreende 5 capítulos. No primeiro abordou-se a fase inicial do processo de ocupação efetiva do Município de Fernandópolis e a estrutura produtiva da agricultura local, incluindo as relações de trabalho no decorrer

---

de 1995 a 31 de Julho de 1996. Os dados sobre propriedade, área, pessoal ocupado, referem-se a 31 de dezembro de 1995. Em relação ao pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, essa data de referência coincide com o período de menor utilização de mão-de-obra na agricultura do Município de Fernandópolis, em função da entressafra da laranja e da cana-de-açúcar.

desse período, isto é, até o final da década de 1970.

No segundo capítulo, procurou-se analisar os rearranjos provocados pelo processo de modernização da agricultura para as relações de trabalho na agricultura local a partir de meados da década de 1980.

No terceiro capítulo, a análise está centrada na caracterização do trabalho volante, a sua expansão através da capitalização da agricultura e materialização dessa relação de trabalho na atividade agrícola local.

No quarto capítulo abordou-se a expansão da lavoura canavieira no Município de Fernandópolis e o emprego da mão-de-obra volante nessa atividade.

O quinto capítulo se refere à análise das condições de vida dos trabalhadores volantes em Fernandópolis e a organização do movimento sindical dos mesmos, enfatizando as dificuldades que o Sindicato dos Empregados Assalariados Rurais de Fernandópolis (SERF) tem encontrado para estabelecer o seu papel de representatividade da categoria junto ao setor patronal.

Conclui o trabalho, além desta introdução, as considerações finais, as referências bibliográficas e os anexos (roteiro das entrevistas realizadas e o questionário aplicado junto aos trabalhadores volantes).

## CAPÍTULO I

### O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

O Município de Fernandópolis localiza-se na porção noroeste do Estado de São Paulo a 555 km da capital paulista. Segundo o IBGE, faz parte da Microrregião Geográfica de Fernandópolis, conforme se observa na Figura 01. A área total do município compreende 591km<sup>2</sup> e sua população, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2000 (FIBGE), era de 61.623 habitantes.

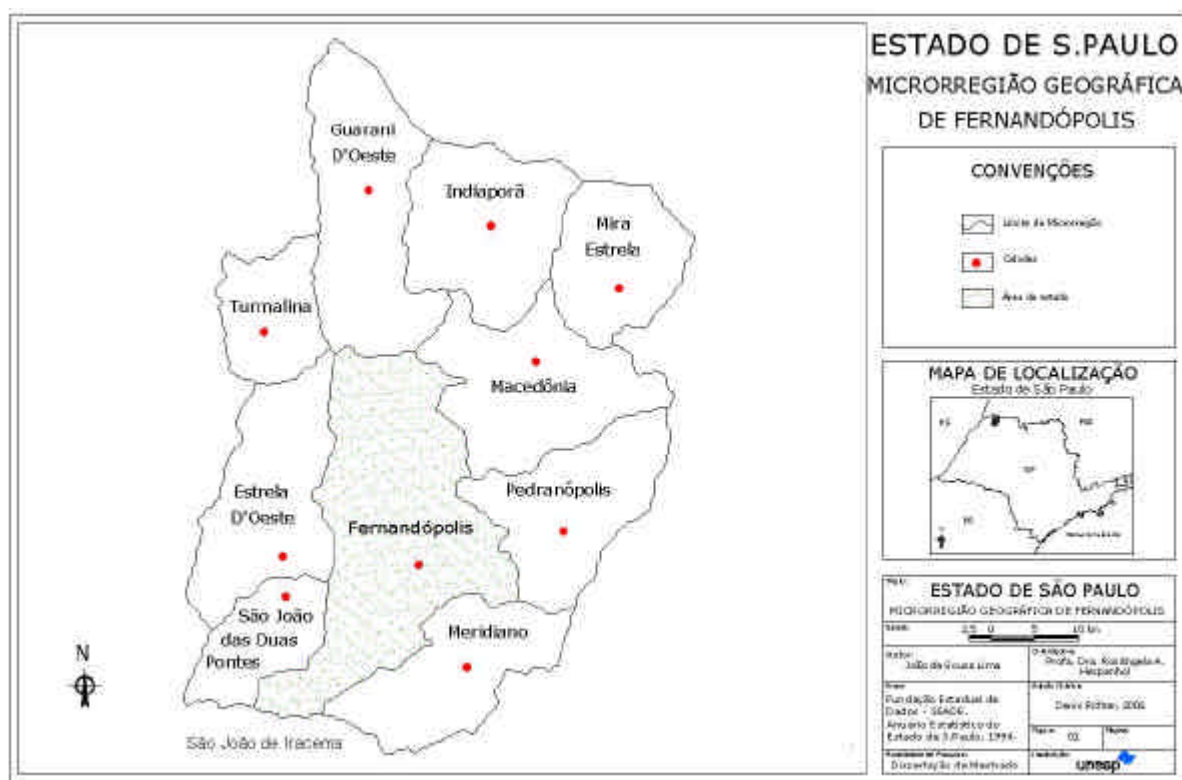
O município possui uma altitude média de 530 m e seu clima é classificado como tropical semi-úmido, com verão chuvoso e inverno seco, tendo um índice pluviométrico em torno de 1.350 mm anuais. Quanto à caracterização de seus solos, de acordo com informações obtidas junto ao engenheiro agrônomo chefe da Casa da Agricultura de Fernandópolis predominam solos arenosos, suavemente ondulados, de baixa fertilidade e sujeitos a elevados índices de erosão.

No plano econômico, podemos destacar a importância da agroindústria, já que o município conta com várias indústrias, de pequeno e médio porte, ligadas ao ramo de transformação de matérias-primas oriundas do setor agropecuário, dentre as quais destacam-se: a Destilaria Alcoeste S/A, o Frigorífico Mozaquatro LTDA, os laticínios Bom Dia, Vita Leite, Vigor (Leco) e um entreposto da Nestlé, os curtumes Bartus e Couro Química, entre outras.

No setor agropecuário, sobressaem-se a pecuária mista (corte e leite), com as pastagens dominando a maior parte da área cultivada, além da lavoura de cana-de-açúcar - que predomina em termos de área ocupada e de valor da produção -, laranja, café, milho, arroz, feijão e frutas, como banana, uva, manga, limão e outras.

Apesar da fragilidade da economia do núcleo urbano com relação à geração de empregos, o município apresenta um elevado índice de urbanização. Do total de habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2000, 59.119 (95,8%) residiam no perímetro urbano e 2.504 (4,2%) habitavam o campo.

Figura 01 - Mapa - Município de Fernandópolis – SP



### 1.1. O processo de formação socioeconômica do Município de Fernandópolis

Três correntes migratórias contribuíram para o início da ocupação do Município de Fernandópolis, as quais eram representadas por mineiros, baianos e italianos. Os primeiros moradores eram criadores de gado, oriundos do Estado de Minas Gerais e se instalaram na região<sup>3</sup> no final do século XIX. Entretanto, o povoamento efetivo só ocorreu a partir da década de 1920.

A fundação do núcleo urbano ocorreu em 1939 e a emancipação político-administrativa do município se deu em 1944. A exemplo de toda a região de Fernandópolis, Jales e outros municípios vizinhos, a criação do núcleo urbano antecedeu a ocupação da área rural. Para Locatel (2000, p. 49),

a fundação das cidades tinha como objetivo a criação de uma infra-estrutura mínima, pois, rapidamente, surge um pequeno comércio, serrarias, máquinas de beneficiamento de arroz e de descaroçar algodão, fundamentais para o início das atividades agrícolas [...].

Segundo Locatel (2000), a partir da montagem dessa pequena infra-estrutura, ocorre a valorização do solo, atraindo a chegada de maior contingente de capital e pessoas que observam o núcleo urbano como uma possibilidade de progresso. Assim, pode-se notar que a fundação de uma pequena vila, entre outros aspectos, significava uma estratégia por parte dos fazendeiros loteadores de terra, visando colocar em prática a especulação imobiliária de seus loteamentos, estabelecendo preços diferenciados de acordo com a maior ou menor proximidade do terreno em relação ao núcleo urbano.

O início da ocupação da região contou com a contribuição da chamada “Estrada Boiadeira”, que ligava áreas de criação de gado no Mato Grosso<sup>4</sup> aos mercados consumidores de São Paulo, fazendo a ligação de Barretos (SP) a Santana do Paranaíba (MS). Essa estrada teria sido concluída em 1901 e atravessava alguns latifúndios que, posteriormente, passaram a fazer parte do atual Município de Fernandópolis. Por ela transitavam os carros de bois, que trouxeram os primeiros colonizadores, futuros fundadores do núcleo urbano.

---

<sup>3</sup> Esclarecemos que neste trabalho a noção de região aparece como a área compreendida pelo Município de Fernandópolis e seus municípios circunvizinhos (Figura 01).

<sup>4</sup> Atualmente Mato Grosso do Sul. No período citado ainda não havia ocorrido a divisão do Estado de Mato Grosso.



Iniciaram o processo de desbravamento os Senhores Joaquim Antônio Pereira, que chegou na região em 1925, Afonso Cáfaró em 1928, Francisco Arnaldo da Silva em 1929, Américo Messias em 1936, entre outros.

O cultivo de café teve grande importância para o povoamento do município, sendo as primeiras plantações realizadas pelas famílias dos Senhores Afonso Cáfaró (imigrante italiano) em 1928 e Francisco Arnaldo da Silva (baiano), em 1929. A colonização se acelera a partir do final da década de 1930, quando a região, parte integrante da Alta Araraquarense, estava inserida no que Monbeig (1984) definiu como *franja pioneira*,<sup>5</sup> tendo como elemento fundamental para a expansão do povoamento, a passagem pelo município em 1949, da ferrovia Alta Araraquarense que seguia em direção ao rio Paraná.

Convém lembrar que no caso do Município de Fernandópolis, a ferrovia não foi o fator que provocou o início da colonização pois, como já foi citado, as primeiras famílias a se estabelecerem no local, dando origem ao povoamento efetivo da área, o fizeram na década de 1920.

No entanto, como destaca Monbeig (1984), a ferrovia desempenhava papel fundamental para a instalação de pequenos sítiantes, pois estes, ao contrário dos grandes fazendeiros, não estavam capitalizados e estruturados para transportar suas colheitas para os centros urbanos e provisões destas as suas propriedades, através de carros de boi. Assim, boa parte dos pequenos proprietários aguardava a chegada da estrada de ferro para adquirir seu lote de terra próximo à ferrovia.

Nesse sentido, a ferrovia, além de contribuir para o povoamento, representou fator de valorização dos lotes próximos à estrada, determinando a especulação fundiária por parte dos donos de loteamentos que estipulavam os preços da terra de acordo com a maior ou menor proximidade, não só do centro urbano, mas também da ferrovia. A composição ferroviária além de servir como meio de transporte de carga, proporcionando o escoamento da produção de café, alimentos em grãos e matérias-primas para os grandes centros, era também a principal forma de deslocamento de passageiros para regiões mais distantes como São José do Rio Preto, Araraquara e São Paulo.

---

<sup>5</sup> Monbeig definia como *franja pioneira*, grandes trechos recobertos inteiramente por florestas nos quais só viviam alguns caboclos. O autor citou a definição de Deffontaines (Pierre) que desenvolveu um trabalho sobre a regionalização do Estado de São Paulo (1934) e localizou ao longo do Rio Paraná grandes espaços contínuos, recobertos por florestas, numa faixa de cem a duzentos quilômetros de largura.

O Município de Fernandópolis faz parte da última região a ser ocupada no Estado de São Paulo, conseqüentemente teve sua inserção na economia de mercado de forma tardia. Segundo Locatelli (2000), a colonização tardia pode ser explicada por uma combinação de fatores, destacando-se entre eles a localização geográfica, relativamente distante dos principais centros de desenvolvimento do estado, a demora na expansão da ferrovia e as condições naturais adversas, caracterizadas pela baixa fertilidade do solo e o clima pouco favorável ao cultivo do café<sup>6</sup>.

Segundo Monbeig (1984, p.212)

a região compreendia uma área de vastas extensões de matas comumente conhecidas como glebas cujo objetivo era a especulação que ocorreu através de divisão sucessivas das glebas e conduziu a dois tipos distintos de propriedades: a fazenda e o loteamento, este para a instalação de pequenas propriedades.

Comprovando o fato destacado por Monbeig (1984) em relação às glebas e a especulação imobiliária, através da divisão das mesmas em loteamentos, cita-se a fazenda do Senhor Carlos Barosi, adquirida junto ao Senhor Vitor Gabarino, engenheiro residente em Novo Horizonte, dono de um latifúndio que representava parte da gleba Marinheiro.

Carlos Barosi residia em Elisiário, na época comarca de Catanduva e, de acordo com Pessotta et al (1996), possuía um armazém e era fornecedor de produtos para o Senhor Gabarino. Como forma de pagamento recebia terras da gleba Marinheiro, onde hoje se localiza Brasilândia, um dos bairros da cidade de Fernandópolis.

Segundo registros efetuados por Pessotta et al (1996, p. 17) sobre a aquisição do latifúndio por parte do Senhor Gabarino, temos:

Arrematação: 31/05/1919. 1º Tabelião de Rio Preto: Vitor Gabarino houve de José Cardoso da Silva diversos quinhões de terras – Fazenda Barra das Pedras ou Marinheiro – quinhão 48 (entre outros) dos sucessores de Francisco Adão da Costa. Área de 31.597 hectares, 48 ares e 55 centiares livro nº 3 – folhas 71-72 – Transcrição nº 13.175 – 03-06-1919.

---

<sup>6</sup> O clima na região é marcado por elevadas temperaturas e uma longa estação de estiagem que normalmente vai de maio ao final de setembro, o que prejudica os cafeeiros principalmente no período da florada, diminuindo a possibilidade de boas safras, regularmente.

Consta que Carlos Barosi, além de fazendeiro, era também representante de vendas das terras do Senhor Gabarino e a medida em que vendia as terras, recebia, a título de comissão, uma porcentagem em terras ou dinheiro.

Em 1937, Carlos Barosi, após vender seu armazém, transferiu-se com sua família para a região que hoje compreende Fernandópolis. Salienta-se que parte de sua fazenda já estava desbravada, sob o comando de seu filho mais velho, Luis Armando Barosi. Com a venda de seu armazém, em Elisiário, a família Barosi teria ficado sem capital de giro para aplicar em sua fazenda e isso motivou o loteamento de parte de suas terras. Aliada à condição de falta de capital de giro, havia a possibilidade de multiplicação do capital a partir da especulação fundiária proporcionada pela venda de pequenos lotes.

De acordo com escrituras lavradas em Cartório de Monte Aprazível, no período entre 1937 e 1942 constata-se a venda de lotes para grande número de pessoas, entre elas:

José Antônio de Souza (20 alqueires), Antônio Acaçá Barrinuevo (20 alqueires), José Pradella (30 alqueires), Lázaro Custódio de Mello (10 alqueires), Augusto Tarsinafo (5 alqueires mais data), Ângelo Sartori (1 alqueire e três quartos), Américo Nitani (10 alqueires mais data), Durvalino José da Cruz (4 alqueires), Antônio Rodrigues Ferreira (3 alqueires), José Lourenço Félix (2 alqueires mais data), Diogo Peres Marques (10 alqueires), Jaime de Jesus (1 alqueire mais 33 litros e mais data), Domingos Vian (33 alqueires), Antônio Alcaça Bella (59 alqueires) [...] (Pessota et al. 1996, p. 19).

Assim, parte da fazenda da família Barosi foi dividida em pequenas propriedades e se transformou num pólo de atração de colonizadores para a região. Neste contexto, a colonização do Município de Fernandópolis intercalou, em sua estrutura fundiária, a presença de pequenas, médias e grandes propriedades. No entanto, as médias e grandes predominaram em relação à área ocupada.

Podemos notar que no início do processo de ocupação do município constituiu-se um mercado de terras que, para os grandes proprietários se transformou num fator de suma importância para a acumulação de capital.

## 1. 2. As primeiras lavouras cultivadas

A ocupação tardia fez com que a agricultura local já se desenvolvesse fora do contexto do antigo complexo rural, fundamentado na monocultura de exportação do café. O caráter mercantil da produção já nasceu inserido na reestruturação da economia brasileira, após a crise de 1929, voltada para a expansão do mercado interno. Portanto, a ocupação efetiva do Município de Fernandópolis se iniciou no contexto da economia de mercado.

Inicialmente o município se destacou no cultivo do café, seguido da diversificação dos gêneros como arroz, feijão, milho, mandioca e outros que, além de servirem como fontes alimentares de subsistência para o produtor, tinham também caráter mercantil. Isso ocorreu principalmente nos primeiros anos de abertura das propriedades, quando a lavoura do café, produto prioritário na atividade agrícola, ainda estava em fase de formação. Cultivava-se arroz, feijão, milho e, às vezes até algodão, consorciados<sup>7</sup> com o café, sendo que parte desses produtos destinava-se à comercialização para garantir a renda necessária ao suprimento de outras necessidades básicas dos produtores, além da alimentação.

A diversificação da produção agrícola era estimulada pela interiorização das relações capitalistas de produção, que se baseavam na agricultura mais diversificada para atender às necessidades dos centros urbanos em termos de matérias-primas e alimentos. Nesse sentido, Graziano da Silva, ao se referir às transformações na agricultura brasileira, com a passagem do complexo rural aos complexos industriais, salienta que “do lado da produção o fato mais importante de 1930 a 1950 foi a diversificação de produtos e, especialmente, a passagem da ênfase do mercado externo para o mercado interno” (1996, p. 18).

Para Sorj (1980, p.16) “a expansão da produção agrícola [...] deve-se fundamentalmente ao aumento do excedente comercializado pelos pequenos produtores de subsistência, e a expansão da fronteira agrícola a partir da ocupação de novas áreas”.

Nesse contexto, os cultivos de café, algodão, milho e arroz destacaram-se na produção agrícola local desde as primeiras décadas de ocupação do município até meados da década de 1980, quando todas essas lavouras, exceto o milho, tiveram

---

<sup>7</sup> No espaçamento entre as fileiras de pés de café.

sua importância reduzida. Esse fato se deveu por um lado, à expansão das lavouras de laranja, banana, limão, borracha (látex) e, sobretudo, da cana-de-açúcar e, por outro, pela expansão da área de pastagens. Assim, alterou-se substancialmente a dinâmica produtiva da agricultura local, incluindo as relações de trabalho e de produção.

Em relação às pastagens, convém esclarecer que estas sempre foram predominantes, em termos de área ocupada, no município. Assim, de acordo com os dados fornecidos pelo Censo Agrícola de 1960 e os Censos Agropecuários da FIBGE, as pastagens representavam em 1960, 61,2%; em 1970, 58,8%; em 1980, 63,1%; em 1985, 59,3%; e em 1995/96, 64,9% do total da área dos estabelecimentos agropecuários.

Entre os produtos cultivados até o início da década de 1980, quando começa a se implantar o cultivo da cana-de-açúcar, o café e o algodão são os que possuíam maior importância para a economia local. Além de garantir a capitalização de boa parte dos produtores, contribuíram sobremaneira para o mercado de trabalho no campo. Destacaram-se ainda o cultivo do milho e do arroz, sendo que este último, em grande parte, tinha como principal objetivo a subsistência do produtor, destinando-se ao comércio somente o excedente produzido.

Mediante a importância dessas lavouras no contexto socioeconômico do município e a relevância para a ocorrência de diversas formas de relações sociais de trabalho e produção, iremos tecer algumas considerações a respeito da ascensão e decadência do café e do algodão no Município de Fernandópolis.

### **1. 2. 1. A ascensão e decadência da lavoura cafeeira**

Observa-se que no Município de Fernandópolis, a lavoura de café não seguiu o modelo das antigas regiões produtoras do Estado, nas quais predominavam a monocultura em grandes unidades produtivas. A lavoura cafeeira ocupou basicamente os pequenos estabelecimentos agrícolas, sendo a maior parte cultivada com o trabalho familiar. Quanto aos grandes estabelecimentos, estes, desde o início da ocupação do município, já eram, em sua maior área, ocupados com as pastagens destinadas à pecuária extensiva.

O início da ocupação efetiva do município e, conseqüentemente, o desenvolvimento das primeiras lavouras de café, coincidiu exatamente com a crise

de 1929, que repercutiu violentamente sobre o setor cafeeiro no Brasil. De todo modo, salienta-se que a crise não eliminou o ânimo dos agricultores paulistas em relação ao cultivo das novas lavouras de café. Neste sentido,

a queda nos preços, em 1929, atingiu os fazendeiros quando estavam em vias de aumentar suas plantações. Ela quebrou, nitidamente o élan dos colonizadores (...) que começavam a colher as primeiras safras e mergulhou na confusão os de Val Paraíso e do far west de Rio Preto, então em pleno desenvolvimento. (...) Mas os paulistas não renunciaram ao cafeeiro. (...). Esperava-se que os preços melhorassem e já subia a febre das plantações. Entre 1935 e 1940, quando se visitavam as derrubadas de São Paulo, era excepcional descobrir as frágeis armações de paus que protegiam os cafeeiros jovens, (...). A retomada do café é, portanto, bem nítida, (...). E isso não é somente o resultado de uma boa organização dos meios de transporte, mas porque lá ainda há muito espaço disponível (Monbeig, 1984, p. 255-260).

Assim, a expansão do cultivo, levou a cafeicultura até a região na qual se constituiu o Município de Fernandópolis.

Nas médias e grandes propriedades de Fernandópolis em que se desenvolveu a cafeicultura foi comum o sistema de empreitada para a formação dos cafezais. Grande parte dos proprietários adquiria o lote de terra e continuava residindo em suas antigas regiões, só aparecendo algumas vezes ao ano para acompanhar o desenvolvimento de suas lavouras, que era lento em função do plantio ser realizado com as sementes já nas covas definitivas.

O desenvolvimento da lavoura cafeeira em pequenas unidades produtivas estimulava a prática da policultura, pois o pequeno produtor<sup>8</sup> não podia ocupar inteiramente seu lote de terra com o café. Além de ficar na dependência de um único produto, o longo período que a lavoura levaria para produzir as primeiras safras seria anti-econômico, já que o plantio de sementes diretamente na cova implicaria num período de cinco a seis anos para o início de boas colheitas.

Diante de tal perspectiva, os cafeicultores intercalavam as fileiras de pés de café, durante o período de formação, com outros gêneros, principalmente arroz, milho e feijão. Além dessa prática, era necessário que se reservasse uma área para o cultivo de alguma outra lavoura temporária que pudesse proporcionar o retorno financeiro necessário para o atendimento das necessidades básicas do

---

<sup>8</sup> Esclarece-se que neste trabalho o termo “pequeno produtor” se refere à dimensão territorial da unidade produtiva. Deve-se lembrar que em relação ao montante produzido, independe da dimensão da propriedade, já que em uma pequena unidade produtiva pode-se conseguir uma grande produção, o que está diretamente atrelado à maneira como é conduzido o processo produtivo. Por outro lado, existem grandes unidades produtivas apresentando produções insignificantes, seja em termos de valor, do volume produzido e/ou de área cultivada.

agricultor e sua família e, para muitos, garantir a continuidade do pagamento do lote de terra recém adquirido.

A cafeicultura se tornou a atividade mais importante na agricultura do Município de Fernandópolis, desde o início de sua ocupação até meados da década de 1980, tendo participação fundamental na economia local.

A partir da segunda metade da década de 1980, a decadência da lavoura, não só em Fernandópolis, mas em toda a região do Noroeste Paulista, foi acelerada, tendo como condicionante um conjunto de fatores. Entre eles podemos destacar a concorrência estrangeira em relação à produção, proporcionando a formação de estoques, derrubando os preços no mercado internacional; a má qualidade do produto nacional, já que não havia por parte dos produtores a preocupação com o aperfeiçoamento de técnicas, sobretudo por ocasião das colheitas, que pudessem obter ganhos de qualidade para o consumo<sup>9</sup>; condições climáticas adversas, culminando com uma forte geada, em julho de 1975, a qual atingiu e danificou duramente a maioria dos cafeeiros da região; e a incidência de pragas, aniquilando as lavouras.

No tocante às condições edafoclimáticas, salienta-se que estas não eram satisfatórias para a cafeicultura na região. Parece contraditório, quando se afirmou que a lavoura cafeeira se constituiu no principal produto da agricultura local, desde as primeiras décadas de ocupação do município até por volta de 1985.

De acordo com depoimento do engenheiro agrônomo, diretor agrícola da CATI/Regional de Fernandópolis, no início da ocupação do município, o cafeicultor não contava com clima adequado para a prática de sua atividade, porém, isto em parte era compensado pela fertilidade do solo ainda pouco explorado. Porém, com o passar dos anos, o solo, em função de suas características físicas e químicas, arenoso e com fertilidade apenas razoável, foi se desgastando rapidamente.

---

<sup>9</sup> Para colher o café os frutos eram inicialmente derrubados no solo permanecendo por vários dias até serem recolhidos. Durante esse período, em função da umidade do solo, muitas vezes sob a ocorrência de chuvas, a qualidade dos frutos era comprometida. Em entrevista concedida ao jornal Diário da Região de São José do Rio Preto (12/01/2003), um dos sócios da maior corretora de café do Brasil (Escritório Carvalhaes, localizado em Santos) Eduardo Carvalhaes Júnior, afirmou que até 1970 o café colhido na região de São José do Rio Preto era de ótima qualidade. A partir de então a qualidade do produto caiu demasiadamente. Disse ainda que não saberia explicar os motivos dessa decadência, mas desconfia que a formação dos lagos das hidrelétricas na região pode ter interferido nas condições climáticas, principalmente na umidade do ar, o que teria afetado a qualidade do café. Sugere um estudo sobre o caso.

Em relação às características climáticas, as elevadas temperaturas, sobretudo entre setembro e março, na região, interferem de forma prejudicial à produtividade do café. Ocorre que, normalmente nos meses de setembro e outubro, os cafeeiros estão em período de florescimento e o forte calor queima parte dos botões, impedindo a fecundação que iria gerar os grãos de café. Acrescenta-se ainda alguns períodos de estiagem prolongada, característica do clima tropical, marcado por verão chuvoso e inverno seco, que acabam por aniquilar as floradas ou até mesmo derrubando os grãos de café, quando estes ainda estão em fase de formação.

Além dos problemas de ordem edafoclimáticas, se desenvolveram várias doenças, implicando na necessidade de aplicação de elevadas doses de defensivos. Para suprir, em parte, essas deficiências que reduziam a produtividade, seria necessário o investimento em outras técnicas de produção, não comuns até então, como a utilização de fertilizantes e de sistemas de irrigação.

Paralelamente a esses fatores, podemos acrescentar a política de contenção de créditos por parte do governo federal, na década de 1980, que, aos poucos, retirou os financiamentos subsidiados à agricultura. Embora, o Sistema Nacional de Crédito Rural tenha excluído grande parte dos pequenos produtores, nos momentos de crédito farto, este representava uma alternativa a ser procurada pelos produtores na tentativa de investir na manutenção de suas lavouras.

Para que se compensasse a queda nos preços do produto seria necessário o aumento da produtividade e isso só seria possível através da recomposição das lavouras, o que demandaria, em muitos casos, a utilização da técnica de podas ou até mesmo a substituição de antigos por novos cafezais.

Esses procedimentos só seriam colocados em prática mediante novos investimentos, o que praticamente eliminou a possibilidade da maioria dos agricultores, que já vinham experimentando o processo de descapitalização em função da baixa produtividade e da queda nos preços do produto. Dessa forma, a decadência da cafeicultura na região do Noroeste Paulista e no Município de Fernandópolis foi eminente<sup>10</sup>. O Censo Agrícola de 1960 indicava a existência de

---

<sup>10</sup> O caderno "Agronegócios" do jornal *Diário da Região* de São José do Rio Preto, de 12/01/2003, trouxe uma matéria sobre a decadência do café na região. Na ocasião o agrônomo chefe da Casa da Agricultura de Guapiaçu, Osmar Figueira, afirmou que a região de São José do Rio Preto, indo de Santa Adélia até Rubinéia, às margens do rio Paraná, chegou a ter na fase áurea do café (década de



8.366 ha ocupados com a lavoura cafeeira no município e, em 1996, de acordo com o Censo Agropecuário, esse montante se reduziu a 389 ha.

A Tabela 01 demonstra uma característica marcante na cafeicultura da região e do Estado de São Paulo. Trata-se da irregularidade na produtividade das safras.

**Tabela 01: Área cultivada, produção e produtividade do café no Município de Fernandópolis e no Estado de São Paulo – 1960 a 1996**

Ano	1960		1970		1980		1996	
Fernandópolis Est. São Paulo	Fernandópolis	Est. S. Paulo	Fernandópolis	Est. S. Paulo	Fernandópolis	Est. S. Paulo	Fernandópolis	Est. S. Paulo
Área cultivada (ha)	8.366	1.285.535	6.044	650.877	5.858	821.046	389	214.7333
Total produzido (t)	13.232	1.344.918	3.962	466.757	8.876	793.870	325	340.937
Produtividade (t/ha)	1,58	1,04	0,65	0,71	1,55	0,96	0,84	1,58

Fonte: FIBGE – Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1980 e 1995/96

De acordo com os dados da Tabela 01, observa-se que tanto no Estado de São Paulo quanto no Município de Fernandópolis, em 1970, a produtividade reduziu-se em relação a 1960. Porém, em 1996, em relação a 1980, enquanto no contexto do Estado houve a elevação da produtividade, em Fernandópolis, houve grande redução. Essa inversão talvez possa ser atribuída ao fato de que a maioria dos cafezais em produção no município estivesse já bastante debilitada, já que a substituição de velhas por novas lavouras, com técnicas que melhorassem a produtividade, era incipiente.

De acordo com os dados da FIBGE, temos para o Município de Fernandópolis, no ano de 1960, uma produtividade média de 26,6 sacas de 60 kg/ha; em 1970 a produtividade reduziu-se para 10,8 sacas/ha; em 1980 a média de produtividade ficou em 25 sacas/ha; já em 1995/96 houve novamente a redução da produtividade, atingindo 14 sacas/ha.

Para Eduardo Carvalhaes Junior (2003), corretor e sócio do escritório Carvalhaes, a maior corretora de café do Brasil, localizada em Santos, atualmente (2003), na cafeicultura quem não conseguir uma produtividade média de 30 sacas (1800 kg) por hectare dificilmente irá se sustentar nesse ramo de produção.

De acordo com a Tabela 01, no Município de Fernandópolis, a produtividade do café para o período de 1960 a 1996, por ocasião da realização dos Censos

---

1970) 180 milhões de pés de café. Atualmente (2003), segundo o agrônomo, o total estava entre 8 e 10 milhões.

apresentou a média de 19,1 sacas/ha. É muito baixa se comparada àquela apontada por Carvalhaes como necessária para a permanência do agricultor no ramo da cafeicultura, o que ajudaria a explicar a decadência da atividade na região.

Atualmente, as poucas lavouras de café, normalmente realizadas em pequenas unidades produtivas, são, em grande parte, cultivadas com outras técnicas como o adensamento no espaço entre fileiras, aplicação de insumos e irrigação, que aumentam sensivelmente a produtividade/ha. Mesmo assim, o que se percebe é um grande desânimo dos produtores, frente à redução dos preços do produto nos últimos anos, o que têm desestimulado o cultivo de novas áreas.

### **1. 2. 2. O cultivo do algodão**

Dentre as lavouras temporárias, com função estritamente comercial, o algodão conseguiu grande projeção não só em Fernandópolis, como em toda a região do Noroeste Paulista, entre o início da década de 1960 e o final de década de 1980. Salienta-se que a opção pelo cultivo do algodão foi estimulada pela necessidade de fornecimento de matéria-prima para as indústrias têxtil e de produção de óleo que estavam em amplo desenvolvimento com a política de crescimento industrial do país.

Além da aquisição garantida pelo mercado, o produto encontrou condições naturais propícias, principalmente no tocante às condições climáticas caracterizadas por altas temperaturas, pluviosidade satisfatória e períodos de estiagem no final do verão, o que favorecia a colheita. Os solos em boas condições de fertilidade para o produto e a baixa incidência de pragas proporcionavam uma boa produtividade/ha e como os preços eram atrativos, em função da necessidade do mercado interno, propiciava ao produtor uma renda satisfatória.

Salienta-se ainda que o cultivo do algodão poderia suprir as deficiências deixadas pela lavoura cafeeira, que alternava safras boas e ruins. Assim, a lavoura algodoeira tornou-se uma interessante alternativa para muitos agricultores que erradicaram suas lavouras de café.

O cultivo do algodão em Fernandópolis, enquanto foi viável, desempenhou um importante papel socioeconômico, gerando renda para os produtores e postos de trabalho para grande contingente de trabalhadores, aspecto que abordaremos mais adiante.

No entanto, a partir do final da década de 1980, a lavoura algodoeira também entrou em decadência. A exemplo do café, vários fatores contribuíram para o fracasso do cultivo desse produto no Brasil<sup>11</sup> e, por conseqüência, no município em estudo. Como fator decisivo cita-se a queda do preço, motivada pela competição internacional, com a abertura da economia nos anos 1990 e a concorrência interna de outras regiões produtoras como o Centro-Oeste. Paralelamente à redução do preço do produto, ocorre o declínio da produtividade tendo como principais condicionantes o desgaste do solo e a incidência de pragas. Para aumentar a produtividade se fazia necessário realizar investimentos em novas técnicas que pudessem amenizar esses problemas, o que não estava ao alcance principalmente do pequeno produtor, normalmente descapitalizado e, em grande parte, sem amparo das políticas públicas de fomento à agricultura.

Diante de tais perspectivas, o algodão deixou de ser uma alternativa viável, e sua área de cultivo foi reduzida sensivelmente. Assim, a lavoura algodoeira no Município de Fernandópolis, que atingiu 3.824 ha em 1970, diminuiu para 329 ha em 1980, voltou a ocupar grande área cultivada em 1985, quando atingiu 2.518 ha, regrediu novamente para 350 ha em 1996 e em 2001 foi para 400 ha. O produto sustentava várias empresas, entre as quais a Anderson Clayton e a Sanbra (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro), instaladas na cidade de Fernandópolis, cujos armazéns se encontram fechados e que, segundo Bizelli (1998, p. 109), “figuram hoje como testemunhas deterioradas de um passado recente”.

### **1. 3. As relações sociais de trabalho e de produção na agricultura nas primeiras décadas da ocupação do Município de Fernandópolis**

O desenvolvimento da atividade agrícola no Município de Fernandópolis contou com diversas formas de relações de trabalho e produção, abrangendo desde o trabalho do proprietário, que sempre predominou, os empreiteiros formadores dos primeiros cafezais, colonos parceiros, arrendatários, assalariados permanentes até a expansão do trabalho assalariado volante.

---

<sup>11</sup> Nos últimos anos a lavoura algodoeira no Brasil se expandiu novamente, principalmente no Estado do Mato Grosso. Porém, acompanhando o processo de modernização da agricultura do país, o cultivo é realizado com elevado índice de mecanização, incluindo a colheita, e a maior parte das lavouras está a cargo dos grandes estabelecimentos agrícolas.

No cultivo do café, inicialmente, além do trabalho familiar do proprietário, o mais comum era a presença do empreiteiro na formação da lavoura e, posteriormente, o colono, que trabalhava em regime de parceria.

O empreiteiro se encarregava da derrubada da mata até a entrega do cafezal formado, normalmente após quatro anos, quando o plantio era realizado com mudas, e cinco a seis anos no caso da plantação ser efetuada por sementes, processo mais comum por ocasião das primeiras plantações. Durante o período de formação das lavouras, o empreiteiro seria um autônomo, tendo que arcar com todas as despesas do sustento de sua família, bem como da formação do cafezal.

Para Martins, essa relação de trabalho na formação dos cafezais despertava grande interesse por parte dos formadores de café

porque podiam usufruir amplamente das terras mais férteis das regiões de matas recém derrubadas, cultivando gêneros alimentícios necessários à sua sobrevivência, cujos excedentes eram comercializados seja com o próprio fazendeiro seja com os comerciantes das povoações e cidades próximas. A colheita do café no último ou nos últimos anos de formação da planta acrescentava recursos monetários ao pagamento final do trabalho (Martins, 1998, p.73).

Salienta-se que essa relação de trabalho e produção estabelecida entre o formador de café e o dono da propriedade era, sem dúvida, mais conveniente para este último, que receberia ao final do contrato entre as partes, o cafezal formado, podendo reproduzir seu capital sem uma relação capitalista com o colono. Isso se evidenciava porque

a propriedade capitalista da terra assegurava ao fazendeiro a sujeição do trabalho e, ao mesmo tempo, a exploração não capitalista do trabalhador. Com base no monopólio sobre a terra, o fazendeiro de fato não empregava o formador do cafezal. Na prática ele lhe arrendava uma porção do terreno para receber em troca o cafezal formado. Uma espécie, pois, de renda em trabalho. Durante os quatro anos do contrato o colono plantava no terreno os seus cereais, armava o seu rancho e ali vivia com sua família. O pagamento que recebia pela formação de cada cafeeiro era inferior ao preço que esse mesmo cafeeiro obteria se a fazenda fosse negociada pelo fazendeiro. Não era o fazendeiro quem pagava ao trabalhador pela formação do cafezal. Era o trabalhador quem pagava com cafezal ao fazendeiro o direito de usar as mesmas terras na produção de alimentos durante a fase da formação. A principal forma de capital absorvida na formação da fazenda de café era o trabalho – trabalho que se convertia diretamente em capital constante, no cafezal (Martins, 1998, p. 74).

Para os primeiros trabalhadores formadores de café no Município de Fernandópolis, a exemplo de outras regiões, essa relação de trabalho poderia representar a possibilidade de melhoria das condições de vida e, às vezes, até a

aquisição de alguma terra, que no início da ocupação da região ainda estava com o preço relativamente baixo em relação às regiões mais valorizadas do estado. Isso dependia muito da produção dos cereais consorciados com o café que, além de garantir a subsistência, poderiam gerar um excedente destinado à comercialização. No final do contrato, o cafezal era entregue ao proprietário mediante uma quantia em dinheiro.

Com o cafezal formado, surge o colono, que era contratado para a manutenção da lavoura por meio do sistema de parceria nas colheitas, sendo que a relação contratual, escrita ou verbal, estabelecia diferentes acordos entre as partes. Esses acordos poderiam estipular desde a meação, que se constituía em 50,0% para cada um – proprietário e colono -, até 30,0%, para este último, quando o proprietário se encarregava de bancar os custos com os insumos empregados na manutenção da lavoura. Em relação à área de cultivo, se determinava a quantia de pés de café, que poderia ser maior ou menor, de acordo com a quantidade de braços disponíveis ao trabalho, na família do colono.

A exemplo do empreiteiro, o colono também poderia cultivar alguns gêneros consorciados com o café, porém, deveria respeitar as condições normais de produção da lavoura, isto é, a partir do momento em que esse sistema de cultivo ocasionasse redução na produtividade do cafezal, o mesmo deveria ser abandonado. Quando não fosse possível o cultivo de gêneros intercalados com o café, era comum o proprietário conceder a exploração de um pequeno trecho de terra para que o colono pudesse cultivar produtos essenciais para a sua subsistência, o que poderia implicar na diminuição da porcentagem do café colhido para o colono.

A durabilidade do contrato entre as partes era variável e dependia do entendimento entre proprietário e colono. Normalmente tinha a duração de dois ou três anos, podendo ser renovado, o que dependia muito do grau de confiança mútua e, essencialmente, dos cuidados dispensados pelo colono ao cafezal. Este por sua vez se via obrigado a zelar, com muito esmero na lavoura, pois sabia que isso iria implicar não só na possibilidade de melhores colheitas, como também na sua permanência naquela unidade produtiva.

Nas grandes propriedades, ocupadas com a cafeicultura, o sistema de colonato determinava a construção de várias casas, normalmente alinhadas e muito próximas umas das outras. Como relata Bizelli (1998, p. 79),

Nestes pequenos aglomerados, as famílias desenvolviam relações sociais de vizinhança, solidariedade, amizade – ou inimizade –, organizavam pequenas atividades festivas como a de ‘comemoração de dias santos’, principalmente os de junho (Santo Antônio, São João e São Pedro) realizando novenas e rezando terços, ou então casamentos.

Em algumas propriedades, segundo Bizelli (1998), ocorria a presença de um estabelecimento comercial denominado “venda” ou “armazém”, no qual os colonos deveriam realizar as compras de certos produtos, o que invariavelmente os tornavam endividados com os seus patrões. Havia um acordo pré-estabelecido, em que os colonos deveriam assumir o compromisso de comprar seus produtos na venda da fazenda e isso era estimulado pela dificuldade de locomoção até as cidades para realizarem compras, em virtude dos problemas relacionados ao transporte das mercadorias, já que este dependia quase sempre da tração animal ou da própria força humana.

Assim, estabelecia-se uma relação de exploração, já que o proprietário do estabelecimento comercial, que também era o fazendeiro, não deixava escapar a chance de reproduzir o seu capital, através da elevação dos preços dos produtos vendidos aos seus colonos. Este procedimento não colocava nenhum risco para o patrão, já que o colono mesmo que não pudesse efetuar o pagamento no momento da compra, como ocorria com a maioria, iria fazê-lo no momento do acerto entre as partes, por ocasião da divisão da colheita. Este era um fator que, por um lado, garantia a presença do colono na fazenda, pois este necessitava honrar os seus compromissos com o patrão e, por outro, deveria, mesmo que forçosamente, estimular o colono a produzir cada vez mais para se livrar do endividamento e dependência financeira em relação ao fazendeiro.

Nas propriedades ocupadas com outros produtos, especialmente o algodão, predominavam, além do trabalho familiar, o arrendamento e a parceria. Quanto ao arrendamento de terra, este poderia ser pago em espécie ou em dinheiro, sendo que o arrendatário poderia, no caso de se comprometer com o pagamento em espécie, acordar o pagamento em arrobas de algodão, por exemplo, e cultivar outro produto, desde que cumprisse com a meta pré-estabelecida, ou seja, entregar ao proprietário da terra, no momento do acerto, a quantia de algodão combinada previamente.

O sistema de arrendamento foi muito importante no início do processo de ocupação do município, quando os médios e, principalmente os grandes produtores,

arrendavam suas propriedades visando à “abertura” das mesmas. A maioria desses proprietários estava interessada na prática da pecuária e, ao arrendar suas terras, estabelecia na relação contratual a condição de receber a pastagem formada.

No caso da parceria, haviam várias possibilidades, porém, a meação era o acordo que a maior parte dos trabalhadores defendiam.

Para ser meeiro, duas condições eram básicas: de um lado, ter uma família grande não só em número, mas também com pessoas adultas. De outro, que o proprietário da terra, por diversas condições particulares, se dispusesse a este tipo de contrato, como por exemplo, não morar próximo – ser de outra região -, não ter condições de explorá-la sozinho e não poder contratar colonos, ou ainda ter outras atividades que não lhe dispensavam tempo suficiente para cuidar da propriedade, etc. (Bizelli, 1998, p. 81)

Essa relação de trabalho alimentava o sonho, quase sempre não realizado, de uma vida melhor para os trabalhadores. As maiores dificuldades se relacionavam à falta de capital para se investir na produção, o que levava o parceiro a recorrer ao dono da terra para que este financiasse os insumos a serem utilizados e isto elevava a taxa da produção a ser entregue ao proprietário, sendo, não mais de 50,0%, mas 60,0% ou mais. Dessa forma, poucos foram os agricultores, inseridos nessa relação de trabalho e produção, a conseguir crescimento econômico, garantindo a produção e reprodução de capital.

Assim, nas primeiras décadas da ocupação do Município de Fernandópolis, os sistemas de arrendamento e, sobretudo a parceria, em termos de número de estabelecimentos, foram bastante significativos no contexto da agricultura local. Entretanto, as transformações na dinâmica produtiva do setor, impostas pelo processo de modernização das atividades agrícolas, sob o comando do capital, estabeleceram a decadência dessas relações sociais de trabalho e produção. Fortaleceram-se o trabalho familiar do proprietário e o trabalho assalariado em caráter temporário, dominado em sua maior parte pelos trabalhadores volantes (bóias-frias).

Quanto à utilização do trabalho temporário, este já se fazia presente em Fernandópolis desde a década de 1960, porém, segundo antigos moradores da cidade, por nós entrevistados durante o trabalho de campo, essa relação de trabalho se intensificou a partir do início da década de 1970. Nesse período, era grande o deslocamento de trabalhadores todas as manhãs, em caminhões e tratores, com destino às lavouras. Entretanto, a procura ocorria com maior intensidade nos

momentos da colheita, sendo o café e o algodão os produtos responsáveis pelo emprego da maior parte da mão-de-obra, já que suas colheitas eram totalmente manuais.

Na colheita do algodão ocorria um fenômeno comum não só em Fernandópolis, mas em todas as regiões em que se apresentava grande área cultivada com a lavoura. Tratava-se da disputa, entre os empregadores, pela mão-de-obra disponível, promovendo uma espécie de leilão entre os agricultores no momento da contratação dos trabalhadores, onerando a colheita. Esse fato era muito bem explorado pelos trabalhadores que, em muitas ocasiões, chegavam a trocar de contratante constantemente, acompanhando sempre as melhores ofertas de remuneração do trabalho a ser realizado. Toda essa situação tinha como condicionante o fato da colheita do algodão exigir rapidez na sua realização, em virtude de possíveis perdas, principalmente quando ocorriam períodos chuvosos.



## CAPÍTULO II

### OS REARRANJOS PROVOCADOS PELA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E AS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS

Para a análise das transformações ocorridas na agricultura do Município de Fernandópolis, iremos considerar como recorte temporal o período compreendido a partir do ano de 1970 até 2003. Isso se justifica pelo fato de que a área do município entre 1960 e 1970, em função do desmembramento de três distritos<sup>12</sup>, que se emanciparam no referido período, reduziu-se de 1.750 km<sup>2</sup> para 591 km<sup>2</sup>. Assim, entendemos que se considerarmos os dados anteriores a 1970, a análise poderá ficar deturpada. Dessa forma, iremos tomar como referencial as informações dos Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985 e 1995/96, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – FIBGE.

A partir dos dados levantados, nos propomos a identificar quais foram as principais transformações ocorridas na agricultura local nas últimas três décadas, tendo como objeto central de análise as implicações para as relações de trabalho e de produção e a inserção do trabalho volante neste contexto.

Durante esse período, a agricultura brasileira esteve inserida no processo de modernização, que apresentou como uma de suas características marcantes a integração do capital industrial com o agropecuário, constituindo o Complexo Agroindustrial (CAI).

A capitalização da atividade agrícola transforma a sua dinâmica produtiva, não só com a substituição de produtos cultivados e a expansão da utilização de máquinas e insumos agropecuários, mas também alterando consubstancialmente as relações sociais de trabalho e produção no setor.

As modificações nas relações de trabalho apresentaram como resultados mais evidentes a expansão da mão-de-obra assalariada, sobretudo o trabalhador volante e a expropriação dos pequenos produtores (proprietários, parceiros ou posseiros), fortalecendo a empresa rural capitalista.

---

<sup>12</sup> Foram desmembrados do Município de Fernandópolis, elevados à categoria de Municípios, os Distritos de Macedônia, Pedranópolis e São João das Duas Pontes.

Na agricultura de Fernandópolis essas transformações se materializaram, entretanto, se comparadas àquelas ocorridas em outras áreas mais desenvolvidas do Estado de São Paulo, foram mais lentas.

De todo modo, ficam evidentes os rearranjos na agricultura local, entre os quais podemos evidenciar o aumento da concentração da propriedade da terra, a diminuição da participação dos pequenos produtores em termos de área e de número de estabelecimentos, a substituição de alguns produtos cultivados por outros ou por pastagens, tudo isso influenciando diretamente nas relações de trabalho e produção.

A materialização dessas transformações será o enfoque deste capítulo, no qual iremos tentar estabelecer uma relação entre as alterações na estrutura produtiva da agricultura do município e as conseqüências para as relações de trabalho, sobretudo para a consolidação do trabalho volante.

## **2. 1. A concentração fundiária**

Por meio da análise dos dados referentes ao número de estabelecimentos e a área ocupada pelos mesmos por estrato de área, constata-se que houve concentração fundiária no Município de Fernandópolis, com a diminuição da participação dos estabelecimentos de até 20 ha entre 1970 e 1995/6.

A concentração fundiária, com o desaparecimento de parte dos menores estabelecimentos, coincide com a perda da importância dos arrendatários em número de estabelecimentos e, sobretudo, dos parceiros que desempenhavam importante participação na agricultura do local até 1985.

Podemos relacionar ainda a decadência da participação dos pequenos arrendatários e, principalmente dos parceiros, com a diminuição do cultivo do café e do algodão, dois produtos muito importantes no emprego dessas relações de trabalho e produção.

Os dados apresentados pela FIBGE demonstram que no Município de Fernandópolis se manifesta uma característica marcante da estrutura fundiária brasileira e paulista, ou seja, a grande desigualdade na distribuição dos estabelecimentos agropecuários, em termos de área ocupada. Dessa forma, aparecem pequenos, médios e grandes estabelecimentos, com a predominância dos médios e grandes.

Os dados das Tabelas 02 e 03 demonstram que em 1970, os estabelecimentos com área de até 100 ha correspondiam a 93,7% do número total dos estabelecimentos agropecuários e perfaziam 40,6% da área total dos mesmos. Os estabelecimentos com área entre 100 e 500 ha representavam 2,7% do número e 34,2% da área total ocupada pelos estabelecimentos do município. Já os estabelecimentos com área de 500 ha e mais somavam 0,8% do número de estabelecimentos e representavam 25,2% da área total ocupada.

Em 1980, a participação dos estabelecimentos com até 100 ha, no número total dos estabelecimentos e na área total dos mesmos, reduziu-se para 89,3% e 32,0%, respectivamente. Quanto aos estabelecimentos com área entre 100 e 500 ha, houve expansão da participação no número total dos estabelecimentos passando para 9,6%, sendo que em termos de área ocorreu pequena alteração expandindo-se para 34,8% da área ocupada pelo total dos estabelecimentos. Enquanto isso os estabelecimentos com área de 500 ha e mais, dominavam 1,4% do número total dos estabelecimentos, porém, a área ocupada elevou-se para 33,3% do total.

Já em 1985, a participação dos estabelecimentos com até 100 ha pouco foi alterada, passando a representar 90,5% do número total dos estabelecimentos agropecuários do município, no entanto, a área ocupada por estes aumentou para 36,2% da área total dos estabelecimentos. Em relação aos estabelecimentos com área entre 200 e 500 ha houve a redução da participação no número total dos mesmos, diminuindo para 8,6%, porém, ocorreu uma significativa expansão da participação na área ocupada pelo total dos estabelecimentos, passando a representar 40,6%. Por outro lado, a participação dos estabelecimentos com 500 ha e mais, sofreu uma redução tanto em termos de número de estabelecimentos, quanto em relação a área ocupada, passando a representar 0,8% e 23,1%, respectivamente.

Em 1996, os estabelecimentos com área de até 100 ha diminuíram para 86,6% do número total dos estabelecimentos agropecuários, porém, a área ocupada por estes permaneceu em 36,6% da área total. Já os estabelecimentos com área entre 200 e 500 ha tiveram sua participação expandida tanto em número de estabelecimentos, quanto em relação à área ocupada pelos mesmos, passando a representar 12,1% e 44,1% do número e da área ocupada pelo total dos estabelecimentos agropecuários, respectivamente. Quanto aos estabelecimentos

com 500 ha e mais, estes passaram a representar 1,3% do número total dos estabelecimentos, entretanto, a área ocupada reduziu-se para 19,4% da área total.

**Tabela 02 – Estrutura fundiária no Município de Fernandópolis - SP: distribuição dos estabelecimentos agropecuários por estrato de área - 1970 a 1996**

Área dos estabel. (ha)	1970		1980		1985		1995/96	
	área	%	área	%	área	%	área	%
Menos de 10	4.052	8,5	2.925	5,1	3.217	6,0	1.271	2,7
10 - 20	3.501	7,3	3.456	6,1	3.911	7,3	2.331	5,0
20 - 50	6.738	14,1	5.634	10,0	6.181	11,5	7.418	15,8
50 - 100	5.089	10,7	5.967	10,6	6.140	11,4	6.128	13,0
100 - 200	6.751	14,2	6.995	12,4	8.884	16,5	8.703	18,5
200 - 500	9.482	20,0	12.656	22,4	12.938	24,1	12.018	25,6
500 - 1000	4.266	8,9	4.752	8,4	3.319	6,2	3.380	7,2
1000 e mais	7.783	16,3	14.060	25,0	9.097	16,9	5.725	12,2
<b>Total</b>	<b>47.662</b>	<b>100,0</b>	<b>56.445</b>	<b>100,0</b>	<b>53.687</b>	<b>100,0</b>	<b>46.936</b>	<b>100,0</b>

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985, 1995/96

**Tabela 03 – Estrutura fundiária no Município de Fernandópolis – SP: número de estabelecimentos agropecuário - 1970 – 1996**

Área dos estabel.	1970		1980		1985		1995/96	
	número	%	número	%	número	%	número	%
Menos de 10	802	56,2	354	37,0	555	44,9	256	29,5
10 - 20	250	17,5	245	25,6	282	22,8	168	19,3
20 - 50	215	15,1	176	18,4	197	15,9	236	27,2
50 - 100	70	4,9	81	8,4	86	6,9	92	10,6
100 - 200	47	3,3	49	5,5	64	5,2	64	7,4
200 - 500	31	2,2	39	4,1	42	3,4	41	4,7
500 - 1000	7	0,5	7	0,7	5	0,4	5	0,6
1000 e mais	4	0,3	7	0,3	5	0,4	6	0,7
<b>Total</b>	<b>1.426</b>	<b>100,0</b>	<b>958</b>	<b>100,0</b>	<b>1.236</b>	<b>100,0</b>	<b>868</b>	<b>100,0</b>

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985 e 1995/96

Nota-se que no período analisado houve redução na participação dos estabelecimentos de até 100 ha tanto no número, diminuindo de 93,7%, em 1970, para 86,6% em 1996, quanto na área total dos estabelecimentos agropecuários, reduzindo-se de 40,6% em 1970, para 36,6% em 1996. Por outro lado, os estabelecimentos com área entre 100 e 500 ha tiveram a sua participação aumentada significativamente já que representavam 5,5% do número total dos estabelecimentos e 35,2% da área ocupada pelos mesmos em 1970, expandindo-

se para 12,1% na participação do número e 44,1% da área ocupada pelo total dos estabelecimentos agropecuários em 1996.

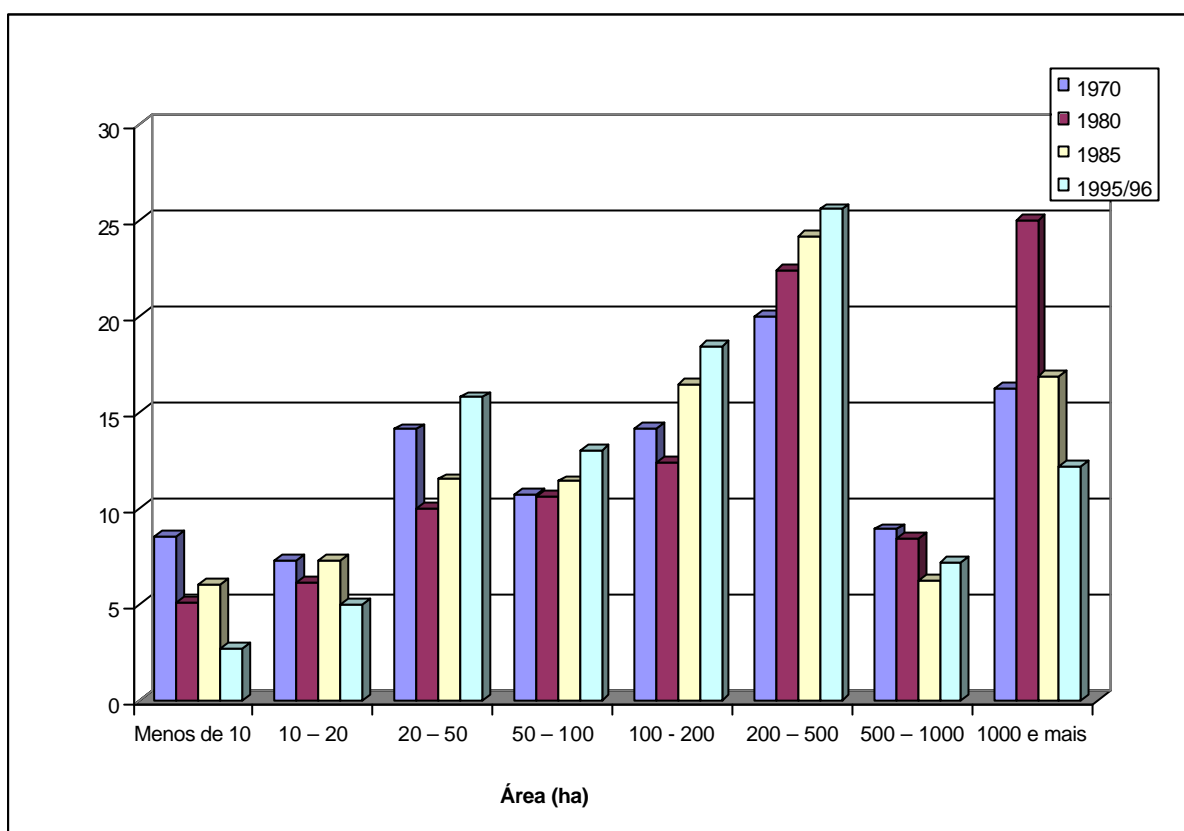
Portanto, de acordo com os dados fornecidos pela FIBGE, constata-se que houve o agravamento da concentração fundiária no Município de Fernandópolis deixando evidente a eliminação de grande número de pequenas unidades produtivas.

Comprovando esse fato, observa-se que os dados dos Censos Agropecuários de 1970 a 1996 indicam que nesse período os estabelecimentos com área de até 20 ha tiveram uma redução relativa de 43,8% na participação do número e de 51,3% na área do total dos estabelecimentos agropecuários. Em 1970 estes representavam 73,7% do número total dos estabelecimentos agropecuários do município e ocupavam 15,8% da área total dos mesmos. Já em 1996 essa participação reduziu-se para 48,8% e 7,7% respectivamente ao número e à área total dos estabelecimentos. A redução foi mais intensa nos estabelecimentos com área de até 10 ha, que representavam em 1970, 56,2% do total dos estabelecimentos do município e 8,5% da área dos mesmos. Em 1996 a participação no total dos estabelecimentos e na área ocupada pelos mesmos reduziu-se respectivamente para 29,5% e 2,7%.

Portanto, caracteriza-se a concentração fundiária, evidenciada pelos dados censitários, que indicavam em 1996 os estabelecimentos com área de até 50 ha representando 76,0% do número total dos estabelecimentos agropecuários e ocupando apenas 23,5%, da área total ocupada por todos os estabelecimentos. Por outro lado, os estabelecimentos com área de 200 ha e mais representavam apenas 6,0% do número total de estabelecimentos agropecuários e dominavam 45,0% do total da área ocupada.

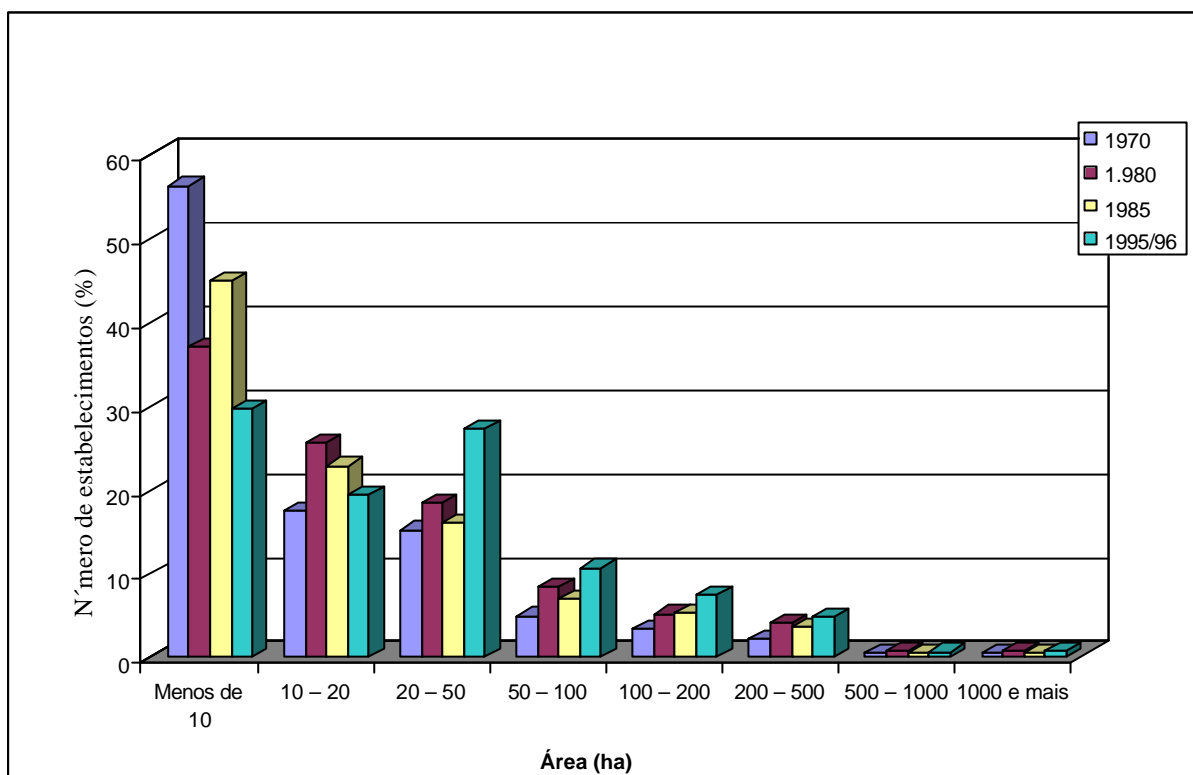
Outro aspecto que comprova a concentração fundiária se refere à evolução da área média dos estabelecimentos agropecuários do município, que representava 33,4 ha, em 1970, subindo para 54,11 ha em 1996.

Figura 02 - Malha fundiária do Município de Fernandópolis - SP: distribuição dos estabelecimentos agropecuários por estrato de área (ha) - 1970 - 1995/96



Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985, 1995/96

Figura 03 - Malha fundiária no Município de Fernandópolis – SP: número de estabelecimentos agropecuários - 1970 – 1995/96



Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985 e 1995/96

O recrudescimento da concentração fundiária no Município de Fernandópolis, pode ser explicado pela crise que abarcou a agricultura brasileira, a partir do início da década de 1980, sobretudo em relação ao pequeno produtor. Vários fatores contribuíram para essa decadência, destacando-se: a queda dos preços dos produtos agrícolas; o agravamento do processo inflacionário; o desgaste dos solos, ocasionando a redução de produtividade; e, as políticas públicas para o fomento agrícola, que tiveram como característica marcante a exclusão de grande parte dos pequenos agricultores.

Atentamos para o fato de que o projeto modernizador da agricultura brasileira foi conduzido pela ação do Estado, sendo marcado por privilégios e, neste sentido, Gonçalves Neto (1997) alerta que *“nenhum planejamento consegue estender benefícios a todos os envolvidos”*. Segundo o referido autor, o privilegiamento no setor agropecuário brasileiro refletiu a estrutura de poder de uma sociedade em que as “decisões políticas não são tomadas numa atmosfera de neutralidade e correspondem às posições que ocupam os agentes sociais no interior da sociedade” (1997, p. 143)

Nesse contexto, não houve a preocupação em estabelecer uma política agrícola voltada para o atendimento do pequeno agricultor e este não tinha condições de concorrer com o grande capital e muito menos, com poucas exceções, de desenvolver uma agricultura com base no modelo empresarial, que pudesse impedir esses produtores de vivenciarem a crise em que se encontram nos últimos anos.

O modelo excludente se evidenciava de várias formas, a começar pelas linhas de crédito agrícola, que se transformaram em mecanismo de benefícios ao grande proprietário de terras. Para Szmrecsányi & Ramos (1997, p. 238): “O crédito rural subsidiado foi o mais importante instrumento de que lançou mão o Estado brasileiro da época para promover a chamada modernização de nossas atividades agropecuárias”. No entanto, estes autores destacam que os recursos fornecidos pelo referido crédito, em relação aos agricultores, privilegiaram os grandes produtores<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Uma das formas que os grandes proprietários usavam para multiplicar o seu capital era o desvio de recursos obtidos através do crédito rural para atividades não agrícolas. Para isso, contavam com a conivência do sistema de fiscalização das instituições financeiras. “Partindo do princípio de que o sistema de fiscalização não tem meios de acompanhar as aplicações, torna-se, rentável, a partir de um certo nível de subsídios, a aquisição de áreas rurais com o intuito exclusivo de captar o benefício creditício [...] O registro de propriedade rural transformou-se em verdadeiro brevê de voo a ganhos de transferência e valorização imobiliária [...] Essa realidade se explica pelo simples fato de existirem



Mesmo nos momentos em que o crédito, com juros subsidiados, estava farto, como no início da década de 1970, o privilégio se voltava para os grandes proprietários, ainda que nem sempre esses representassem grandes produtores<sup>14</sup>.

Para Martins,

[...] a competição é absolutamente desigual. [...] o próprio governo estimula essa desigualdade. Em 1975, 66,9% dos estabelecimentos agropecuários tinham menos de 20 ha e receberam 8,4% dos financiamentos concedidos ao campo (7,6% dos financiamentos oficiais) [...]. Enquanto isso, 33,1% dos estabelecimentos, aqueles com mais de 20 ha, receberam 91,6% dos financiamentos (1981, p. 148)

De acordo com Thomaz Júnior (2002), os censos do IBGE indicam o pequeno número de estabelecimentos no Brasil que conseguem financiamentos agrícolas, ou seja, em 1970, apenas 11,5% do total (567.598), em 1980, 21% (1.058.058), e em 1985 esse percentual caiu para 12,6% (734.351).

É importante notar então, que em 1985 mais de 5.000.000 de estabelecimentos (...) ou 87%, não utilizaram financiamentos agrícolas. Fica comprovada a seletividade de crédito, pois mais de 70% destinaram-se para os estabelecimentos de mais de 1000 ha (Thomaz Júnior, 2002, p. 81).

Convém destacar que o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi fundamental para o projeto de modernização da agricultura brasileira. Entretanto,

o crédito rural subsidiado constituiu um instrumento de articulação e convergência entre os seguintes atores sociais: os proprietários rurais/burguesia agrária, o grande capital com interesses na agricultura (destacando-se os ramos industriais fornecedores e processadores da produção agrícola – a montante e a jusante), os capitais de origem urbana preocupados com a aplicação de capital produtivo na agricultura e com a especulação de terras, os bancos e o Estado (Martine, 1987, p. 22/23).

Durante a primeira década de atuação, o SNCR concedeu empréstimos com taxas de juros abaixo dos índices de inflação. A partir do início da década de 1980,

---

investidores não-agrícolas utilizando-se da aquisição de títulos de propriedade rural para tomar empréstimos subsidiados, a fim de desviá-los para reaplicações financeiras [...] Assim, para os empresários agrícolas poderem remunerar adequadamente 'seu' capital imobilizado em terras, haverá sempre uma indução ao desvio de, pelo menos, uma parte dos recursos tomados ao Sistema de Crédito Rural, para aplicações financeiras ou, ainda, para maiores aplicações em terra" (Silva & Kageyama, *apud* Santos, 1996, p. 159)

<sup>14</sup> "Entre 1966 e 1976, em relação ao encaminhamento do crédito rural, tanto para a agricultura como para a pecuária, ocorreu uma dramática queda na participação dos pequenos produtores e uma fulminante ascensão dos grandes produtores. Ao final dos onze anos, [...] para a agricultura, os pequenos produtores estavam reduzidos a menos de um terço do que recebiam no início, numa queda constante em todos os anos. Os médios produtores também sofrem redução de participação, apesar de aumento no início do período. Já os grandes produtores, `a exceção dos anos de 1968 e 1976, quando sofrem leve descenso, apresentam uma ascensão arrasadora: passam de 20,7% dos fundos para 53,53%" (Gonçalves Neto, 1997, p. 173 – 174).

com a economia brasileira entrando em profunda crise, acumulando enormes déficits internos e externos, o SNCR não contava com reservas que pudessem entrar no sistema produtivo sob a forma de subsídios. A partir de então, não só as taxas de juros sobem, como há drástica redução do montante disponível para o crédito agrícola. Nesse contexto, para os pequenos produtores, se nos momentos de grande oferta de capital visando financiar a atividade agrícola, as dificuldades em relação à obtenção do crédito rural eram grandes, a partir do estabelecimento da crise, as barreiras se acentuam ainda mais.

Para Hespanhol

Se enquanto perdurou o modelo de modernização da agricultura financiado pelo Estado, a maioria dos pequenos produtores rurais não conseguiu alterar a base técnica e econômica da produção, sendo muitos excluídos do meio rural, dado o caráter excludente e concentrador do processo modernizante, durante a crise econômica iniciada nos anos 1980 e ainda não superada, a situação agravou-se ainda mais (1997, p. 47)

Assim, a exclusão de grande parte dos pequenos produtores agrícolas, em relação às políticas de fomento do SNCR, contribuiu para a decadência de muitos, principalmente a partir da década de 1980. É necessário salientar que, neste contexto, a crise abarcou pequenos produtores proprietários, arrendatários e parceiros, sendo estes últimos os mais atingidos, fato que pode ser comprovado, em Fernandópolis.

## **2. 2. A decadência do pequeno arrendatário e do parceiro**

Considerando a condição do produtor no Município de Fernandópolis, no período de 1970 a 1995/96, a Tabela 04 possibilita-nos entender que em se tratando de área ocupada, predominou a exploração do estabelecimento pelo proprietário. Porém, fica claro que, em relação a 1970, a participação dos arrendatários e parceiros em termos de número de estabelecimentos declinou, embora, em termos de área ocupada, tenha expandido os arrendamentos entre 1985 e 1995/96.

**Tabela 04 - Condição do produtor em número e área (ha) dos estabelecimentos agropecuários no Município de Fernandópolis – SP – 1970 a 1995/96**

Produtor	Estabelecimentos	1970		1980		1985		1995/96	
		Nº (%)	Área (%)	Nº (%)	Área (%)	Nº (%)	Área (%)	Nº (%)	Área (%)
Proprietário	Nº (%)	539	37,8	550	47,5	651	52,7	706	83,5
	Área (%)	36.412	76,4	45.520	80,6	46.036	85,7	43.065	91,7
Arrendatário	Nº (%)	298	20,9	45	3,9	58	4,7	52	6,1
	Área (%)	3.084	6,5	1.747	3,1	1.618	3,0	2.661	5,6
Parceiro	Nº (%)	522	36,6	503	43,4	497	40,2	61	7,2
	Área (%)	5.037	10,5	4.832	8,5	5.269	9,8	790	1,7
Ocupante	Nº (%)	67	4,7	60	5,2	30	2,4	27	3,2
	Área (%)	3.129	6,6	4.350	7,8	780	1,5	459	1,0
Total	Nº (%)	1.426	100,0	1.158	100,0	1236	100,0	846	100,0
	Área (%)	47.662	100,0	56.449	100,0	53.693	100,0	46.975	100,0

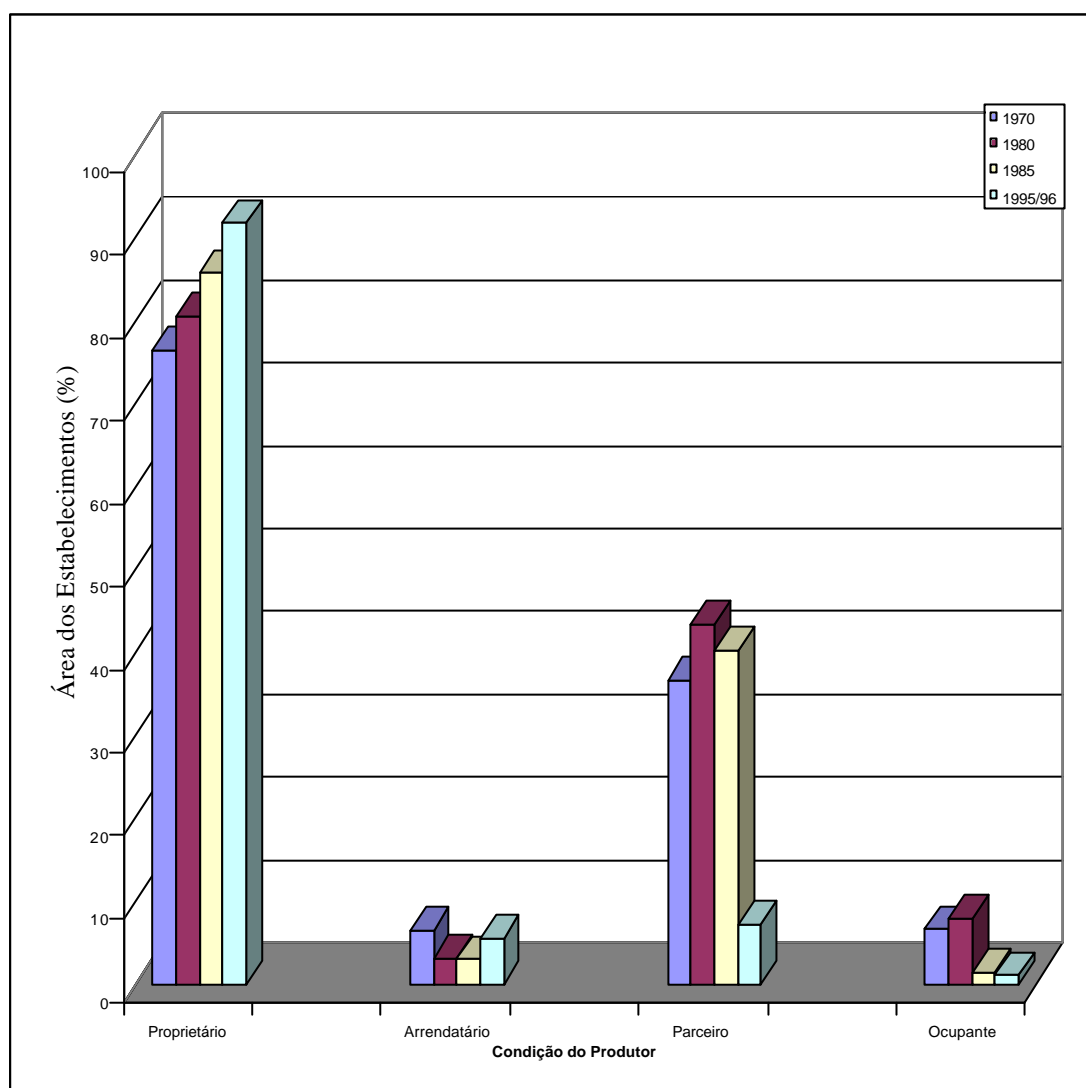
Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985 e 1995/96

Observando a Tabela 04 constata-se que os arrendatários em 1970 eram responsáveis por 20,9% dos estabelecimentos agropecuários, correspondendo a 6,5% da área total dos mesmos. Em 1980, a participação dessa categoria de produtores reduziu-se para 3,9% em relação ao número total dos estabelecimentos e 3,1% em relação à área total ocupada. Em 1985, houve aumento na participação dos arrendatários, em relação ao número de estabelecimentos, representando 4,7% do total dos mesmos. Entretanto, no que diz respeito à área ocupada praticamente não houve alteração, perfazendo 3,0% do total. Em 1995/96, os arrendatários passam a dominar 6,1% do total dos estabelecimentos agropecuários e 5,6% do total da área ocupada. Portanto, nota-se a expansão dessa forma de exploração dos estabelecimentos agrícolas em relação a 1985.

Entretanto, é interessante observar que em relação ao total dos estabelecimentos, a participação dos arrendatários, declina de 20,9%, em 1970, para 6,1% em 1995/96. Contudo, em relação à área total ocupada a redução não foi tão significativa, caindo de 6,5% em 1970, para 5,6% em 1995/96.

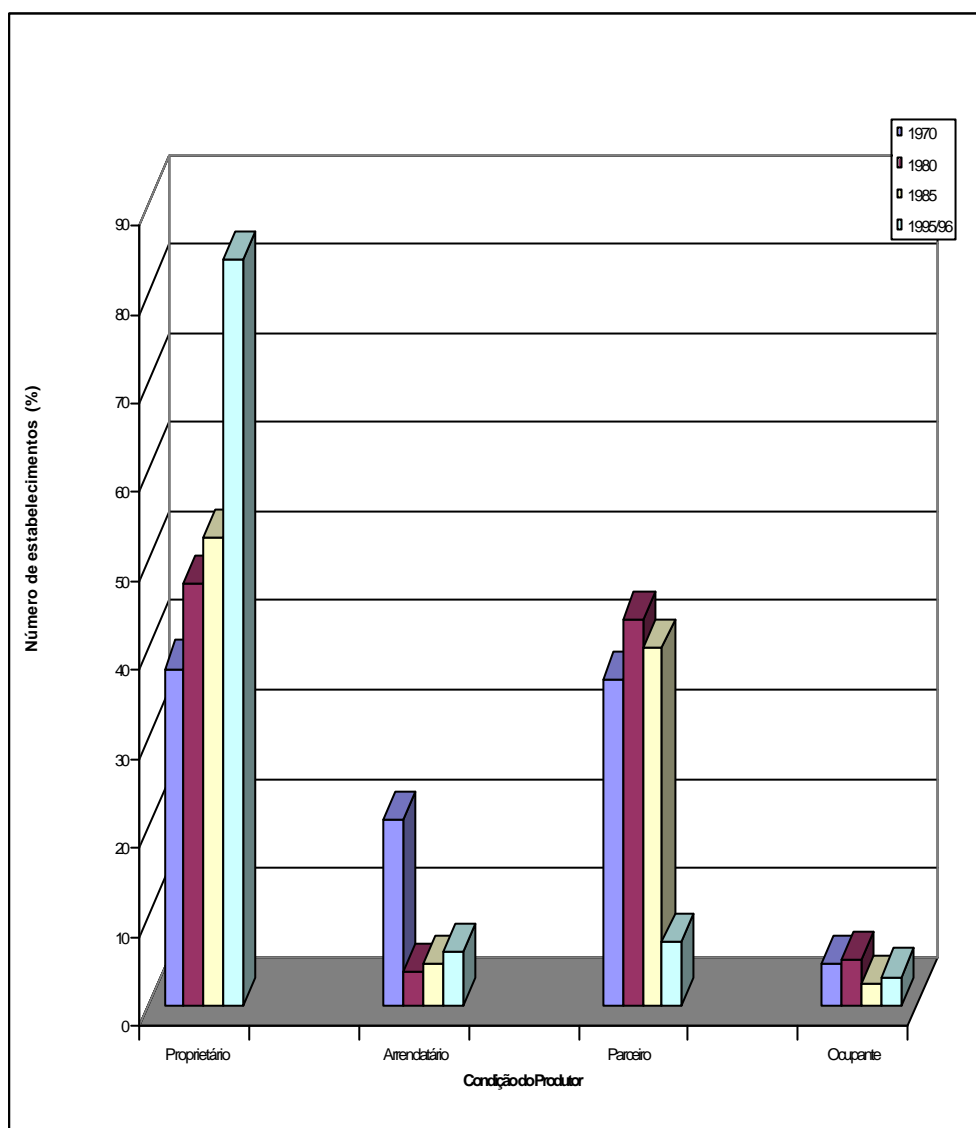
Diante desse quadro, fica evidente que foram excluídos do processo produtivo os pequenos arrendatários, já que enquanto em número de estabelecimentos a redução relativa de 1970 para 1995/96 atingiu 82,6%, em termos de área ocupada representou apenas 13,7%.

Figura 04 - Condição do produtor segundo área dos estabelecimentos agropecuários no Município de Fernandópolis - SP - 1970 - 1995/96



Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985, 1995/96

Figura 05 - Condição do produtor segundo número de estabelecimentos agropecuários no Município de Fernandópolis - SP - 1970 - 1995/96



Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985, 1995/96

A redução da participação dos pequenos arrendatários, na agricultura de Fernandópolis é o reflexo das transformações socioeconômicas na agricultura brasileira, paulista e local que, a partir do final da década de 1980, começou a sentir a decadência do cultivo de alguns produtos e a ascensão de outros. Destaca-se neste caso a redução do cultivo do algodão que estimulava o arrendamento como forma de produção agrícola.

Na década de 1980, com o fim do crédito rural subsidiado, muitos proprietários descapitalizados, poderiam se interessar em arrendar parte ou toda a sua propriedade, tentando repassar para o arrendatário os riscos da produção. Entretanto, como os custos de produção estavam em elevação, e os preços de alguns produtos em declínio, os arrendatários, em grande parte, sobretudo os pequenos, também sem capital e excluídos do sistema de crédito rural, não conseguiram sobreviver na produção agrícola como produtores autônomos.

No entanto, entre 1985 e 1995/96 houve o aumento do sistema de arrendamento na agricultura de Fernandópolis. Esse fato está diretamente relacionado à expansão da lavoura canavieira que, segundo informações obtidas junto aos produtores, tem ampliado a área de cultivo em terras arrendadas. O crescimento do sistema de arrendamento para a lavoura canavieira está relacionado a dois fatores: por um lado, as terras de regiões produtoras de cana para a agroindústria sucroalcooleira têm-se valorizado bastante em relação a outras áreas; por outro, contraditoriamente à valorização da terra, grande número de agricultores, sobretudo os pequenos, vivem um período de crise que se arrasta há anos.

Assim, os produtores de cana vislumbram a possibilidade de optar pelo arrendamento de terras em vez de comprá-las. Segundo relatos de proprietários, arrendar a terra para o plantio de cana é atualmente um bom negócio<sup>15</sup>, já que os mesmos estão descapitalizados e sem condições de investir na produção. É interessante destacar que para o cultivo da lavoura canavieira é necessário montar uma infra-estrutura de maquinários e equipamentos, cuja propriedade está limitada aos grandes produtores, em função do capital a ser investido na aquisição dos

---

<sup>15</sup> De acordo com informações obtidas junto aos produtores de cana-de-açúcar e os proprietários das terras, constatamos que o arrendamento em 2003 é realizado com o pagamento pelo uso da terra em torno de R\$ 300,00 por hectare ao ano. Existem proprietários pecuaristas que em função do desgaste de suas pastagens estão arrendando suas terras para a produção de cana no Município de Fernandópolis e pagando o arrendamento de terras no Estado de Goiás para a criação de bois. Segundo os informantes, isso se justifica pelo fato de que com o arrendamento de 10 ha em Fernandópolis paga-se o arrendamento de 20 ha em Goiás.

mesmos. Portanto, mesmo que os pequenos proprietários pretendessem produzir cana, isso seria muito difícil em virtude da falta de capital para o investimento no cultivo da lavoura.

Dessa forma, mediante o pagamento, em dinheiro, anualmente, grande número de pequenos e médios proprietários procura no arrendamento para o cultivo de cana-de-açúcar uma maneira de retirar alguma renda de sua unidade produtiva. Segundo relatos de produtores de cana, em Fernandópolis e municípios vizinhos, é cada vez maior o número de proprietários interessados em arrendar suas propriedades. De acordo com o relato de um engenheiro agrônomo responsável pela produção de cana para a Destilaria Alcoeste, a oferta de terras para o arrendamento, somente em 2003, era de cerca de 1000 ha.

Quanto aos parceiros, a Tabela 04 demonstra que estes representavam, em 1970, 36,6% dos estabelecimentos e 10,5% da área ocupada pelos mesmos. Em 1980, ocorreu a expansão da participação desses produtores agrícolas em relação aos estabelecimentos, passando a responder por 43,4% do número total, porém, em termos do total da área ocupada reduziu-se para 8,5%. Em 1985, os dados da FIBGE indicam que houve um ligeiro declínio na participação do regime de parceria em número de estabelecimentos, perfazendo 40,2% do total e a expansão da área ocupada, dominando 9,8%. Já em 1995/96, observa-se uma drástica redução dessa forma de produção, perfazendo apenas 7,2% do total dos estabelecimentos e 1,7% do total da área ocupada.

Convém salientar que a parceria se fundamentou nos pequenos estabelecimentos agropecuários, fato que pode ser melhor observado quando se nota que a maior área média dos estabelecimentos que contavam com essa relação de trabalho, demonstrada pelos dados censitários de 1970 a 1995/96, foi de 12,9 ha em 1995/96.

A importância da parceria no Município de Fernandópolis, esteve diretamente ligada à cafeicultura. Se observarmos os dados dos Censos Agropecuários da FIBGE, podemos constatar que enquanto o café se constituiu na principal lavoura da agricultura local, o regime de parceria foi bastante significativo.

O declínio do sistema de parceria pode ser creditado a um conjunto de fatores provocados pelos rearranjos do capital. À medida que a agricultura se capitaliza, esta relação de trabalho e produção vai perdendo a importância. Gonzáles & Bastos (1977) alertam para o fato de que para os empresários agrícolas a parceria fica

muito mais onerosa, quando se dispõem de capital para pagar trabalhadores, principalmente os volantes. Assim, a parceria tende a ir diminuindo nas áreas em que a agricultura é mais desenvolvida

Entretanto, quando Gonzáles & Bastos desenvolveram o trabalho, do qual fizemos referência (1977), a participação dos parceiros na produção agrícola de Fernandópolis ainda era bastante expressiva, sobretudo em número de estabelecimentos. Isso pode ser atribuído ao fato de que as transformações impostas pelo capital na agricultura local ainda eram incipientes se comparadas a outras regiões do Estado de São Paulo. Naquele momento as lavouras tradicionais como o café, algodão, arroz e milho permaneciam dominando a paisagem agrícola local.

Pode-se dizer que a parceria perde importância na produção agrícola de Fernandópolis a partir do início da década de 1990, tendo como fatores decisivos a expansão capitalista na agricultura e a decadência do cultivo de algumas lavouras como o algodão e, sobretudo, o café.

Observa-se ainda a questão da possível participação do Estatuto do Trabalhador Rural. Muitos parceiros, residentes nos estabelecimentos, teriam representado ameaça para o proprietário, na medida em que a qualquer momento poderiam acionar judicialmente o seu patrão, visando ao acerto dos seus direitos trabalhistas, quando dedicavam parte do seu tempo em trabalho para o dono da unidade produtiva.

Gonzáles & Bastos (1977, p. 40) lembram que

Embora o parceiro não esteja regido pelo ETR, pois não se considera a parceria como uma forma de emprego, mas uma relação societária (tratada pelo Estatuto da Terra), o parceiro em certa medida, não deixa de ser amparado pelo ETR. Como certos parceiros são, também, assalariados, isto é, têm as dimensões de produtor autônomo e de empregado, a segunda que é considerada pelo ETR. Desse modo, a plantação sob a responsabilidade do parceiro é objeto de contrato separado (regido pelo Estatuto da Terra) e o produto desse contrato não poderá não poderá compor a parte correspondente ao salário mínimo na remuneração geral do trabalhador, durante o ano agrícola (ETR, Art. 41, parágrafo único). Esta situação torna-se a parceria bastante desinteressante como fonte de mão-de-obra semi-assalariada barata.

Assim, o proprietário, pretendendo se livrar de possíveis problemas, teria procurado maneiras de encerrar suas relações contratuais com o parceiro, o que implicou na sua saída do estabelecimento agropecuário.



### **2. 3. A expansão da administração por parte do proprietário**

Como se pode notar através da Tabela 04, a condição do proprietário se fortaleceu bastante na agricultura do Município de Fernandópolis entre 1970 e 1996. Observa-se que em termos de área, em função da desigual distribuição da terra, sempre houve o predomínio dos proprietários. No entanto, em relação ao número de estabelecimentos, nas décadas de 1970 e 1980 os proprietários representavam menos da metade dos estabelecimentos, dominando 37,8% e 47,5%, respectivamente.

Em 1985 o predomínio dos proprietários já ocorre tanto em termos de área ocupada, representando 85,7% do total, quanto em número de estabelecimentos, passando a ser responsável por 52,7% do total dos estabelecimentos. Em 1996 nota-se a importância ainda maior da categoria de proprietário, que passa a representar 83,5% do número total dos estabelecimentos agropecuários e 91,7% da área ocupada pelos mesmos.

Assim, o fortalecimento da categoria dos proprietários pode estar relacionado à decadência principalmente do sistema de parceria no Município de Fernandópolis. Com a expansão capitalista na agricultura, o regime de parceria passa a ser substituído pelo trabalho assalariado, especialmente o temporário, levando o proprietário a contratar mão-de-obra somente nos momentos necessários, tais como na colheita.

### **2. 4. A decadência das lavouras tradicionais**

A nova dinâmica econômica brasileira centrada no desenvolvimento industrial proporcionou a partir do início da década de 1960, condições para a modernização da agricultura estabelecendo as bases para a integração agricultura/indústria, o que deu origem ao desenvolvimento do Complexo Agroindustrial (CAI).

Para Sorj (1980, p.11),

há uma redefinição das relações entre a agricultura e a indústria a partir do desenvolvimento do complexo agroindustrial. A agricultura passa a se reestruturar a partir de sua inclusão imediata no circuito de produção industrial, seja como consumidora de insumos e maquinarias, seja como produtora de matéria-prima para a sua transformação industrial. Embora se mantenha a transferência de excedentes do setor agrícola, essa transferência é realizada principalmente pela ação do complexo agroindustrial, que passa a comandar os processos de produção na agricultura.

Thomaz Júnior destaca que

a “modernização” da agricultura no Brasil, associada à industrialização da agricultura e casada com a “revolução verde” -, potenciada e dirigida pelo Estado, via incorporação diferencial e seletiva do “progresso técnico” – intensificou a integração intersetorial através da constituição e consolidação do CAI, priorizando os produtos exportáveis, tais como: açúcar, suco de laranja concentrado, soja e seus derivados. A depender, é claro, das vantagens comparativas entre os preços dos mercados interno e externo, já que são produtos interligados aos mercados especulativos das bolsas de valores no comércio mundial de *commodities* (Thomaz Júnior, 2002, p. 82).

Diante deste contexto, alguns produtos destinados ao mercado externo e à transformação industrial passaram a ser priorizados, acarretando a decadência de algumas lavouras em benefício de outras. Em Fernandópolis, esse processo, embora tardiamente quando comparado com outras regiões do Estado de São Paulo, ficou bem evidente com a decadência do cultivo de lavouras como a do arroz, algodão e, principalmente do café. A área cultivada com esses produtos apresentou grande redução a partir do final da década de 1980, cedendo espaço para a expansão do cultivo de cana-de-açúcar, laranja e banana, além de outros com menor expressão, como o limão, a borracha (látex) etc.

Na Tabela 05 podemos observar a área cultivada com as principais lavouras no Município de Fernandópolis no período de 1970 a 2001.

**Tabela 05 – Principais lavouras em área cultivada (ha) na agricultura do Município de Fernandópolis – SP – 1970 a 2001.**

Produto	1970	1980	1985	1995/96	2001
Algodão	3.824	329	2.518	350	400
Amendoim	98	79	27	-	-
Arroz	2.172	747	956	110	100
Banana	-	1	1	200	850
Borracha (látex)	-	-	-	-	226
Café	6.044	5.858	5.727	389	520
Cana	40	93	3.449	5.147	5.115
Feijão	17	135	37	400	250
Laranja	64	311	765	1.133	1.969
Limão	-	2	56	50	252
Manga	-	-	4	27	50
Milho	3.560	3.123	2.880	1.495	4.300
Tangerina	-	1	3	64	89
Soja	70	198	52	6	80

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985 e 1995/96; Produção Agrícola Municipal de 2001.

Nota-se que os cafezais somavam 6.044 ha em 1970, período auge do cultivo do produto, passando a ocupar apenas 520 ha em 2001, tendo, portanto, uma redução de 91,4% em sua área cultivada. Observa-se também que em 1970, o arroz e o algodão ocupavam 2.172 ha e 3.284 ha respectivamente; já em 2001, as áreas ocupadas por esses produtos foram reduzidas em 95,4% e 87,8% respectivamente, passando a representar 100 ha para o arroz e 400 ha para o algodão.

Enquanto a área ocupada com o café, o algodão e o arroz declinava, outras lavouras tinham sua área de cultivo expandida. A laranja aumentou de 64 ha em 1970 para 1.969 ha em 2001, tendo um acréscimo de 96,8%. Citamos ainda o limão, a borracha e a banana que até 1980 praticamente inexistiam no município, para fins comerciais e, em 2001, respondiam por 252 ha, 226 ha e 850 ha, respectivamente.

Entretanto, o produto que mais se destaca nessa reestruturação da agricultura no Município de Fernandópolis é a cana-de-açúcar que passou a ser cultivada em grande escala a partir do início da década de 1980, com a instalação da Destilaria Alcoeste S/A, em 1982. Em 2001, no Município de Fernandópolis, a área cultivada com a cana, de acordo com os dados da FIBGE (Produção Agrícola Municipal), atingia 5.115 ha. Em 2003, de acordo com os produtores, a lavoura canavieira no município abrangeu aproximadamente 7.500 ha.

A importância da lavoura canavieira na agricultura do Município de Fernandópolis pode ser observada na Tabela 06, referente ao valor da produção em 2001. Constatou-se que a cana-de-açúcar representou 71,8% do valor da produção das lavouras temporárias e 50,2% do valor da produção do conjunto de todas as lavouras do município.

Destaca-se ainda a decadência da cafeicultura, a qual, no que se refere ao valor da produção, já fora superada em 2001 pelas lavouras da laranja e da banana.

**Tabela 06 - Valor da produção, segundo as culturas no Município de Fernandópolis – SP – 2001**

Lavouras Temporárias			Lavouras Permanentes		
Produto	Área cultivada (ha)	Valor (em mil reais)	Produto	Área cultivada (ha)	Valor (em mil reais)
Algodão	400	442	Banana	850	1.501
Arroz	100	37	Borracha (látex)	226	370
Cana-de-açúcar	5.115	10.611	Café	520	1.067
Feijão	250	136	Laranja	1.969	3.818
Mandioca	52	28	Limão	252	123
Melancia	110	528	Manga	50	30
Milho	4.300	2.641	Tangerina	89	44
Soja	80	60	-	-	-
<b>Total</b>	<b>10.407</b>	<b>14.483</b>	<b>Total</b>	<b>3.956</b>	<b>6.953</b>

Fonte: FIBGE – Produção Agrícola Municipal – 2001

Com a decadência de algumas lavouras e a ascensão de outras emergiu “uma reestruturação social da produção” (Martine & Beskol, 1987, p. 21). Um dos aspectos marcantes dessa reestruturação, foi, por um lado, a redução do regime de parceria, comum no cultivo do café, lavoura que teve sua área sensivelmente reduzida e, por outro, a expansão do trabalho assalariado volante, bastante empregado nas lavouras de banana, laranja e, com maior amplitude na cana-de-açúcar, principalmente no período da safra.

Convém mencionar que a reestruturação social da produção é motivada não só pela substituição de algumas lavouras por outras. Relaciona-se também à tecnificação da base produtiva com a ampliação dos investimentos de capital em novas técnicas de produção, que implicam diretamente na redefinição do emprego de mão-de-obra no campo, já que essas técnicas ampliam o controle do processo de trabalho por parte do empresário capitalista. A seguir abordaremos a materialização desse processo no Município de Fernandópolis.

## **2. 5. A tecnificação do cultivo**

Entre 1930 e 1950, as principais modificações na agricultura brasileira, em relação à produção, foram: a diversificação de produtos; o aumento da demanda por parte do mercado interno; e a expansão da circulação de produtos com o desenvolvimento do setor de transportes, criando condições para a integração do mercado nacional.

Quanto às formas de produção, as mudanças foram mais lentas. Essa lentidão em relação às formas de produzir, principalmente no que diz respeito a tecnificação e mecanização pode ser demonstrada através de alguns dados. Assim,

entre 1940 e 1950 o número de tratores utilizados na agricultura brasileira cresceu de apenas 3.380 unidades para 8.372 unidades; mas na década de 1950 verifica-se um grande salto, chegando a 1960 com 61.345 tratores utilizados nos estabelecimentos agropecuários (Graziano da Silva, 1996, p.18).

Até então a modernização da agricultura brasileira dependia da importação de máquinas, equipamentos e insumos. Entre 1950 e 1960 foram importados 82.684 tratores; já em 1964, a produção interna supria 90,0% da oferta, crescendo para 99,0% em 1970. Na década de 1960, as importações caem para 13.553 unidades e a produção interna atinge 88.925 unidades.

No pós-guerra (1945), a agricultura conheceu um crescimento horizontal e vertical<sup>16</sup>. Ao mesmo tempo em que se expandiram as fronteiras agrícolas, recebeu também investimentos no sentido da modernização de sua base técnica, mediante o emprego de insumos e equipamentos até então pouco utilizados. Tudo sob o comando da dinâmica produtiva imposta pelo processo de industrialização em curso no país, que proporcionou condições para a montagem interna do setor de produção de insumos e equipamentos para a agricultura ( $D_1$ ). Mas, as inovações e a integração indústria/agricultura não ocorrem de forma uniforme por todo o território, refletindo o desenvolvimento desigual característico de toda a sua história.

Como observa Moreira (1990, p. 59),

o ritmo dessas transformações segue uma certa polaridade e evolução regional desigual. A polaridade é dada pelos centros de mercado urbano. Por isso, quanto mais o desenvolvimento industrial avança no eixo Rio de Janeiro/São Paulo, nuclear da industrialização do país, mais espaços agrários são colocados sob sua polaridade, incorporando sucessivamente à marcha dessa industrialização os produtos dos outros espaços regionais.

Nesse sentido, segundo Martine (1987, p. 14), no Estado de São Paulo “esse processo ocorreu primeiro, de forma mais profunda e, ao mesmo tempo, mais heterogênea. Foi também o Estado mais afetado pela mecanização, o que mais incorporou as inovações tecnológicas [...]”.

---

<sup>16</sup> O crescimento horizontal da agricultura consiste na ampliação da área cultivada através da expansão da fronteira agrícola. Já o crescimento vertical se refere ao emprego de novas técnicas de produção que proporciona ganhos de produtividade.

Para Muller (1989) a modernização da agricultura brasileira<sup>17</sup>, a partir de 1960, apresentou como uma de suas principais transformações a inovação da base técnica de produção com a expansão do uso de máquinas, implementos, insumos, sementes selecionadas e outras. Para tanto, contou com a aliança do grande capital nacional e internacional com as políticas públicas de fomento para o setor agrícola. Havia setores fortemente organizados em sindicatos patronais que atuavam em mercados acentuadamente oligopolizados. Dependiam diretamente das políticas creditícias dirigidas para a agricultura, levando-os a operar como grupos de pressão favoráveis à modernização do agro-nacional, influenciando a formulação da política monetária, fiscal, cambial e as relativas ao comércio interno e externo.

Muller lembra os

interesses dominantes nos subsetores industriais que têm na agricultura seus mercados compradores: tratores agrícolas; máquinas e implementos agrícolas; inseticidas, fungicidas e pesticidas; adubos, fertilizantes e corretivos; produtos farmacêuticos e veterinários, e rações e alimentos para animais. Assim, a agricultura converteu-se em condição de acumulação de parcela da indústria de bens de capital. Em suma, a agricultura não mais depende apenas do crescimento da agroindústria, mercado interno e de exportações, mas também da indústria produtora de insumos e máquinas (1989, p. 82).

Retomamos a importância do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instituído em 1965, para a modernização da agricultura brasileira. “Até 1979 o crédito rural era um crédito específico destinado a desencadear e sustentar a modernização agrícola, com linhas específicas de financiamentos a insumos químicos, sementes selecionadas e investimentos rurais” (Graziano da Silva, 1996, p. 35).

Os dados apresentados pelas Tabelas 07 e 08 demonstram que no Município de Fernandópolis a transformação na base técnica de produção agrícola, notadamente em relação à introdução do trabalho mecanizado, está bastante evidente. Como a efetiva ocupação foi tardia<sup>18</sup>, desde as primeiras décadas a região já se insere no contexto do processo de modernização da agricultura brasileira, embora há que se realçar que as transformações impostas pela capitalização da atividade agrícola local até o final da década de 1980 eram bastante incipientes.

---

<sup>17</sup> “[...] somente a mecanização e a expansão do emprego de insumos químicos não são suficientes para caracterizar a modernização da agricultura. Tal processo, para ser completo, requer reformulações no sistema de comercialização, de assistência técnica, enfim, alterações estruturais no padrão produtivo”. (Hespanhol, 1996, p. 150).

<sup>18</sup> A efetiva ocupação da região só se desenvolveu a partir da década de 1930, e, na década de 1960, quando avança o processo de modernização da agricultura brasileira, essa ocupação ainda não estava totalmente consolidada.

### 2. 5. 1. O uso de tratores e implementos

Atendendo aos interesses do capital, o aumento da produtividade do solo e do trabalho deve passar pela aplicação de um conjunto de técnicas fundamentadas na utilização de maquinários, fertilizantes e agrotóxicos. Conta a favor do processo de tecnificação da atividade agrícola a atração pelo novo e, nesse sentido, todos almejam a inserção no mundo das novas tecnologias, representado em primeiro plano pelas máquinas. Para Martins

a máquina, mais do que o adubo, o inseticida, o espaçamento racional, a semente selecionada, é o símbolo da modernização como a vê o homem rural que não raciocina em termos do capital investido, mas sim em termos de aspirações urbanas de consumo ostensivo. Ele é mais sensível à valorização da técnica e vê com verdadeiro deslumbramento os aparelhos que lhes são exibidos diretamente ou através de folhetos coloridos (1975, p. 31).

A tabelas 07 evidencia a expansão do emprego de máquinas e implementos agrícolas no Município de Fernandópolis. O montante de tratores aumentou de 164 em 1970 para 319 em 1980; 409 em 1985; e 483 em 1996.

**Tabela 07 – Área dos estabelecimentos e de lavoura por tratores no Município de Fernandópolis e no Estado de São Paulo – 1970 a 1996**

Anos	Nº Total de tratores – Mun. de Fernandópolis	Hectares de lavoura/tratores no Mun. de Fernandópolis	Área do Est. por tratores No Mun. De Fernandópolis	Total de tratores no Est. São Paulo	Hectares de lavouras/tratores no Est.São Paulo	Área do estab. por tratores no Est. São Paulo
1970	164	98	290	67.213	70	303
1980	319	53	176	138.739	42	145
1985	409	43	131	159.625	40	127
1996	483	24	97	170.573	30	101

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985 e 1995/96

Na tabela 08 constata-se que houve aumento não apenas no número de total de tratores no município, mas também da potência dos mesmos.

**Tabela 08 - Número de tratores no Município de Fernandópolis, segundo as faixas de potência – 1970 a 1996.**

Anos	Menos de 10 HP	10 - 50	50 - 100	100 e mais	Total
1970	3	88	73	---	164
1980	4	73	223	19	319
1985	6	75	291	36	408
1996	3	105	317	58	483

*Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985 e 1995/96.*

Nota-se que a ampliação da frota se acelerou muito a partir da década de 1980, sendo que de 1985 em diante o maior aumento percentual ocorreu junto aos tratores com potência superior a 100 hp. Em 1996 os dados da FIBGE demonstram que o índice médio de tratorização na agricultura local já superava o do Estado de São Paulo, tanto em área dos estabelecimentos, quanto em área de lavouras cultivadas. Cada trator no Município de Fernandópolis correspondia a 24 ha de lavoura cultivada e 97 ha de área dos estabelecimentos. Já no Estado de São Paulo cada trator correspondia a 30 ha de lavouras cultivadas e 101 ha de área dos estabelecimentos.

Faz-se necessário destacar que a grande expansão do número de tratores na agricultura local a partir da década de 1980 não pode ser entendida como uma mecanização do trabalho em sentido amplo, ou seja, em todos os segmentos da atividade agrícola. Essa ampliação da frota de tratores, sobretudo aqueles com grande potência, está diretamente ligada ao grande capital com a expansão da lavoura de cana-de-açúcar<sup>19</sup>, em função da destilaria Alcoeste, no município.

A expansão da produção mecanizada pode ser percebida ainda pelo aumento dos arados de tração mecânica, que se elevou de 209 unidades em 1970, para 490 em 1985 e 553 em 1996 (FIBGE).

<sup>19</sup> A lavoura canavieira requer o emprego de tratores de grande porte em função das características de cultivo. Trata-se de áreas de grandes dimensões, cuja aração do solo deve ser profunda e o sulcamento para o plantio da cana emprega implementos pesados, os quais ficam inviáveis para máquinas de baixa potência.



**Figura 06: Máquinas em galpão de fazenda produtora de cana-de-açúcar**



## 2. 5. 2. O emprego de fertilizantes químicos

Quanto aos insumos químicos, os dados fornecidos pelos Censos Agropecuários não expressam a quantidade consumida pelos estabelecimentos agrícolas, porém, a Tabela 09 indica a utilização de adubo químico e calcário, em termos de estabelecimentos no município.

Os dados da Tabela 09 indicam que o uso de fertilizantes se intensificou a partir de 1970, atingindo 87,0% do total dos estabelecimentos agropecuários em 1985. Já em 1996, os números indicam uma redução no percentual dos estabelecimentos que usaram adubos químicos e calcário, caindo para 70,1% do total.

**Tabela 09 – Número e porcentagem de estabelecimentos agropecuários com uso de adubo químico e calcário no Município de Fernandópolis – SP - 1970 a 1995/96.**

Anos		1970	1980	1985	1995/96
Total dos Estabelecimentos	N	1.426	1.158	1.423	846
	%	100	100	100	100
Estabel.: uso de adubos e calcário	N	351	982	1.236	593
	%	24,6	84,8	86,8	70,1

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985 e 1995/96

A retração no uso de corretivos do solo pode ser atribuída à crise que se abateu sobre a agricultura brasileira, a partir de meados da década de 1980, sobretudo para o pequeno produtor, que sem capital e com difícil acesso ao crédito rural<sup>20</sup>, não tem como investir na compra desses produtos que possam contribuir para a melhoria da sua atividade.

Outro fator a ser destacado é a crise econômica de muitos agricultores que, a partir da década de 1990, promove a substituição de lavouras por pastagens. Salienta-se que em relação à pecuária, a maioria dos produtores não conta com condições financeiras para efetuar investimentos na melhoria da pecuária, o que incluiria a correção do solo, através do processo de adubação, buscando revigorar as pastagens, que, em grande parte, estão debilitadas.

<sup>20</sup> Para Delgado (1985), as resoluções emanadas do Conselho Monetário Nacional, em dezembro de 1982 e junho de 1983, elevando substancialmente as taxas nominais de juros e reduzindo os limites de financiamentos para “pequenos”, “médios” e “grandes” produtores contribuiu decisivamente para a queda no consumo de fertilizantes e defensivos químicos.

No que diz respeito às relações de trabalho e de produção na agricultura, a tecnificação da sua base produtiva produz grandes transformações. Quando se remete aos interesses do capital há que lembrar que esses ultrapassam a esfera do aumento da produtividade da lavoura cultivada, com a introdução de insumos e maquinário. Como elemento fundamental está a subordinação do trabalho ao capital que atua na base técnica da produção alterando as relações sociais de trabalho e de produção criando novas condições de adequação da força de trabalho à esfera da produção, agora sob a referência da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto (Thomaz Júnior, 2000).

Para Camargo (1988, p. 130)

a maquinização substitui diretamente trabalho por meios de produção. Já os fertilizantes e defensivos, com exceção dos herbicidas, não substitui mão-de-obra, ocorrendo na verdade o inverso, à medida que atuam no sentido de se elevar a produtividade da terra. Mas para cada unidade produzida, é menor a necessidade de mão-de-obra, contribuindo, portanto, para o aumento da produtividade do trabalho. A crescente tecnificação do setor iria significar, dessa forma, a liberação de parte da mão-de-obra alocada nas atividades agrícolas, substituída progressivamente por meios de produção.

Contudo, a tecnificação não atinge de forma homogênea a todas as tarefas agrícolas. Como enfatiza Camargo (1988), a utilização de máquinas no preparo do solo e em grande parte do plantio, além da expansão de capinas mecânicas ou químicas nos tratos culturais, não foi acompanhada por uma mecanização significativa nas colheitas. Assim, em função de problemas de ordem técnica e/ou econômica, muitas culturas como café, algodão, laranja, frutas e mesmo grande parte das lavouras de cana-de-açúcar, ainda contam com a colheita manual. Essa é a realidade do Município de Fernandópolis, em que a cana-de-açúcar, principal produto da agricultura local começou a ter o corte mecanizado somente na safra 2001/2002.

A partir do momento em que se adota o uso de técnicas mais modernas fundamentadas no uso de máquinas para o preparo do solo, plantio e tratos culturais, aumenta a sazonalidade do trabalho, pois há a redução da utilização de mão-de-obra durante a formação da lavoura e o aumento da necessidade da mesma durante as colheitas. Nesse contexto, ocorre, por um lado, a dispensa de grande parte da mão-de-obra permanente e, por outro, o aumento da procura pelo trabalho temporário, por ocasião das colheitas, que serão maiores em função do conjunto de

técnicas aplicadas. Portanto, estabelece-se condições para o emprego dos trabalhadores volantes (bóias-frias).

## 2. 6. A redução do pessoal ocupado na agricultura

Os dados apresentados na Tabela 10 demonstram que durante o período em estudo os responsáveis e membros não remunerados da família sempre predominaram na agricultura de Fernandópolis. No entanto, as transformações impostas pelo processo de modernização da agricultura brasileira, produziram condicionantes que alteraram bastante as relações sociais de trabalho e produção no setor. Entre 1970 e 1996, a atividade agrícola, sob a égide do capital, passou por significativa reestruturação na sua dinâmica produtiva que, entre outras alterações, estabeleceu grande redução do pessoal ocupado no campo.

**Tabela 10 - Pessoal ocupado por categoria na agropecuária de Fernandópolis – SP – 1970 a 1996**

Responsáveis e membros não remunerados da família			Empregados permanentes		Empregados temporários		Parceiros empregados		Outra condição		Total	
Ano	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
1970	4.360	78,0	609	11,0	280	5,0	330	5,85	09	0,15	5.588	100,0
1980	2.953	69,8	638	15,08	617	14,6	20	0,5	01	0,02	4.229	100,0
1985	3.683	63,3	1.018	17,5	1.066	18,4	30	0,5	18	0,3	5.815	100,0
1996	1.379	66,8	555	26,9	64	3,1	54	2,6	14	0,6	2.066	100,0

Fonte; FIBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985 e 1995/96

De acordo com os dados representados na Tabela 10, em 1970 o trabalho familiar predominava, respondendo por 78,0% do pessoal ocupado; 11,0% dos empregados permanentes, 5,0% dos empregados temporários; 5,85% correspondentes aos parceiros empregados e 0,15 de outros.

Em 1980, o Censo Agropecuário da FIBGE apontava para uma redução relativa de 32,3% do número de trabalhadores na categoria dos responsáveis e membros não remunerados da família em relação à 1970. Entretanto, esta categoria continuou predominando em termos de pessoal ocupado na agropecuária do Município de Fernandópolis, respondendo por 69,8% do total dos trabalhadores.

Os empregados permanentes aumentaram para 15,08% e os parceiros, em relação à 1970, foram reduzidos em 94,0%, respondendo a apenas 0,5% do pessoal ocupado. A categoria dos empregados temporários, por sua vez, se comparados com os números de 1970, teve um aumento de 120,0%, passando a representar 14,6% do total da mão-de-obra ocupada.

Essas alterações em relação às categorias de trabalhadores resultaram das transformações em curso durante a década de 1970, quando o processo de modernização estabeleceu uma nova dinâmica ao setor, que entre outros aspectos, reestruturou as relações sociais de trabalho e produção.

Na década de 1970, as ocupações estáveis e permanentes foram em grande parte desestruturadas, devido: à adoção de escalas de produção maior que expulsaram pequenos produtores, sejam eles proprietários ou não; à maior utilização de máquinas que expulsou a mão-de-obra tradicional; às mudanças nas relações de trabalho que expulsaram parceiros e arrendatários; finalmente, à especulação fundiária que expulsou todo tipo de trabalhador[...] (Martine & Arias, 1987, p. 55).

Em 1985, a tabela 10 indica que houve um aumento de 37,5% de trabalhadores em relação à 1980, se somadas todas as categorias de trabalhadores. No entanto, a participação do trabalho familiar, em termos relativos, caiu de 69,8% em 1980, para 63,3% em 1985. Em contrapartida, o trabalho temporário continuava se expandindo, passando a representar 18,4% do total de trabalhadores na agropecuária local.

A expansão da mão-de-obra ocupada na atividade agropecuária do Município de Fernandópolis, indicada pelo Censo Agropecuário de 1985, pode ser explicada pela grande área com algodão, café e cana.

Segundo dados da FIBGE, em 1985, na agricultura local foram cultivados 2.518 ha de algodão, 5.727 ha de café e 3.449 ha de cana-de-açúcar. Essas lavouras contribuíram sobremaneira para a geração de postos de trabalho, sobretudo por ocasião das colheitas, já que o índice de mecanização dessa etapa da produção era praticamente nulo.

O Censo Agropecuário de 1995/96 demonstra uma drástica redução de 64,5% no conjunto de trabalhadores inseridos na agropecuária local em relação à 1985. Um aspecto a ser considerado é a data base da coleta de dados do Censo Agropecuário, cuja ocorrência se deu em 31/12/1995. Ocorre que nessa data a tendência é de redução do número de trabalhadores, já que é um período de

formação das lavouras, incluindo a cana-de-açúcar, o que reduz o emprego de mão-de-obra em relação ao período das colheitas.

Mesmo atentando para esse fato, pode-se concluir que houve um grande declínio no contingente de trabalhadores empregados nas atividades agropecuárias em todas as categorias, indicando a expropriação de proprietários, arrendatários e parceiros.

Alguns condicionantes, agindo conjuntamente, contribuíram para a redução do pessoal ocupado na agricultura do Município de Fernandópolis, tais como: a crise que levou à diminuição da área cultivada com alguns produtos, especialmente o algodão e o café; a ampliação do trabalho mecanizado; e, a substituição de áreas destinadas às lavouras pelas pastagens.

A grande redução na mão-de-obra ocupada na agropecuária de Fernandópolis é fato consumado e acompanha o conjunto das transformações na dinâmica produtiva do setor. Contudo, a tabela 10 não reflete a realidade em relação ao número de trabalhadores temporários empregados, pois segundo o Censo Agropecuário de 1995/96, essa categoria teria sido reduzida de um total de 1.066 trabalhadores, em 1985, para 64 em 1995<sup>21</sup>, ou seja, uma redução de 94,0%.

Mesmo com a retração da oferta de emprego após a decadência de algumas culturas e o avanço da mecanização do trabalho, o número apontado não retrata a realidade vigente. De todo modo, a possível discrepância entre os dados da FIBGE e o montante dessa mão-de-obra empregada na agropecuária do Município de Fernandópolis, deve ser creditada a um conjunto de fatores.

Destaca-se o sistema de arregimentação da mão-de-obra temporária. Ocorre que grande parte dos produtores, responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários, deixa a cargo dos empreiteiros – “gatos” – a contratação dos trabalhadores. Esse procedimento impede o aparecimento dos mesmos nas estatísticas censitárias<sup>22</sup> já que estas não consideram os trabalhadores contratados por empreiteiros. São trabalhadores que executam suas tarefas nos estabelecimentos agrícolas, mas não são contratados pelos produtores, tendo, portanto, seus vínculos com os empreiteiros.

---

<sup>21</sup> A data de referência da coleta de dados, em relação ao trabalho temporário, foi em 31/12/1995.

<sup>22</sup> A pesquisa sobre o pessoal ocupado abrangeu pessoas, com ou sem remuneração, que na data do censo encontravam-se executando serviços ligados às atividades do estabelecimento, exceto os que desempenhavam trabalhos por conta de empreiteiros (FIBGE – Censo Agropecuário de 1995/96).

Cita-se ainda a distorção dos dados de acordo com diferentes fontes. Vicente et al (1999) desenvolveram um trabalho analisando os resultados da ocupação e do emprego na agricultura paulista, de acordo com os resultados de diferentes fontes de levantamento em 1995 e 1996. Foram comparados dados fornecidos pelo Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola (Lupa), Censo Agropecuário de 1995/96, levantamento por amostragem da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Instituto de Economia Agrícola (IEA), além da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), também realizada pela FIBGE.

Constatou-se que os resultados apresentaram grandes diferenças de uma fonte para outra, principalmente em relação aos números referentes ao trabalho temporário. Um problema apresentado pelo Censo Agropecuário de 1995/96 está relacionado à data de referência da coleta de dados. De acordo com Vicente et al (1999)

o Censo Agropecuário, ao se referir ao pessoal ocupado em 31/12/1995, deve estar subestimando o trabalho temporário, uma vez que estes se empregam em maior número nas épocas de colheitas dos diversos produtos (concentradas no período de março a novembro) (Vicente, et al, 1999, p. 13).

Assim, o Censo Agropecuário registrou em 31/12/1995, um total de 71.824 trabalhadores temporários, representando 7,8% da força de trabalho ocupada na agricultura paulista. No entanto, estimativas obtidas no levantamento do IEA/CATI indicavam 275.913 volantes em abril de 1995 (22,0% do total empregado) e 215.635 em abril de 1996 (18,4% do total empregado), valores muito superiores aos do Censo Agropecuário.

Partindo deste princípio, podemos constatar que o total de trabalhadores temporários levantado pelo Censo Agropecuário não condiz com a realidade vigente ao longo do ano. Em 31/12/95, dia de referência da coleta de dados, esses trabalhadores atravessavam um período de carência na oferta de trabalho. Com as lavouras de cana e laranja na entressafra e as chamadas culturas de verão como o algodão, milho e outras, em período de formação, a oferta de postos de trabalho era diminuta, deixando muitos trabalhadores ociosos.

Outro aspecto diz respeito aos critérios de classificação para distinguir as categorias de trabalhadores. Para o Censo Agropecuário

o trabalhador temporário é aquele que é contratado para tarefas eventuais e

de curta duração, mediante uma remuneração em dinheiro ou sua equivalência em produtos, inclusive os membros da família desses empregados que os auxiliam na execução de suas devidas tarefas (Vicente et al, 1999, p. 08).

Essa conceituação deixa transparecer que trabalhadores como os cortadores de cana, por exemplo, não podem ser considerados temporários, já que estes são contratados, com registro em carteira, para o período da safra que normalmente tem uma duração de seis a oito meses. Partindo do princípio de que o trabalhador temporário é aquele que executa tarefas eventuais e curtas, o cortador de cana não poderia ser classificado como tal e, portanto, não seria incluído na coleta do Censo Agropecuário.

No entanto, os cortadores de cana, em sua maioria, ao término da safra, perdem o vínculo com o empregador e passam a depender de serviços esporádicos que eventualmente possam aparecer, recebendo não mais por empreitada, mas por dia de trabalho. Grande parte desses trabalhadores, dependendo da dinâmica produtiva da região, fica desempregada por longos períodos, o que já os caracterizam como temporários.

Além desses problemas já citados, a delimitação da área pesquisada também contribuiu para que o resultado final tenha apresentado números menores. No Censo Agropecuário de 1995/96, a área de abrangência no Município de Fernandópolis foi de 46.973 ha, muito inferior à área coberta pelo Censo Agropecuário de 1985 que foi de 53.694 ha, fato que incorre na subestimação dos dados, incluindo o contingente de mão-de-obra ocupada na agricultura.

Diante dos fatos, a discrepância entre os números divulgados pelo Censo Agropecuário de 1995/96 e o número de trabalhadores temporários<sup>23</sup> que se empregaram nas atividades agrícolas do Município de Fernandópolis, deve ser atribuída basicamente a esses condicionantes: o dia de referência para a coleta de dados, inserido num período de pouca oferta de trabalho no campo; o critério de classificação do que seria o trabalhador temporário; a redução da área de abrangência da coleta de dados; e, o sistema de arregimentação do trabalhador, através dos empreiteiros.

---

<sup>23</sup> O caráter temporário e sazonal do trabalho dificulta o levantamento de dados em relação ao emprego dessa mão-de-obra. Assim, como pode haver a subestimação do número de trabalhadores, pode ocorrer também a ampliação. Para Martins, o número de empregados temporários não corresponde necessariamente ao número de pessoas. O mesmo empregado temporário pode ter sido apontado mais de uma vez ao recenseador por diferentes responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários (1981, p. 140).



Se observarmos a Tabela 11, pertinente aos empregados temporários por meses de emprego na agropecuária entre 1980 e 1995/96, iremos constatar que, embora também demonstre a grande redução do total de trabalhadores ocupados, os números são bem superiores àqueles apontados na Tabela 10.

A Tabela 11 apresenta o crescimento do trabalho temporário em 1985, se comparado ao ano de 1980 e um grande declínio no total dessa categoria de trabalhadores em 1995/96.

Em 1985, com exceção dos meses de agosto e setembro, em todos os outros, o número de trabalhadores é muito superior aos números de 1980.

O cultivo das lavouras de algodão, cana-de-açúcar e café favorecia o emprego desta mão-de-obra temporária. A safra do algodão no início do ano e o prolongamento das safras de café e da cana a partir do mês de maio, possibilitavam a utilização do trabalhador durante praticamente todos os meses do ano. De acordo com a Tabela 11, exceto agosto e setembro, em todos os meses há um certo equilíbrio no número de trabalhadores temporários empregados.

Em 1995/96, os dados apresentam uma grande redução do trabalho temporário por meses de emprego em relação à 1985. A média mensal em 1985 ficou em 1.610 trabalhadores, enquanto que em 1995/96 a média alcançou 561, indicando uma redução de 65,2%. Salienta-se que a metodologia de coleta de dados foi alterada em relação aos censos anteriores, quando se considerava o número máximo de trabalhadores de janeiro a dezembro do ano do referido censo. O Censo Agropecuário de 1995/96 investigou o número máximo de empregados temporários contratados no período de 01/08/1995 a 31/07/1996.

**Tabela 11 - Empregados temporários utilizados por mês nos estabelecimentos agropecuários do Município de Fernandópolis – SP - 1980 a 1996**

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1980	914	1.167	1.133	1.021	1.049	1.632	1.283	1.163	1.209	825	918	991
1985	1.597	1.587	1.798	1.536	1.742	1.981	1.683	1.124	1.177	1.763	1.509	1.823
1996	384	392	931	545	924	535	619	541	435	545	460	421

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários de 1980, 1985 e 1995/96

A alteração na metodologia de coleta de dados pode ter contribuído para reduzir o total de trabalhadores temporários mês-a-mês, indicado pelos dados do censo, porém, a redução foi muito aguda e deve ser creditada às transformações em

curso na agricultura, nos últimos anos, entre as quais se inclui a contratação de trabalhadores que cada vez mais assume o caráter terceirizado. Como já foi dito anteriormente, a mão-de-obra contratada por empreiteiros não aparece nas estatísticas do Censo Agropecuário.

Do conjunto das transformações na agricultura de Fernandópolis, a partir da década de 1970, pode-se concluir que as mais significativas para o declínio do contingente de trabalhadores ocupados na atividade agrícola local, não só temporários, mas em todas as categorias, foram a decadência de lavouras que empregavam grande número de trabalhadores, casos específicos do café e do algodão, e o aumento do trabalho mecanizado.

Embora os dados dos censos agropecuários indiquem uma redução do uso da mão-de-obra temporária, o que acompanha a tendência da agricultura paulista, em face das transformações na sua dinâmica produtiva, fundamentadas na modernização da atividade, os trabalhadores volantes desempenham papel de suma importância na atividade agrícola local. Assim, nossa abordagem doravante deverá ser direcionada para a participação do trabalho volante na agricultura do município, sobretudo na lavoura canavieira e, neste contexto, as condições de sobrevivência e reprodução dessa mão-de-obra.

### CAPÍTULO III

#### O EMPREGO DE MÃO-DE-OBRA VOLANTE NA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS

A partir deste capítulo iremos abordar a inserção do trabalho volante na agricultura do Município de Fernandópolis. Para tanto, tomaremos como parâmetro o emprego do trabalhador volante na laranja e sobretudo na cana-de-açúcar já que são as lavouras que mais empregam essa mão-de-obra na agricultura local.

Em função da arregimentação de trabalhadores se dividir entre os patrões e os empreiteiros e do caráter temporário e sazonal do trabalho volante, é difícil calcular o contingente exato dos trabalhadores rurais inseridos nessa condição. Entretanto, através de informações obtidas junto aos produtores agrícolas, empreiteiros, Sindicato dos Empregados Assalariados Rurais de Fernandópolis (SERF) e dos próprios trabalhadores, apuramos que residindo no município devam existir entre 800 e 1.000 trabalhadores rurais na condição de volante. Contudo, se somarmos os residentes nos municípios vizinhos e que trabalham em Fernandópolis, sobretudo no período da safra da cana-de-açúcar, esse número deve se aproximar de 1.300 trabalhadores.

Assim, visando traçar o perfil do trabalhador volante do Município de Fernandópolis, resolvemos, juntamente com a orientadora da pesquisa, selecionar uma amostra contemplando aproximadamente 10,0% do total de trabalhadores temporários, tendo como base o Censo Agropecuário de 1995/96. Considerando-se que o mês de maior quantidade de trabalhadores registrados era de 931, em março de 1996, foram aplicados 90 questionários individuais. O questionário completo apresentou 115 questões (anexo 2), as quais proporcionaram condições para demonstrar a realidade vivida por esses trabalhadores no contexto socioeconômico local.

Para aplicarmos o questionário, procuramos, de acordo com informações obtidas junto a alguns empreiteiros, os bairros com maior concentração de trabalhadores.

Não foi objeto da pesquisa estabelecer algum tipo de classificação prévia em relação ao grupo a ser entrevistado, pois entendemos que qualquer procedimento neste sentido poderia mascarar o perfil da categoria, diante dos objetivos propostos.

Assim, seguindo informações de empreiteiros por nós entrevistados, procuramos os bairros com maior número de trabalhadores volantes<sup>24</sup> e aplicamos o questionário, o qual nos possibilitou entrar em contato com a realidade vivida pelos mesmos, objetivando analisar sobretudo sua inserção na atividade agrícola do município, bem como a condição de vida atual e pensar as perspectivas em relação ao futuro<sup>25</sup>.

Essa fase do trabalho de campo transcorreu no período compreendido entre setembro 2001 e dezembro de 2002.

Para a aplicação dos questionários procuramos as residências dos trabalhadores normalmente nos finais de semana em função da maior possibilidade de encontrá-los nas suas residências e, principalmente devido ao tempo de duração da entrevista que, de acordo com a maior ou menor facilidade do entrevistado em nos fornecer as informações, levaria entre 45 minutos e 1 hora.

Destacamos que em relação à aceitação por parte dos trabalhadores em nos passar as devidas informações sempre contamos a colaboração dos mesmos. Ficou evidente que o fato de poderem se manifestar representava para os entrevistados um momento de extravasar suas angústias perante a precariedade das condições de trabalho e de vida a que são submetidos.

### **3. 1. A caracterização do trabalhador volante**

Para Gonzáles & Bastos, “denomina-se comumente, ‘volante’ o trabalhador agrícola que reside fora das fazendas, em geral nas periferias das cidades e vilas, e que se deslocam continuamente para executar tarefas, em regime de empreitada, nas áreas rurais” (1977, p. 25). Já Silva & Rodrigues (1982,p.61), definiram como volante

o trabalhador rural, residente fora da propriedade agrícola, geralmente na periferia das vilas ou cidades, registrado ou não, recebendo por empreitada, tarefa ou por dia, aliciado ou não por um turmeiro e que geralmente se

---

<sup>24</sup> Dos trabalhadores entrevistados, 25,5% residiam no Jd. Uirapuru; 21,2% no Jd. Ipanema; 17,0% no Jd. Redentora; 14,8% no Parque Industrial; 8,5% no Jd. Araguaia; 6,5% na Cohab Antônio Brandini; e 6,5% residiam no Jd. Brasilândia.

<sup>25</sup> Observa-se que em relação ao questionário procurou-se aplicá-lo à apenas 1 trabalhador volante por família. Assim, facilitaria a caracterização das condições de trabalho e do nível de vida de um número maior de famílias.

locomove todos os dias para o local de trabalho, quase sempre em caminhões<sup>26</sup>.

Ao nosso ver a definição de Silva & Rodrigues (1982) é mais abrangente e caracteriza melhor a realidade dessa categoria de trabalhadores na agricultura brasileira.

É necessário observar que o sistema de tarefa por empreitada, embora seja predominante, não é a única forma de relação de trabalho adotada pelos trabalhadores volantes. Para tanto, citamos o exemplo dos trabalhadores da lavoura canavieira do Município de Fernandópolis. Durante a safra, os cortadores de cana recebem a remuneração por tarefa e contam com o registro em carteira, o que significa a garantia dos seus direitos trabalhistas. Entretanto, com o término da colheita, o contrato se encerra e quase todos os trabalhadores do setor perdem o vínculo empregatício. Um pequeno contingente de trabalhadores continua oferecendo seus serviços para os produtores de cana, na manutenção da lavoura e plantio de novas áreas, mas sem o registro em carteira e não mais sendo remunerados por tarefa, mas por dia de trabalho.

Para o Censo Agropecuário de 1980, o IBGE, atribuiu ao trabalhador volante as seguintes definições:

- a) trabalhador agrícola volante – com intermediário – pessoa sem trabalho fixo, que presta serviço em um ou mais estabelecimentos agropecuários ou de extração vegetal, remunerada por tarefa, dia ou hora, contratada ou arregimentada por um intermediário, de quem recebe pagamento; b) trabalhador agrícola volante – sem intermediário – pessoa sem trabalho fixo, que presta serviços em um ou mais estabelecimentos agropecuários ou de extração vegetal, remunerado por tarefa, dia ou hora, que oferece seus serviços diretamente ao responsável pelo estabelecimento, dele recebendo pagamento (Censo Agropecuário do IBGE de 1980 *apud* Guimarães, Inocêncio & Brito, 1986, p. 9).

Entre as características marcantes dos trabalhadores volantes estão: a) a residência fora das fazendas nas quais trabalham, o que obriga a realização de deslocamento diário, sendo que em muitas ocasiões, implica em grandes distâncias; b) a não fixação em um local de trabalho por períodos duradouros; c) o trabalho quase sempre informal e sazonal; e, d) o total desprovemento de qualquer meio de produção.

---

<sup>26</sup> Em 1982, ano de publicação do trabalho de Silva e Rodrigues, o transporte dos trabalhadores volantes era, em sua maioria, realizado em caminhões. Atualmente, a maior parte é transportada em ônibus, ainda que grande parte destes ônibus apresente condições precárias em relação à segurança dos passageiros.

Nem mesmo em relação à sua força de trabalho, o trabalhador volante possui autonomia, já que necessita se empregar a alguém para garantir a sua sobrevivência. Não é facultativo a ele escolher que tipo de tarefa quer realizar e a quem oferecer os seus serviços. Para a maioria resta a condição de aproveitar qualquer oportunidade de emprego que apareça, sob pena de ser excluído do grupo de trabalhadores, normalmente agenciados por um turmeiro. Assim, esse trabalhador se sujeita às mais diversas formas de exploração impostas pelos patrões, que por sua vez, estão interessados apenas na extração da mais-valia.

Para Baccarin

a característica singular do trabalhador volante é que, apesar de ser um assalariado rural, tem o seu custo de reprodução determinado ao nível do setor urbano [...]. Ele personifica a união entre o proletário rural e urbano no sentido de que força a convergência do custo de reprodução da mão-de-obra entre agricultura e indústria. Ou seja, a disseminação do trabalhador volante na agricultura implica a unificação do mercado de trabalho de toda a economia, com os benefícios que daí derivam para o capital (1985, p. 13).

Nesse contexto, o maior benefício para o capital está na possibilidade do nivelamento por baixo dos salários instituídos, tanto no meio rural quanto no urbano, principalmente para as ocupações que não exigem força de trabalho qualificada, na qual os trabalhadores volantes podem ser inseridos.

### **3. 2. A origem do trabalho volante**

Os estudos sobre o aparecimento do trabalhador volante começaram a ganhar destaque na década de 1970. No entanto,

já no final da década de 1930, CANABRAVA E MENDES (1938) citaram o deslocamento da população mais pobre das cidades da região de Piracicaba para a zona rural na época da safra e da colheita do algodão e da laranja. Informações de 1945, sobre a mesma região, dão conta do emprego de cerca de 500 volantes na Usina Monte Alegre (Vicente, 1999, p.35).

É comum atribuir a existência do trabalhador volante em decorrência da introdução de técnicas poupadoras de mão-de-obra, da legislação social trabalhista estendida ao meio rural na década de 1960 e da expansão da pecuária. Os próprios trabalhadores que foram vítimas do processo de proletarização e expulsão do campo defendem essa linha de pensamento.

Em entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, apuramos que dos trabalhadores que opinaram sobre esse assunto, 80,4% apontaram o uso de

máquinas como principal fator de eliminação de grande parte dos postos de trabalho no campo. Destes, 69,5% defendem a idéia de que além do uso de máquinas, a substituição de áreas de lavouras por pastagens também foi um fator que teria aniquilado a oferta de emprego nas atividades agrícolas. Em relação à legislação trabalhista, para 56,5% dos entrevistados, as leis e a atuação dos sindicatos teriam contribuído para o aumento dos trabalhadores volantes.

Em relação à legislação muitos atribuem à instituição do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), no início da década de 1960, grande parcela de responsabilidade pela expansão da proletarização do trabalhador rural, acompanhada de sua expulsão do campo, determinando o aumento do contingente dos trabalhadores volantes radicados nas áreas urbanas.

Diante da relevância que a instituição do ETR e a capitalização da agricultura assumem para as relações de trabalho no campo, faremos algumas considerações sobre esses aspectos.

### **3. 2. 1. O Estatuto do Trabalhador Rural e a expansão do trabalho volante**

O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) foi lançado em 2 de março de 1963, sob a Lei nº. 4.914 do governo federal. A criação do ETR representou a intervenção do Estado no sentido de atenuar os movimentos sociais no campo, que, no período, estavam em ampla expansão. O país vivia um momento de grande movimentação social, reivindicando reformas políticas, sociais e econômicas e o descontentamento atingia tanto os trabalhadores da área urbana, quanto os da área rural. Como observa Silva (1999, p. 63), as “ligas camponesas do nordeste, os movimentos pela reforma agrária congregando elementos da igreja, partidos políticos, sindicatos, federações de trabalhadores agitaram a cena política do país [...]”.

A referida autora destaca ainda que as mobilizações levaram à realização do primeiro Congresso Nacional de Trabalhadores Agrícolas, organizado pela ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores na Agricultura do Brasil) em 1961, com considerável respaldo do governo de João Goulart. Em 1963 deu-se a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG).

O Estatuto do Trabalhador Rural, como instrumento de reformas, procurava regulamentar as atividades no campo, estendendo para o setor, os mesmos direitos trabalhistas do trabalhador urbano (salário mínimo, férias remuneradas, 13º salário,

aviso prévio e outros). Como Silva (1999) enfatiza, esses direitos já existiam desde 1943, pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), porém nunca foram cumpridos.

Prado Júnior (1979) destaca que o ETR foi lançado repentinamente, sem as discussões necessárias para a análise de sua eficiência no sentido de encontrar soluções para os problemas sociais no campo. O autor observa que a dimensão do desinteresse era tão grande que, no campo político, nem mesmo os representantes de esquerda procuraram intensificar o debate em relação à constituição desta legislação trabalhista.

A falta de um diálogo mais amplo contribuiu para que o ETR, sob o ponto de vista do trabalhador rural, não proporcionasse resultados positivos em relação à garantia de emprego e dos direitos trabalhistas. Acabou, conjuntamente com outros fatores, determinando condições para que a classe trabalhadora fosse perdendo os seus vínculos empregatícios, em caráter permanente, dando lugar para a ampliação do trabalhador volante, o “bóia-fria”.

Para Silva (1999), a promulgação do ETR, no momento em que as lutas sociais no campo se intensificavam, representou a força de imposição do Estado. A autora salienta que isso impediu a mobilização da sociedade no sentido de avançar na discussão e, conseqüentemente, alcançar conquistas que realmente representassem o atendimento das suas reivindicações.

De acordo com Silva (1999), a defesa dos interesses sociais, que atendam às aspirações das classes dominadas, somente poderá ter possibilidades através da mobilização social das mesmas e nunca através da imposição do Estado, o qual normalmente se posiciona em favor da minoria dominadora.

Para Sorj (1980) com o lançamento do Estatuto do Trabalhador Rural o sistema político dominante da época procurou organizar o sindicalismo rural dentro das mesmas coordenadas do sindicalismo urbano, subordinando o sindicato ao Estado.

No momento em que lançou a legislação trabalhista através do ETR, o Estado estipulava obrigações para os empregadores, porém, preservava a propriedade da terra, instrumento de exploração do sobretrabalho, o que possibilitou não só a permanência, como também a expansão da exploração da massa trabalhadora rural. Não se colocou em pauta a questão da reforma agrária defendida pelos movimentos sociais relacionados às questões do campo.



A manutenção da propriedade da terra nos moldes anteriores, isto é, sem preocupações no sentido de uma melhor distribuição, representou a defesa dos interesses da oligarquia rural, bem como a sua força econômica e política.

Para Silva (1999, p.65), a ação do Estado ao criar o ETR implicou em dois aspectos:

a) no que tange às classes dominadas, elas foram impedidas de se organizar politicamente e foram submetidas ao aparelho de Estado; b) no que tange às classes dominantes, o Estado permitiu a organização-dominância e a sua autonomia [...], impondo o “sacrifício econômico” aos proprietários de terras sem, contudo, ameaçar seu poder político.

O “sacrifício econômico”, citado pela autora, referia-se às obrigações trabalhistas que os empregadores teriam que cumprir em relação aos trabalhadores. Contudo, em função da diversidade nas relações de trabalho na atividade agrícola, sempre se conseguiu achar maneiras de burlar a lei em detrimento do interesse dos empregados.

São muitas as críticas direcionadas ao ETR e estas, não se dão em função da legislação em si, pois seria leviano pensar que os trabalhadores rurais não são merecedores dos mesmos direitos garantidos aos trabalhadores urbanos. O que se coloca em questão é a viabilidade da Lei quando se nota que as relações sociais de produção no campo são muito diferentes daquelas encontradas nas áreas urbanas.

Nesse sentido, Prado Júnior (1979) observa que no comércio e na indústria, por exemplo, o que existe como forma de remuneração é o salário pago em dinheiro. O mesmo não ocorre no campo, no qual a remuneração do trabalhador se realiza sob várias maneiras.

Para elucidar essa questão, pode-se citar por exemplo o agregado, que recebe como parte do pagamento do seu trabalho junto às atividades do patrão, um trecho de terra para cultivar produtos de sua subsistência, além da possibilidade de criação de alguns animais como porcos, galinhas, vacas etc. evidenciando, portanto, que o seu pagamento se deu sob a forma *in natura*.

Outro exemplo refere-se ao empreiteiro, que será remunerado de acordo com as tarefas realizadas. Para este trabalhador, não existe um salário previamente estipulado e sua remuneração será maior ou menor, dependendo da sua capacidade de realização da tarefa, com maior ou menor rapidez. São alguns exemplos de trabalhadores que não possuem relações empregatícias formais, o que favorece o não cumprimento dos seus direitos trabalhistas.

Mesmo nos casos em que a relação empregatícia se caracterizava formalmente e, portanto, a aplicação da legislação trabalhista se evidenciava de forma clara, o ETR acabou criando efeitos negativos em relação à permanência e fortalecimento da relação empregador/empregado. Nesse sentido, Silva (1999) observa que o empregador era obrigado a recolher 27,1% sobre cada jornada de trabalho, correspondentes aos gastos sociais. Diante de tal obrigação, seria muito mais viável para o patrão demitir seu trabalhador permanente e transformá-lo num trabalhador temporário, pois assim não estaria obrigado a computar os gastos sociais.

Em 1973 foi instituída a Lei nº. 5.889 que procurou regulamentar a questão dos empregados rurais. Um dos pontos principais era a proibição do desconto nos salários por meio dos gêneros alimentícios produzidos pelos próprios trabalhadores. Os colonos e agregados sempre desenvolveram o trabalho familiar, no qual as mulheres e crianças cuidavam do cultivo dos seus produtos de subsistência. Normalmente havia um contrato familiar, no qual o trabalho da mulher e das crianças aparecia embutido. A partir dessa lei, o trabalho da mulher e das crianças deveria ser individualizado e o salário de todos não poderia mais ser pago *in natura*. Estas novas exigências legais significavam mais gastos por parte dos empregadores e, muitos destes, como solução, passaram a dispensar seus empregados.

Salienta-se ainda que o estabelecimento do ETR levou muitos empregados, como os colonos e agregados, a acionarem judicialmente seus patrões no sentido de receberem seus direitos relativos ao tempo de serviço que, em muitos alcançava vários anos. Sabedores dos seus direitos, procuravam o Sindicato dos Trabalhadores Rurais para o encaminhamento de uma ação trabalhista. Muitos conseguiram, em primeira mão, seu objetivo, entretanto, aquilo que parecia ser um benefício se transformava em grande prejuízo, pois eram imediatamente demitidos e dificilmente se restabeleciam em outra propriedade como empregados permanentes. Como se observa, a lei, que deveria proteger o empregado acabou gerando condições para o seu desamparo.

Pode-se acrescentar ainda o fato de que, em muitos casos, principalmente entre os pequenos proprietários, mesmo que o empregador estivesse propício a cumprir com todas as obrigações trabalhistas, a sua produção não lhe proporcionava tal condição. Normalmente, os estabelecimentos agrícolas não eram utilizados de maneira intensiva e contínua, ficando, no caso das culturas temporárias, mais da

metade do ano de forma ociosa. Acrescenta-se a baixa produtividade obtida em função das dificuldades técnicas e financeiras de grande parte destes produtores. Assim, a renda obtida por meio das atividades desenvolvidas nestas unidades produtivas não era suficiente para o cumprimento de todas as exigências legais inerentes aos direitos trabalhistas dos trabalhadores.

Nota-se que as Leis 4.914 de 1.963 e 5.889 de 1.973 não resultaram em avanços no sentido de garantir aos trabalhadores rurais os direitos assegurados a quem trabalha com registro em carteira. Para Prado Júnior (1979, p. 147),

o Estatuto do Trabalhador Rural, (...) não tomou na devida conta a grande variedade de relações de trabalho e emprego da agropecuária brasileira. Não as regulou assim, deixando o assunto em termos vagos, o que ameaça privar eventualmente boa parte dos trabalhadores rurais brasileiros de proteção adequada.

A observação de Prado Júnior pode ser atribuída aos trabalhadores volantes, que, além de perderem sua condição de empregados permanentes, em nenhum momento, conseguiram assegurar os direitos trabalhistas. Isso porque, a legislação estabelecida pelo ETR somente se estendia ao empregado permanente.

Fica evidente essa condição de exclusão quando observamos o que dizem as leis instituídas em 1973 e 1978. A Lei n.5.889 de 1973 definiu “empregados rurais” como aqueles que trabalhavam para um empregador rural em bases não eventuais. Para regulamentação da condição de eventual ou permanente, a Lei n. 6.019 de 1978 determinou como trabalhador temporário ou eventual aquele cujo vínculo empregatício com um único patrão não ultrapasse 90 dias.

Diante de tais condições, dificilmente os trabalhadores volantes teriam como usufruir os benefícios que a legislação estabelece para os empregados permanentes. A favor de sua exclusão, conspiram vários fatores:

- a) o caráter sazonal de sua atividade, principalmente em regiões nas quais predominam a monocultura. As maiores oportunidades de emprego surgem por ocasião das colheitas, o que impede um vínculo duradouro com um mesmo empregador;
- b) o grande exército de reserva de trabalhadores facilitando o revezamento, por parte dos patrões, no momento de contratação da mão de obra, o que lhes permite fugir de relações de trabalho duradouras com os mesmos empregados;

- c) a presença do intermediário, contratante da empreitada, que ao empregar os trabalhadores, não assume nenhum compromisso em relação aos encargos trabalhistas.

Dessa forma, o Estado, ao instituir o Estatuto do Trabalhador Rural, sem um amplo debate social, contribuiu para desestruturar as relações de trabalho no setor agrícola sem garantir a estabilidade ao trabalhador, levando grande parte dos empregados rurais a se deslocar para as áreas urbanas. Por conseguinte, o mercado de trabalho nas cidades não conseguiu absorver toda a oferta de mão-de-obra, constituindo o excedente de trabalhadores e diante do acirramento do desemprego urbano, grande contingente voltou a se empregar no campo, na condição de trabalhadores volantes (bóias-frias).

Isto posto, nos leva a concluir que a instituição do ETR em 1963, não pode ser responsabilizada como fator principal na expansão do trabalhador volante, porém, diante da estrutura organizacional nas relações de trabalho e de produção na agricultura brasileira, contribuiu para o aumento do contingente desses trabalhadores. Assim, “o volante, apesar de ser um fenômeno antigo, assumiu forma e volume mais visíveis após a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural” (Bray, 1980, p. 269).

### **3. 2. 2. A capitalização da agricultura e a proletarização do trabalhador rural**

Silva & Gasques (1982) concordam que a introdução de técnicas poupadoras de mão-de-obra, a legislação social trabalhista e a expansão da pecuária contribuíram para o aumento do contingente dessa categoria de trabalhadores. Entretanto, esses fatores fazem parte de uma conjuntura que resultou da expansão capitalista, provocando profundas transformações na economia brasileira e, por consequência, na agropecuária nacional.

Para Gonzáles & Bastos (1977, p. 49),

O crescente volume de capital nas mãos das empresas agrícolas aliada à disponibilidade de força de trabalho desprovida de meios de produção determinam uma subsunção formal do trabalho ao capital. Embora o modo de produzir, em muitos casos, não apresente diferença, do ponto de vista tecnológico, de etapas precedentes, o processo de trabalho é que se modifica, pois, agora, aparece subordinado ao capital. Este é o caso de muitas culturas comerciais (café, cana-de-açúcar, milho, etc.) onde embora as

condições técnicas de produção mantenham-se praticamente constantes<sup>27</sup>, modifica-se o processo de trabalho ficando, este, sob a dependência hegemônica do capital. Rompem-se, desse modo as relações de trabalho (parceria, colonato, etc) não estritamente capitalistas.

Assim, segundo Gonzáles & Bastos (1977), a produção agrícola capitalista assume um caráter de maior intensidade e continuidade do trabalho, porém, dentro de uma economia de emprego das condições de trabalho, já que o produto agrícola só deve representar o tempo de trabalho necessário. O trabalho volante, como um forma de trabalho assalariado, permite aos empresários agrícolas ampliar a valorização do seu capital.

A parceria, o colonato e até o trabalho assalariado permanente tornam-se formas antieconômicas frente às novas condições materiais, institucionais e legais da produção. Daí a tendência a serem substituídas pelas relações de trabalho temporárias que são inseridas no processo de produção somente nos momentos necessários.

Esse processo foi por nós comprovado quando constatamos que em Fernandópolis, de um total de 90 trabalhadores volantes entrevistados, 83,4% afirmaram ter residido e trabalhado no campo, predominando entre eles o sistema de parceria, como pode ser observado na Tabela 12.

**Tabela 12 – Condição predominante entre os trabalhadores volantes do Município de Fernandópolis – SP, quando residiram no campo**

Condição	Proprietários	Arrendatários	Parceiros	Diaristas	Mensalistas	Total
Nº de pessoas	11	12	28	13	11	75
%	14,6	16,0	37,3	17,3	14,7	100

*Fonte: Pesquisa de campo (setembro de 2001 a dezembro de 2002)*

Em relação ao regime de trabalho predominante quando moravam e trabalhavam no campo, obtivemos a seguinte distribuição: 14,6% eram proprietários; 37,3% parceiros; 16,0% arrendatários; 17,3% diaristas e; 14,7% mensalistas.

Esses números evidenciam claramente que o processo de proletarização do trabalhador rural, atingiu parceiros, arrendatários e proprietários, a partir das

<sup>27</sup> Convém observar que o texto de Gonzáles & Bastos foi escrito em 1975, quando a adoção de inovações nas formas de produzir ainda não estavam muito avançadas, se compararmos com o momento atual. Hoje, em relação àquele período, a agricultura, embora que de forma desigual, ampliou muito o seu processo de modernização e as técnicas de produção foram alvo de grandes investimentos em pesquisas tecnológicas, visando buscar técnicas mais eficazes, notadamente em relação à produtividade, tanto dos produtos cultivados, quanto do trabalho, o que elevou os índices de mecanização.

transformações ocorridas na agricultura brasileira nas últimas décadas, sob o comando do capital. Isso se deve ao fato de que

[...] o capital só pode se assenorear de um ramo de atividade, separando o produtor direto dos seus meios de produção. Era inevitável, portanto, que a penetração do capitalismo na agricultura brasileira despojasse o camponês de seu acesso direto à terra, transformando-o de produtor independente em assalariado. [...] a proletarização do trabalhador rural, no Brasil não redundou na multiplicação dos assalariados nas fazendas mas na transformação da maioria dos colonos, parceiros e moradores em trabalhadores diaristas ou “volantes”, como são comumente conhecidos (Singer, 1977, p. 1 – 2).

Assim, “a relação de trabalho volante aparece como produto social típico da expansão do capital no campo” (Guimarães, Inocêncio & Brito, 1986, p. 13).

A capitalização da agricultura brasileira estabeleceu uma nova dinâmica na sua base produtiva em que a adoção

dos pacotes tecnológicos, transformou as técnicas de produção das principais atividades agropecuárias, aumentando a produtividade do trabalho e da terra no campo. Além do progresso técnico, as transformações na utilização da área agrícola e a substituição de cultivo, também alteraram as exigências de mão-de-obra. São as combinações dos produtos agrícolas, no tempo e no espaço, que promovem o quadro potencial e referencial do trabalho necessário, definem os patamares e momentos de retração e expansão do uso da mão-de-obra e vão adequando as relações de produção e de trabalho ao desenvolvimento dos processos produtivos (Vicente, 1999, p. 34).

Para Guimarães, Inocêncio & Brito (1986), o comportamento no setor rural ao longo do tempo, em estreita vinculação com os demais setores da economia brasileira, estabeleceu um quadro favorável ao aparecimento e a adoção, cada vez mais generalizada, do trabalhador volante, nas atividades agrícolas. Ou seja, o trabalho volante, como relação social de produção baseada no assalariamento, está vinculado ao próprio modelo de desenvolvimento econômico do país que, através de seu caráter de capital intensivo, vem desorganizando as relações de trabalho pré-existentes.

Na opinião de Melo (1975, p. 148),

a ampliação das relações capitalistas de produção no meio rural, feita pela expansão da agricultura comercial às expensas da agricultura de subsistência, se faz acompanhada, de um lado da concentração da propriedade fundiária e de outro, da substituição dos sistemas de exploração de força de trabalho, com remuneração total ou parcialmente ‘in natura’ (arrendamento, parceria, agregados), pelo sistema de remuneração monetária (assalariados).

Dessa forma, grande contingente de produtores agrícolas que trabalhavam em sistema de parceria, colonato etc. foi proletarizado e passou a integrar a

categoria dos trabalhadores assalariados na agricultura. Soma-se a eles um grande número de pequenos produtores arrendatários e/ou proprietários que não conseguiram se manter como produtores autônomos e ajudaram a engrossar as fileiras dos trabalhadores volantes.

Salienta-se que, ao serem desprovidos de seu principal meio de produção, a terra, esses trabalhadores não só foram proletarizados, como também, em sua maioria, perderam a condição de moradores do campo. Foram obrigados a se estabelecerem nas periferias de vilas e cidades, de onde se deslocam diariamente para diferentes locais, de acordo com a oferta de trabalho, o que caracteriza a condição de trabalhador volante.

Em relação à oferta de trabalho, a Tabela 13 demonstra a tendência declinante da mão-de-obra ocupada na agricultura paulista.

**Tabela 13 - Número médio de trabalhadores volantes ocupados na agropecuária do Estado de São Paulo - 1971 a 1996<sup>28</sup> (em 1.000 trabalhadores)**

Ano	Volantes ocupados		Total de trabalhadores na agropecuária		Ano	Volantes ocupados		Total de trabalhadores na agropecuária	
	Total	%	Total	%		Total	%	Total	%
1971	301,3	16,7	1.797,6	100,0	1986	383,7	27,2	1.404,9	100,0
1972	291,7	16,6	1.753,4	100,0	1987	421,9	27,5	1.528,0	100,0
1973	324,3	19,2	1.684,0	100,0	1988	353,4	21,7	1.624,6	100,0
1974	307,1	21,9	1.400,4	100,0	1989	334,9	22,6	1.474,5	100,0
1975	287,1	21,7	1.322,5	100,0	1990	341,8	20,1	1.624,0	100,0
1976	284,9	20,8	1.363,3	100,0	1991	310,5	24,3	1.271,7	100,0
1977	389,8	26,05	1.493,6	100,0	1992	302,2	23,1	1.304,6	100,0
1978	369,6	25,2	1.464,3	100,0	1993	250,3	19,7	1.265,2	100,0
1979	377,4	25,7	1.467,3	100,0	1994	271,5	22,2	1.217,6	100,0
1980	316,1	27,2	1.159,0	100,0	1995	223,9	18,2	1.222,1	100,0
1985	285,9	20,1	1.412,0	100,0	1996	222,8	18,9	1.171,0	100,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

Comparando o ano de 1971 com o de 1996, nota-se que o total de trabalhadores reduziu-se, em termos absolutos, em cerca de 35,0%. Em relação ao trabalho volante, as médias anuais também indicam a redução do emprego. Entre 1971 e 1992, com exceção de 1972, 1975, 1976 e 1985, em todos os demais anos o número de trabalhadores volantes ocupados na agropecuária paulista esteve

<sup>28</sup> Engloba as categorias de: proprietário, parceiro, administrador, arrendatário e assalariados em geral, incluindo os residentes e os não-residentes nos imóveis rurais.

sempre superior a 300 mil trabalhadores. Entretanto, a partir de 1993, ocorreu um grande declínio, com o ano de 1996 fechando em 222,8 mil trabalhadores volantes ocupados.

Outro aspecto a ressaltar é que o declínio dos trabalhadores volantes não ocorre só em termos absolutos. Também se evidencia, através da tabela 13, a redução relativa na participação dos trabalhadores volantes no total da mão-de-obra ocupada. Entre 1971 e 1976, a participação dos volantes em relação à população trabalhadora total na agropecuária, sempre esteve abaixo dos 21,0%. A partir de 1977 a participação dessa categoria aumenta substancialmente e, com exceção do ano de 1985, sempre superou a cifra de 25,0% da mão-de-obra ocupada na agropecuária paulista. Entre 1988 e 1994, oscilou entre 20,0% e 23,0% e em 1995 e 1996, representava 18,2% e 18,9%, respectivamente, apresentando-se, portanto, em declínio.

A redução do número de trabalhadores na agropecuária paulista acompanha as mudanças estruturais que vem passando o setor que, como qualquer outro, obedece à dinâmica produtiva imposta pela necessidade de reprodução do capital. Para atuar num mercado cada vez mais competitivo, novos componentes passam a integrar o processo de produção, alterando os índices de produtividade tanto dos produtos em si, quanto da força de trabalho, que vai paulatinamente deixando de ser totalmente humana para ser mecânica.

O capital domina cada vez mais o trabalho e, para isso, conta com o progresso técnico-científico como o seu principal aliado no comando das transformações nas relações de trabalho e produção. Para Thomaz Junior (2002, p. 136),

Na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas (relações técnicas de trabalho e produtividade) depende e é condição do desenvolvimento das relações sociais de produção (regras de trabalho, gerenciamento), o “trabalho objetivado” (máquina-capital constante) tende a aumentar em relação ao trabalho vivo (capital variável), como forma de garantir o processo de valorização do capital. Pode-se dizer que o capital busca, incessantemente, a transformação dos meios de produção e do próprio trabalhador.

Dessa forma,

tem sido bastante rápida a resposta das pesquisas no sentido de analisar e resolver os problemas que interferiram na utilização das máquinas. [...] Embora a colheita dos produtos agrícolas constitua a operação mais importante para a ocupação da mão-de-obra no campo, encontram-se em marcha diversos



processos de substituição do trabalho humano sem que haja, de forma dinâmica, a ocorrência de novas possibilidades de ocupação em outras atividades. Os efeitos abatem com vigor sobre a mão de obra volante (Vicente, 1999, p. 41).

A colheita mecanizada da cana-de-açúcar ilustra claramente o avanço do capital e do meio técnico impondo a substituição do trabalho humano por máquinas que, cada vez mais, aumentam a produtividade do trabalho.

### **3. 3. A origem dos trabalhadores volantes de Fernandópolis**

A origem dos trabalhadores de Fernandópolis demonstra o processo migratório no Brasil, tanto em nível regional, quanto estadual e nacional. No grupo de trabalhadores que responderam ao questionário, encontramos pessoas originárias de cidades próximas a Fernandópolis, de outras regiões do Estado de São Paulo e de outros estados brasileiros, especialmente do Nordeste do país.

Dos entrevistados, 19,5% afirmaram ter nascido no Município de Fernandópolis, 19,6% nasceram em outros estados, sendo a maioria originária da Bahia, Minas Gerais e Ceará e 60,9% nasceram em outras cidades do Estado de São Paulo, sendo que destes 69,2% foram nascidos nas cidades próximas a Fernandópolis (Meridiano, Votuporanga, Jales, Urânia, Populina, Estrela D' Oeste, São João das Duas Pontes, São João de Iracema e Pedranópolis). Do total de trabalhadores, 78,3% disseram que são originários da zona rural e 21,7% da zona urbana.

Quanto à origem dos pais dos trabalhadores, dos que souberam informar, 36,1% eram originários de outras cidades do Estado de São Paulo e 63,9% nasceram em outros estados do país. Portanto, nenhum dos pais dos trabalhadores entrevistados nasceu no Município de Fernandópolis.

Dos pais que vieram de outros estados, 65,2% são originários de estados da região Nordeste, sobretudo dos Estados da Bahia e do Ceará; 30,4% nasceram em Minas Gerais, confirmando a forte corrente migratória daquele estado, principalmente do Triângulo Mineiro, para a Microrregião Geográfica de Fernandópolis desde o início da ocupação, favorecidos pela proximidade da localização geográfica (aproximadamente 60 Km do limite com Minas Gerais). Dos pais dos trabalhadores, 89,0% teriam nascido na área rural.

Em relação às mães dos trabalhadores, 2,3% nasceram em Fernandópolis; 42,9% em outras cidades do Estado de São Paulo, sendo 29,4% de cidades da região; e 54,2% em outros estados. Do total, 79,0% teriam sua origem na zona rural.

Como observamos, os pais dos trabalhadores volantes entrevistados nasceram em outras localidades, não sendo originários de Fernandópolis. Isso pode ser relacionado ao fato de que a ocupação efetiva da região é relativamente recente e a idade dos pais desses trabalhadores é elevada, já que mais da metade dos entrevistados está numa faixa etária superior a 50 anos.

A origem dos pais dos trabalhadores entrevistados, em sua maior parte de outros estados (63,9% dos pais e 54,2% das mães), principalmente da região Nordeste do país, retrata um período em que a região Sudeste, especialmente o Estado de São Paulo, exercia grande poder de atração populacional e representava uma possibilidade em busca de melhores condições de vida, sobretudo para os nordestinos.

O fato de 78,3% dos entrevistados e 89,0% dos pais e 79,0% das mães dos mesmos serem originários da zona rural reflete o processo de transformações nas relações sociais de trabalho e produção na agricultura brasileira que determinou a transferência de grande contingente populacional do campo para as áreas urbanas, nas últimas décadas.

### 3. 4. A faixa etária dos trabalhadores

Como demonstra a Tabela 14, de um total de 90 trabalhadores entrevistados, temos: 23,3% contavam com idade entre 20 e 29 anos; 3,3% entre 30 e 39; 22,2% entre 40 e 49; 36,8% entre 50 e 64 anos; e 14, 4% contavam com idade superior a 65 anos. Assim, 51,2% dos trabalhadores entrevistados têm idade superior a 50 anos.

**Tabela 14 – Faixa etária dos trabalhadores volantes de Fernandópolis**

	Idade dos trabalhadores					
Anos	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 e mais	Total
Nº	21	3	20	33	13	90
%	23,3	3,3	22,2	36,8	14,4	100,0

*Fonte: Trabalho de campo (2001/2002)*

Consultamos três empreiteiros que confirmaram o fato de predominar nas suas turmas os trabalhadores com idade superior à 40 anos. Isso pode ser explicado, em parte, pelos baixos salários obtidos pelo trabalho temporário.

Os mais jovens, mesmo com salários baixos, procuram se empregar em outras atividades, ainda que para isso grande parte destes tenha que migrar para centros maiores e enfrentar o desemprego até conseguir uma ocupação. Já os trabalhadores que possuem idade mais avançada e, como agravante, contam com baixíssimo grau de escolaridade, praticamente estão alijados do mercado de trabalho em atividades urbanas. Esporadicamente surgem algumas oportunidades de trabalho como servente de pedreiro, para limpeza de lotes e outros, que, além de contar com baixas remunerações, são atividades pesadas, que exigem grande esforço físico, e também são temporárias. Assim, resta como alternativa para esses trabalhadores a tentativa de ingresso junto ao trabalho volante na agricultura.

Encontramos treze trabalhadores com idade superior a 65 anos, sendo três deles aposentados. Disseram que continuam trabalhando por questão de sobrevivência, mesmo que seja em atividades estenuantes como o corte de cana, no qual estavam envolvidos por ocasião da realização da entrevista.

### **3. 5. A participação do trabalho feminino**

Outro fato a se destacar é a baixa participação da mulher no total dessa categoria de trabalhadores. Dos entrevistados, apenas 15,2% são representados pelo trabalho feminino. Ao entrevistarmos um dos mais influentes empreiteiros do município, este confirmou essa tendência ao afirmar que em sua turma de 40 trabalhadores só se encontravam 6 mulheres. Entretanto, quando investigamos o trabalho feminino na colheita de laranja, observamos que o percentual está em torno de 25,0% do total de trabalhadores. Esse aumento em relação a outras atividades deve ser atribuído às características do trabalho nesse setor, o qual não exige um esforço físico tão grande como no corte da cana-de-açúcar.

Sobre os motivos do baixo índice do trabalho feminino entre os trabalhadores volantes de Fernandópolis, o empreiteiro salientou que, na sua opinião, grande parte das mulheres não procura este tipo de trabalho porque é muito pesado. Acha que elas preferem tentar outros serviços como o de empregada doméstica, por exemplo. Entretanto, sabemos que há uma enorme dificuldade para se conseguir emprego em

outros setores, mesmo que seja de empregada doméstica, em função do desemprego vigente na região, o que favorece a formação de um grande excedente de mão-de-obra, acirrando a concorrência por emprego.

Assim, nos parece que o problema da baixa participação da mulher entre os trabalhadores volantes na agricultura não se restringe a uma escolha das mesmas e sim à condição imposta pelo mercado de trabalho que, diante da oferta de mão-de-obra, abre espaço para a seleção de trabalhadores entre os homens e entre estes e as mulheres, sendo desfavorável a estas últimas.

Convém salientar que a não-ocupação do trabalho feminino entre os trabalhadores volantes se acentua no período da entressafra, quando a oferta de trabalho diminui, acirrando ainda mais a concorrência por um posto de trabalho.

### 3. 6. As condições de trabalho

Como demonstra a Tabela 15, os trabalhadores contactados durante o trabalho de campo, por ocasião da realização das entrevistas, se distribuíam pelas seguintes atividades: 31,0% no corte de cana; 25,6% na carpa de cana; 25,6% na colheita de laranja; 10,0% no plantio de banana; 5,6% na carpa de algodão; e 2,2% na colheita de limão. Do total de trabalhadores entrevistados 95,5%, eram arregimentados pelos empreiteiros e os outros 4,5% pelos próprios patrões.

**Tabela 15 – Ocupação dos trabalhadores volantes, no Município de Fernandópolis no período de realização do trabalho de campo**

	Corte de cana	Carpa de cana	Colheita de laranja	Plantio de banana	Carpa de algodão	Colheita de limão	Total
Nº	28	23	23	9	5	2	90
%	31,0	25,6	25,6	10,0	5,6	2,2	100

*Fonte: Pesquisa de Campo (2001/2002)*

Todos os entrevistados afirmaram que se deslocam para o local de trabalho de ônibus. Em relação a possíveis acidentes com o transporte para o trabalho, somente um trabalhador, de 47 anos de idade, afirmou ter se acidentado quando embarcava no ônibus e, segundo o mesmo, por sua própria culpa, teve uma torção no tornozelo. Disse que ficou uma semana parado e não recebeu nada, já que trabalhava sem registro em carteira. Alegou que de forma alguma forçaria o

recebimento de indenização, pois seria melhor preservar um lugar na turma do empreiteiro, deixando claro sua insegurança em relação à manutenção do emprego. Para ele, caso procurasse os seus direitos para receber os dias em que ficou parado, poderia até obter sucesso, no entanto, as conseqüências futuras seriam mais prejudiciais, já que passaria a integrar a lista dos trabalhadores 'encrêqueiros', que devem ser excluídos das turmas dos empreiteiros.

Quanto aos acidentes no trabalho, o índice é mais elevado. Num total de 60 trabalhadores que responderam a esta questão, 17,7% já tiveram algum tipo de acidente. Destes, somente 2 trabalhadores receberam os dias em que ficaram parados. A exemplo do trabalhador acidentado no ônibus, todos os que não foram indenizados trabalhavam sem carteira registrada.

Sobre a existência de médicos de plantão para o atendimento aos trabalhadores, somente aqueles que estavam na colheita de cana contavam com essa assistência.

Em relação ao relacionamento com os empreiteiros, que para 73,3% dos entrevistados são os encarregados da fiscalização das tarefas realizadas, a maioria (93,0%) dos trabalhadores afirmou não enfrentar problemas. Muitos chegam a tecer elogios aos "seus gatos", como eles costumemente os identificam. Para 46,1% dos entrevistados, os fiscais ficam o tempo todo 'no pé' e, segundo 42,3%, o trabalhador que não tiver boa produtividade e não contar com um bom relacionamento com o empreiteiro tem tudo para ser dispensado.

Parece ser contraditório quando se observa que quase a totalidade dos trabalhadores afirma que não enfrenta problemas com os empreiteiros, no entanto, cerca de 50,0% desses trabalhadores alegam que o fiscal, representado em sua maioria pelo próprio empreiteiro, exerce pressão constante sobre os mesmos. No entanto, esse procedimento atesta para o fato de que o trabalhador se aliena às formas de exploração. Sem o controle da sua força de trabalho, é levado a concordar, mesmo que a contragosto, que essas pressões são atitudes normais e que deve aceitar pacificamente essa condição, sob pena de ser dispensado do grupo de trabalhadores, já que a facilidade de arregimentação de mão-de-obra contribui para a seleção da turma.

Em entrevista com alguns empreiteiros, procuramos indagar sobre os critérios para seleção da turma de trabalhadores. De acordo os mesmos, os requisitos básicos para um trabalhador se efetivar com um determinado empreiteiro são a

produtividade, o bom relacionamento com a turma e a assiduidade no trabalho. Não fizeram referências ao fato de que, além desses atributos citados, o trabalhador não pode ser um cidadão que luta por seus direitos, contestando as formas de exploração impostas. Trata-se de um procedimento que demonstra a aliança entre o empreiteiro e o empresário agrícola em relação à exploração da força de trabalho.

Convém salientar que é comum encontrar empreiteiros que recebem como remuneração, além de uma porcentagem sobre a produção de sua turma, um salário fixo pago pelos empregadores. Trata-se de uma estratégia por parte dos produtores agrícolas, que têm como objetivo manter o controle sobre os trabalhadores, tendo nos empreiteiros os seus aliados.

No que diz respeito ao horário de trabalho, 98,0% dos entrevistados afirmaram que quando o trabalho é remunerado por diária, o relógio é respeitado, ou seja, trabalham 8 horas por dia. No entanto, quando se trabalha por tarefa, os horários são bastante diferenciados, dependendo do tipo de trabalho que está se realizando, sendo comum a ampliação da jornada diária.

Um exemplo se refere à colheita de laranja, na qual os trabalhadores são remunerados pela quantidade de caixas colhidas. Muitas vezes a necessidade de se completar cargas de caminhões que estão na lavoura, faz com que o horário seja desrespeitado. Neste caso, tem peso relevante os interesses dos empreiteiros que são remunerados de acordo com a produção diária dos seus comandados e aproveitarão a oportunidade para pressionar a “sua” turma a trabalhar algumas horas extras, sem elevar o preço da caixa de laranja colhida. Essa atitude, segundo os entrevistados, acaba dividindo a turma entre aqueles que querem continuar, sobretudo os que conseguem uma boa produtividade e, por conseqüência, recebem salários melhores, e aqueles que acham que o sobretrabalho com o prolongamento do horário não é compensado pela quantia a mais que irão receber no final da semana.

### **3. 7. A oferta de trabalho na região**

Um das características marcantes do trabalho volante é a instabilidade de emprego, condição que tem como aliado o caráter informal do vínculo empregatício entre patrão e empregado, ainda bastante evidente nessa relação de trabalho e de produção.

O trabalhador se vê obrigado a mudar constantemente de emprego entre as empresas do setor rural e, algumas vezes, trabalhar em serviços urbanos, sendo comum passar por fases de desemprego puro e simples. Além disso, fica sujeito aos rigores climáticos, sendo que quando chove, por exemplo, não trabalha e nada ganha (Baccarin, 1985, p. 17).

No trabalho de campo foi possível observar como essa condição se materializa junto aos trabalhadores volantes de Fernandópolis. Assim, como se pode notar na Tabela 16, em relação à quantidade de meses do ano em que ficam desempregados obtivemos: 25,6% de 1 a 2 meses; 37,8% de 2 a 3 meses; 16,6% de 3 a 4 meses; 4,4% de 4 a 5 meses. O restante, ou seja, 15,6% dos trabalhadores entrevistados afirmaram não ficar desempregados em nenhum período do ano.

**Tabela 16 – Período de desemprego dos trabalhadores volantes em Fernandópolis**

	1 a 2 meses	2 a 3 meses	3 a 4 meses	4 a 5 meses	Não ficam desempregados	Total de trabalhadores
Nº	23	34	15	4	14	90
%	25,6	37,8	16,6	4,4	15,6	100,0

*Fonte: Pesquisa de campo (2001/2002)*

A falta de oportunidade de emprego já levou 28,8% dos trabalhadores a migrarem temporariamente de Fernandópolis para trabalharem em outra região.

O período mais crítico em relação à oferta de emprego na agricultura local se estende de novembro a março, que corresponde ao período da entressafra da cana-de-açúcar e da laranja. Essa fase coincide com a safra das lavouras de ciclo curto como algodão, arroz e milho que poderiam representar fonte de emprego. Entretanto, como já foi salientado, essas lavouras, principalmente o arroz e o algodão, tiveram sua área de cultivo bastante reduzida e a oferta de trabalho é insignificante perante o universo de trabalhadores disponíveis. O milho continua sendo uma lavoura de destaque na agricultura local, porém, em relação à ocupação da mão-de-obra, sua capacidade de absorção é diminuta, já que todas as suas fases de produção, desde o preparo do solo à colheita, com raras exceções, são desenvolvidas com o trabalho mecanizado.

Dessa forma, as poucas oportunidades de ocupação do trabalho volante no período que vai de novembro a março costumam ser de curta duração e instáveis.

Camargo lembra que

vivendo em quase sua totalidade na periferia das cidades, o volante, além de ter de fazer frente aos maiores custos de reprodução dos centros urbanos, enfrenta as dificuldades de uma relação de trabalho intermitente. Dada a sazonalidade do trabalho existente na agricultura [...] ele é obrigado a alternar empregos urbanos e rurais, intercalados por momentos de desemprego (Camargo, 1988, p. 140).

Quando não têm serviço na lavoura, esses trabalhadores, demonstrando grande polivalência em desenvolver atividades diferentes que não exijam a necessidade de mão-de-obra especializada, procuram os mais diversos tipos de serviços para garantir o seu sustento. O mais procurado é na construção civil, onde 52,0% dos entrevistados disseram já ter atuado como ajudantes de pedreiros. Encontramos ainda limpadores de lote; vendedores de sorvete, doces, verduras; entregadores de jornal; entre outros.

Para Baccarin (1985, p. 20 – 21).

Em sua forma mais desenvolvida e visível, os assalariados volantes servem ao capital simultaneamente na produção agrícola, na indústria de transformação, construção civil e serviços. Constituem-se uma categoria 'intermitente' do contingente operário ativo já que a produção ora os repele, ora os atrai. Dependendo ainda fundamentalmente do emprego agrícola, estão submetidos a constantes períodos de desemprego, cuja duração depende da diversidade das culturas e do desenvolvimento das atividades urbanas.

Diante da necessidade premente de sobrevivência e da restrita oferta de emprego, o trabalhador volante não se vê em condições de escolher em que atividade se ocupar, tendo que obrigatoriamente se tornar um polivalente, que se colocará à disposição de qualquer tarefa, compatível com sua capacidade de realização.

Assim,

A disponibilidade para o trabalho está diretamente ligada à necessidade de trabalhar para sobreviver. Como tal, é característica de todo e qualquer trabalhador assalariado. Sendo o salário mínimo equivalente à soma do valor dos meios de subsistência, necessários à reprodução da força de trabalho do assalariado, o seu consumo se faz de imediato. Resta ao assalariado para poder continuar reproduzindo sua força de trabalho, utilizar o tempo durante o qual estes meios asseguram a sua existência, para produzir novos meios de subsistência, que venham substituir aqueles que são consumidos. Resta-lhe, portanto, continuar trabalhando. O caráter intermitente com que se realiza o trabalho do "bóia-fria" faz com que esta disponibilidade seja *para qualquer tipo de trabalho*. O ritmo irregular com que sua força de trabalho é explorada nem sempre lhe permite continuar produzindo novos meios de subsistência, enquanto consome os recebidos em troca do seu trabalho (Melo, 1975, p. 88).



O empreiteiro tem grande influência na organização do mercado de trabalho, pois é ele quem arregimenta, transporta, fiscaliza, gerencia e mesmo distribui a mão-de-obra disponível entre os estabelecimentos agrícolas, de acordo com a época e o número de trabalhadores necessários (Baccarin, 1985).

Nota-se que em Fernandópolis, do total dos trabalhadores entrevistados, 15,6% afirmaram que não ficam parados em nenhum período do ano. Alguns chegaram a afirmar que: *‘só fica sem trabalho quem quer, pois serviço sempre aparece’*. Na realidade observamos que estes trabalhadores fazem parte de um grupo seletivo, que, mesmo nos momentos de pouca oferta de trabalho, sempre irão fazer parte da turma de algum empreiteiro. Trata-se do trabalhador que é muito “disciplinado” e interessante para a exploração da mais-valia, pois além de ter um bom relacionamento com o empreiteiro e colegas de turma, oferece boa capacidade de produtividade, mesmo durante o período em que a remuneração se faz por meio do sistema de diária.

### **3. 8. O trabalho volante na safra de laranja**

Tendo em vista o papel significativo da lavoura de laranja para os trabalhadores volantes de Fernandópolis, teceremos algumas considerações a respeito. Faz-se necessário frisar que a abordagem se justifica pelo grau de importância que esse segmento da agricultura local representa no emprego da força de trabalho e, sobretudo, pelo fato de que aí se materializou, de forma articulada, um sistema de superexploração do trabalho, tendo na atuação das cooperativas de trabalhadores seu representante maior.

A produção de laranja para a agroindústria no Município de Fernandópolis, ganhou projeção a partir do início da década de 1980. Segundo dados da Produção Agrícola Municipal, em 2001 a área ocupada com laranja no município era de 1.969 ha.

Com exceção da lavoura canavieira, a laranja é o segmento da agricultura local que mais emprega o trabalho volante, entretanto, é necessário que se diga que a oferta de emprego em grande escala se restringe à colheita. São cerca de 300 trabalhadores envolvidos na safra do produto em Fernandópolis.

O trabalho apresenta algumas características diferenciadas se comparado a outros serviços, sobretudo o corte da cana. A princípio não é tão desgastante

fisicamente, porém, exige do trabalhador a habilidade em apanhar os frutos, colocar nas devidas “sacolas” e depositar nas caixas. Assim, como no corte da cana, o trabalhador ao repetir a tarefa ao longo de diversas safras acaba por adquirir uma certa especialização na atividade. Isso, porém, não significa que todos os trabalhadores se especializem e se nivelem no sentido da produtividade do trabalho. Existem aqueles que são mais hábeis e contam com maior resistência física, favorecendo uma produtividade maior.

Diante das características da colheita de laranja, exigindo apenas o trabalho das mãos, sem ferramentas, e sendo mais leve, a presença do trabalho feminino nessa atividade é maior, se compararmos com outras atividades agrícolas, principalmente o corte da cana, representando 25,0% do total dos trabalhadores.

Para a formação das turmas, entra como elemento fundamental o empreiteiro. Tendo a possibilidade de selecionar os trabalhadores diante da mão-de-obra disponível, os empreiteiros organizam turmas que possam atender não só o seu objetivo de defender o seu salário mas, sobretudo, proporcionar aos empresários agrícolas a possibilidade de acumulação de capital, extraíndo a mais-valia.

Quando integrado às exigências impostas pelo capital, entre elas a produtividade do trabalho e, em muitos casos, a que tem maior peso é a “disciplina”, ou seja, não ter espírito “agitador”<sup>29</sup> em relação à mobilização por melhores condições de salário, garantia dos direitos trabalhistas e outros, o trabalhador deverá ser efetivado numa determinada turma, na qual poderá permanecer por muitos anos.

Em relação às formas de remuneração do trabalho, predomina na colheita de laranja o sistema de tarefa. Esse sistema, como no corte da cana-de-açúcar, aumenta a possibilidade de extração da mais-valia por parte dos empresários agrícolas. O preço da caixa colhida sempre será determinado a partir da média dos trabalhadores que apresentarem maior produtividade do trabalho.

Ocorrem paralelamente duas formas de contratação dos trabalhadores, os registrados e os não registrados, o que implica em diferenças de preços pagos à caixa de laranja colhida. Segundo alguns trabalhadores entrevistados, as cooperativas de trabalhadores que atuaram na região de Fernandópolis, na safra

---

<sup>29</sup> Condições relatadas por um dos mais influentes empreiteiros, por nós entrevistado, que há anos atua no ramo da colheita de laranja na região de Fernandópolis.

2001/2002<sup>30</sup> contribuíram para que existissem dois valores para cada caixa: R\$ 0,18 para os trabalhadores registrados e R\$ 0,30 para os não registrados. Essa prática levou à maioria dos trabalhadores a optar pelo trabalho sem registro, já que possibilita um ganho momentâneo melhor.

Essa forma de pagamento de dois preços bastante diferenciados para a colheita de laranja faz parte de uma estratégia de exploração do trabalhador que, diante da sua difícil condição de vida, em função dos baixos salários e do caráter temporário do trabalho, não resiste à tamanha diferença entre os valores estabelecidos ao trabalho informal e ao registrado. Assim, diante das suas necessidades imediatas, ele irá optar pelo trabalho sem registro, ignorando os possíveis benefícios que poderiam ter com o trabalho formalizado perante à legislação trabalhista.

Para o secretário do Sindicato dos Empregados Assalariados Rurais de Fernandópolis (SERF), as Cooperativas de Trabalhadores, predominantes no setor da laranja, causam grandes transtornos em relação aos cumprimentos das exigências da legislação trabalhista. No seu entendimento, quando se estabelece para o trabalhador R\$ 0,18 à caixa com registro em carteira e R\$ 0,30 à caixa sem registro, não resta dúvida que este irá optar pela segunda alternativa. Disse ainda que o nivelamento do preço é por baixo, ou seja, o preço sem registro não está elevado, pelo contrário, é o preço com carteira registrada que está baixíssimo.

Dessa forma, as Cooperativas de Trabalhadores representam

[...] mais um fator que se agrega ao processo de exploração e dominação existente, imprimindo ao trabalho a marca da precarização, e aos trabalhadores a marca da depredação. [...] agem como empresas de subcontratação de mão-de-obra. É a forma encontrada para externalizar os custos com os trabalhadores, aumentando, deste modo os lucros da empresa cabeça, uma vez que os direitos trabalhistas, como férias, descanso semanal remunerado, aviso prévio etc. não são pagos, além da ausência de contrato de trabalho, registro em carteira e seguro saúde. As cooperativas representam um dos lados perversos do atual processo modernizante, que é a precarização do trabalho (Silva, 1999, p. 315 – 316).

Essas cooperativas resultaram da dinâmica imposta pela reestruturação do setor produtivo sob o comando do capital e atende aos interesses da classe patronal, pois possibilita a superexploração do trabalhador. Nesse sentido, Silva

---

<sup>30</sup> Várias Cooperativas de Trabalhadores atuaram no Município de Fernandópolis, entre elas a Unirural de Ibitinga e a Copmor de Itápolis. Segundo nos informou um empreiteiro que arregimentou trabalhadores para essas cooperativas, as mesmas foram extintas.

(1999) apresenta um documento da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, o qual esclarece:

Na área rural, a criação de Cooperativas de Trabalhadores rurais eventuais (os chamados bóias-frias) será de relevante importância para as partes: produtores e trabalhadores eventuais. Para os produtores rurais nas épocas de maior utilização de mão-de-obra dos eventuais, com a Cooperativa em funcionamento as vantagens serão: 1) não existência de problemas trabalhistas das épocas de safra; 2) supressão de vínculo empregatício com o tomador de mão-de-obra; 3) inexistência de fiscalização trabalhista; 4) desobrigação das responsabilidades trabalhistas e sociais; 5) maior tranquilidade na execução de trabalhos agrícolas. Os trabalhadores eventuais para desonerar os tomadores de mão-de-obra, deverão fazer prova de que são realmente associados da respectiva cooperativa. Quanto aos associados à Cooperativa de Trabalhadores rurais eventuais, no caso, não teriam vínculo empregatício com ela, considerando que são partes da entidade que os representa, com quotas-partes de participação no capital. A Cooperativa, por sua vez, indica os serviços a serem prestados, estabelece os preços, contratos etc., quando solicitados pelos empregadores rurais. (Circular n.042/95, Protocolo n.0358, de 17 de abril de 1995) (Silva, 1999, p. 315).

Diante do exposto pelo documento, parece que as Cooperativas de Trabalhadores representariam uma brilhante alternativa para os segmentos envolvidos, ou seja, os trabalhadores e os produtores. Entretanto, basta observar mais atentamente para perceber que o documento deixa explícito que o trabalhador perde todos os direitos estabelecidos pela legislação trabalhista, confirmando-se que essas cooperativas atendem muito mais aos interesses da classe patronal. Comprova-se o fato quando se observa que o documento estipula que os trabalhadores, colocados teoricamente como partes da entidade (Cooperativa de Trabalhadores Rurais), não teriam vínculos empregatícios com a mesma, isentando os empregadores das obrigações estabelecidas pela legislação trabalhista

Entrevistamos um empreiteiro que nos externou seu ponto de vista em relação à atuação das Cooperativas de Trabalhadores Rurais. Segundo o mesmo, as cooperativas, para as quais contratava trabalhadores, não registrava-os e, como forma de benefício, oferecia um seguro de vida aos mesmos, o qual era estipulado em cinco mil reais.

Para o empreiteiro, o não registro em carteira possibilitava o pagamento de um valor muito mais alto para o trabalhador o que, ao seu ver, seria uma grande vantagem. Disse também que a relação de trabalho informal oferecia uma outra vantagem para os trabalhadores, possibilitando o emprego de menores de idade (menos de 18 anos) já que a colheita de laranja apesar de exigir rapidez e habilidade manual do trabalhador, não é um trabalho muito pesado. Afirmou que alguns pais

chegavam a assinar um termo de responsabilidade para que seus filhos menores de idade pudessem fazer parte das turmas. Além dessas vantagens, segundo o informante, o trabalhador ainda teria a seu favor o fato de estar com o emprego garantido.

Na visão do empreiteiro as cooperativas representavam uma boa alternativa para os trabalhadores rurais volantes e lamenta a decadência das mesmas, em função de imposições por parte dos órgãos responsáveis pela fiscalização das questões trabalhistas. Há que se destacar que, para os empreiteiros, o fato de poder pagar mais ao trabalhador, mediante o trabalho sem registro em carteira, possibilita-lhes um ganho maior, já que os mesmos além de receberem um salário fixo das cooperativas, também recebiam uma porcentagem relativa ao preço de cada caixa de laranja colhida. Assim, entendemos que os empreiteiros teriam muito mais motivos para lamentar a extinção das cooperativas – como já ocorreu com boa parte delas – do que os trabalhadores rurais.

As Cooperativas de Trabalhadores no setor citrícola se intensificaram no interior do Estado de São Paulo a partir de 1995, depois da aprovação de uma emenda à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por meio da Lei nº 8.949 de dezembro de 1994, acumulando os seguintes termos: “qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores dos serviços daquela” (Veiga et al. 1996 *apud*. Vicente, Baptistella & Veiga, 1997, p. 14). A emenda serviu de respaldo legal para a terceirização da mão-de-obra no campo, livrando os empregadores dos encargos sociais e diminuindo os custos com a produção.

A partir dessa brecha legalizada as indústrias de suco que tinham empresas para cuidar da colheita, transformaram-nas em cooperativas, conservando inclusive os mesmos empreiteiros, como ocorreu em Fernandópolis, com o empreiteiro por nós entrevistado.

Para Vicente, Baptistella & Veiga (1997) surgiram pouquíssimas cooperativas encabeçadas pelo próprio interessado, ou seja, o trabalhador rural. As outras formas foram criadas por grupos de interesse.

Algumas funcionavam como cooperativas-associativamente legais e de fato, enquanto outras criadas com o apoio das indústrias de suco de laranja, tinha à frente os velhos “gatos” de sempre. Na prática, elas apenas legalizaram a eliminação dos direitos trabalhistas dos colhedores. Obrigados a se cooperar para poder continuar trabalhando, os colhedores de laranja

hoje trabalham mais, ganham menos e não têm nenhum tipo de seguridade social. Quem quiser trabalhar tem que entrar numa 'gatoperativa' destas. Inconformados, insatisfeitos e muito mal informados, os trabalhadores brigam pelos benefícios trabalhistas - FGTS, proporcional de férias, 13º salário, auxílio desemprego e outros. Aparentemente, as cooperativas conseguem ganhos melhores, mas os trabalhadores não vêem compensação para o fim dos direitos conquistados pela categoria (Vicente, et al, 1997, p. 14).

Em Fernandópolis, a atuação das Cooperativas de Trabalhadores, segundo o secretário do Sindicato dos Empregados Assalariados Rurais, lidera os problemas pertinentes às questões trabalhistas no município.

Para os diretores deste sindicato o trabalho na laranja é aquele que tem proporcionado os maiores problemas na relação patrão x empregado. A questão é tão complicada que, segundo o dirigente sindical, nas safras 2000/2001, 2001/2002 e 2002/2003 não se conseguiu viabilizar o acordo coletivo para a colheita do produto, o que implica na redução do salário pago ao trabalhador.

Nas negociações entre os produtores de laranja de Fernandópolis e os trabalhadores há um fato que acaba determinado um peso ainda maior em favor dos empregadores. Ocorre que o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Fernandópolis (SPRF) é um dos maiores produtores de laranja do município e utiliza grande contingente de mão-de-obra volante, sobretudo por ocasião da colheita. Não bastasse essa condição, o presidente do SPRF é também integrante da diretoria da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP). Isso, segundo os diretores do Sindicato dos Empregados Assalariados Rurais de Fernandópolis (SERF) representa um grande complicador que praticamente inviabiliza as negociações, determinando condições mais favoráveis para ampliar ainda mais a exploração do trabalhador rural.

De acordo com o dirigente entrevistado, o Sindicato dos Empregados Assalariados Rurais de Fernandópolis tem procurado atuar no sentido de representar as reivindicações dos trabalhadores. Entretanto, diante da força econômica e política da classe patronal frente aos trabalhadores, a balança sempre pende em favor dos primeiros. De acordo com os diretores entrevistados, os fatores que se colocam contra as reivindicações do sindicato começam pela desconfiança do mesmo em relação à lisura da fiscalização junto aos possíveis desrespeitos aos direitos estabelecidos pela legislação trabalhista; passam pelo forte poder de articulação dos patrões na defesa dos seus interesses; e, terminam na dificuldade de

mobilização por parte dos trabalhadores, que não se sentem encorajados em manifestar suas insatisfações, ainda que estas sejam justas.

## CAPÍTULO IV

### **A EXPANSÃO DA MECANIZAÇÃO DA COLHEITA DA CANA E A EXCLUSÃO DE TRABALHADORES EM FERNANDÓPOLIS**

O cultivo da cana-de-açúcar, em grande escala, no Município de Fernandópolis iniciou-se na década de 1980, com a inauguração da Destilaria Alcoeste S/A em 1982, já na segunda fase da expansão da lavoura canavieira no Estado de São Paulo, com os incentivos do Programa Nacional do Álcool (Proálcool).

Assim, nessas duas décadas a lavoura canavieira se transformou na principal fonte de emprego para a mão-de-obra volante na agropecuária local, sobretudo no período da safra. São centenas de trabalhadores que aguardam a chegada do período da colheita para tentar o ingresso na turma dos cortadores de cana. Entretanto, o contingente de trabalhadores, a partir da safra 2001/2002, vem se reduzindo em função da mecanização da colheita que na safra 2002/2003 já atingiu cerca de 40,0% da área cultivada com cana-de-açúcar.

A expansão da lavoura canavieira em Fernandópolis, o avanço da mecanização do trabalho no setor e o emprego da mão-de-obra volante nesse contexto, são os temas a serem abordados no decorrer desse capítulo.

#### **4. 1. A instalação da destilaria Alcoeste S/A no Município de Fernandópolis e a influência do Proálcool**

A expansão da lavoura canavieira no Estado de São Paulo ocorreu em duas fases distintas. A primeira, a partir de 1940, contou com o incentivo do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) e visava ampliar a produção de açúcar e garantir o abastecimento dos principais centros consumidores do país. A segunda fase de grande avanço na expansão do cultivo de cana, ocorreu a partir de meados da década de 1970, quando a produção do álcool, como fonte alternativa de combustível, foi estimulada e, segundo os mentores do Proálcool, visava amenizar os impactos provocados pela primeira crise do petróleo (1973).

O incentivo à produção contou com o fomento do governo federal que lançou, através do Decreto nº 76.593 de 14/11/1975, o Programa Nacional do Álcool



(Proálcool), com o objetivo de se elevar rapidamente a sua produção como alternativa energética em substituição ao petróleo e, secundariamente, como matéria-prima para a indústria química, além de outras utilidades (Camargo, 1988).

É oportuno destacar, ainda que brevemente, que, segundo Alves (1991), a origem do Proálcool foi motivada não só em função da crise do petróleo. Foi colocado em pauta o atendimento aos interesses dos empresários produtores de açúcar, o qual estava com preços baixos no mercado internacional a partir de 1973. Essa redução do preço ocorreu no momento em que os empresários da produção açucareira estavam começando a pagar os investimentos realizados no final da década de 1960 e começo da década de 1970, visando aumentar a produção, via aumento de produtividade, através da aplicação de novos procedimentos tecnológicos.

Paralelamente à queda no preço do açúcar no mercado internacional ocorria a súbita elevação do preço do petróleo no cenário internacional, onerando sobremaneira a balança comercial brasileira, tendo como agravante a elevação do montante importado para atender ao aumento do consumo interno.

Nesse contexto, abriu-se a possibilidade de investir grande volume de capital objetivando expandir a produção da agroindústria sucroalcooleira, porém, agora as atenções estariam voltadas, em primeiro plano, para a produção do álcool como fonte energética, já que o momento favorecia tal procedimento. Assim,

[...] o programa, que vendia a imagem de ser a saída brasileira para a crise do petróleo, passa a ser o principal projeto de continuidade do processo de modernização conservadora da agricultura e o principal instrumento do Estado de ajuda aos usineiros para superarem a crise a que estavam submetidos. Isto significa que o Proálcool, ao mesmo tempo em que se constitui num instrumento econômico de salvação de um setor de atividade, é, também, continuidade e aprofundamento de um projeto de desenvolvimento da agricultura (Alves, 1991, p. 34).

Nesse sentido, Thomaz Júnior destaca que

o eixo da expansão do Proálcool direcionou-se, desde o início, para a *salvação da lavoura* dos empresários sucro-alcooleiros, pois materializou-se sobre a implantação de novas destilarias anexas às usinas e na ampliação e reequipamento das já existentes, direcionados para a produção de álcool anidro. Pode-se dizer que foi uma solução para os grandes empresários, principalmente os do Centro/Sul, em especial para os paulistas, recuperarem o padrão de acumulação do capital, até pelo fato de terem sido os atores ativos na criação e consolidação do programa (Thomaz Júnior, 2002, p. 93).

Dentre os resultados da implantação do Proálcool ocorreu a grande expansão da área ocupada com cana-de-açúcar que triplicou em São Paulo e duplicou no Nordeste. Em São Paulo, passou de 619 mil hectares em 1975 para 2 milhões em 1985. No Brasil, a área total aumentou de 1.969.200 hectares em 1975, para 2.607.600 em 1980 e 4.310.400 hectares em 1987 (Alves, 1991).

Convém lembrar que a grande ampliação da produção de cana-de-açúcar ocorreu não só em função da expansão da área, mas também através dos ganhos de produtividade com o investimento em novas práticas agrícolas e novas variedades mais produtivas, com maior poder de adaptação aos solos mais fracos, maior resistência às pragas, além do encurtamento do ciclo de produção para algumas variedades.

A implantação do Proálcool, de acordo com Alves (1991), pode ser dividida em duas fases bem distintas: a primeira, com início em 1975, baseou-se, fundamentalmente, no aproveitamento da estrutura e capacidade existentes; a segunda, após 1979, caracterizou-se pela expansão da capacidade produtora de cana e álcool, sendo priorizado o álcool hidratado.

Na primeira fase do programa, se aproveitou a capacidade ociosa do setor açucareiro, implantando destilarias anexas às usinas de açúcar existentes. Nesta fase, a prioridade era a produção de álcool anidro para ser misturado como aditivo à gasolina na proporção de 20,0% de álcool para 80,0% de gasolina para cada litro do produto.

A segunda fase do Proálcool apresentou profundas alterações tanto na estrutura produtiva como de consumo do álcool por parte dos automóveis. Esta estava voltada essencialmente para a produção de álcool hidratado para consumo direto dos automóveis.

A produção de álcool hidratado, nesta fase, incentivou a expansão da cultura de cana para áreas pioneiras. Isto é, onde a cana não era ainda produzida e incentivou também a produção de álcool em destilarias autônomas, ou seja, destilarias que não são complemento da usina, como as anexas (Alves, 1991, p. 36 – 37).

Com a segunda etapa do Proálcool, o Estado de São Paulo desponta definitivamente na liderança da produção sucroalcooleira do país, recebendo os maiores investimentos destinados ao programa. Para Camargo (1988), os produtores paulistas responderam mais rapidamente ao programa já que contavam

com vários fatores favoráveis como uma estrutura de produção já desenvolvida, tradição histórica na produção de álcool, um avançado processo de capitalização da sua agricultura, além da localização no estado, de fábricas de equipamentos e destilarias para a produção de álcool.

Na segunda fase do Proálcool os incentivos por parte dos governos federal e estadual foram tão atrativos que despertou “a atração para a cultura, de capitalistas sem tradição no setor, mas que se deslumbraram com a possibilidade de reproduzir seu capital num setor que aparentava ter, nesta etapa, risco diminuto em relação à outros” (Alves, 1991, p. 40).

Assim, o setor sucroalcooleiro acelerou sobremaneira o seu crescimento, atingindo uma taxa de 35,8% ao ano em termos de Brasil. Quanto ao estado de São Paulo, o crescimento foi de 35,6% ao ano no período de 1975/86, se estabelecendo como o principal centro alcooleiro nacional.

Em São Paulo os recursos e projetos aprovados para as destilarias anexas foram direcionados sobretudo para as Divisões Regionais Agrícolas – DIRAS - de Ribeirão Preto, Campinas e Bauru. Entretanto, em relação às destilarias autônomas

a maior parte dos recursos, cerca de 80% dos recursos e 70% dos projetos aprovados, foi direcionada para áreas não tradicionais na canavieira (equivalentes fundamentalmente às DIRAS de Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente) – consideradas nos aumentos nos documentos oficiais como Noroeste, Alta Araraquarense e Alta Sorocabana -, tendo à frente também, na maioria dos casos, empresários não tradicionais na atividade agroindustrial canavieira (Thomaz Júnior, 2002, p. 94).

O grande investimento de recursos na aprovação de projetos nas DIRAS de Presidente Prudente, Araçatuba e São José do Rio Preto foi estratégico. Observando que a expansão territorial das lavouras de cana ocorria de forma concentrada, ocupando principalmente as áreas tradicionais açucareiras do leste do estado, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento estabeleceu uma política especial direcionando os investimentos do Proálcool para outras regiões, que até então não apresentavam expressividade na produção de cana.

Nesse sentido, foi lançado em 1980 o Pro-Oeste, objetivando a expansão da lavoura canavieira para o Oeste Paulista. Para tanto, o programa contou com o apoio do Programa de Expansão da Canavieira para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo (Procana).

Segundo Ferreira (1987, p. 109)

O programa denominado 'Bases para um Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo – PRO-OESTE', desenvolvido pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, procurou deslocar os recursos do CENAL (Comissão Executiva Nacional do Alcool) para o OESTE do Estado de São Paulo [...] tendo como meta alcançar o 'equilíbrio' econômico regional.

Assim,

o Planalto Ocidental passou, a partir de 1980, a receber um grande fluxo de investimento via CENAL, resultando na implantação de novas destilarias autônomas, com grandes propriedades de cana-de-açúcar e na formação da área canavieira/alcooleira do Oeste Paulista – abrangendo Alta Paulista, Noroeste e Alta Sorocabana (Ferreira e Bray, 1984, p. 109).

As áreas consideradas prioritárias pelo PROCANA foram as Regiões de Presidente Prudente, Araçatuba, Bauru e o Oeste da Região de São José do Rio Preto. Assim, estabeleceram-se as condições para viabilizar a instalação da destilaria em Fernandópolis.

Em 1982 ocorreu em Fernandópolis a instalação da Destilaria Alcoeste S/A e, conseqüentemente, foram cultivadas as primeiras lavouras de cana para a produção de álcool. De acordo com relatos de fundadores da empresa<sup>31</sup>, em 1979, funcionários da agência do Banco do Brasil local, pretendendo viabilizar o financiamento de recursos para a instalação de uma destilaria na região, convidaram alguns proprietários rurais para conhecerem algumas empresas do setor sucroalcooleiro. Assim, constituiu-se um grupo de visitantes à Destilaria Água Limpa, em Monte Aprazível e à Univalem, em Val Paraíso.

As visitas provocaram impacto positivo e despertou no grupo a convicção de que seria viável a implantação de uma destilaria no Município de Fernandópolis. A partir de então, constituiu-se um grupo de cotistas que também deveriam ser produtores de cana, sendo elaborado um projeto para colocar em prática a idéia de fundação da empresa.

Com o projeto montado, este foi submetido ao parecer do Ministério das Minas e Energia e do Banco do Brasil, que seria o agente financiador e, a partir do grande interesse na expansão do Proálcool, aliado à política de incentivo comandada pelos programas Pro-Oeste e Procana, a aprovação do projeto do financiamento se concretizou, dando a possibilidade de montagem da destilaria.

---

<sup>31</sup> Inicialmente destacaram-se como líderes na implantação do projeto os Senhores Hadejair Sebastião de Oliveira, gerente do Banco do Brasil; João Alfredo de Menezes, engenheiro agrônomo, chefe da Casa da Agricultura de Fernandópolis; Luis Arakaki, do grupo Arakaki de Fernandópolis; e José Pontes Júnior, presidente da Associação de Amigos do Município de Fernandópolis.

Camargo (1988) salienta que os financiamentos do Proálcool, da forma como ocorriam, sofreram, por parte de muitos, severas críticas. O motivo se refere às condições extremamente vantajosas em que eram concedidos os financiamentos, com a concessão de crédito altamente subsidiado e taxas de juros baixíssimas. Como resultado, acabaria havendo uma transferência de renda para os beneficiários do programa.

Assim,

para se ter uma idéia do incentivo financeiro, basta citar que os juros cobrados aos usineiros para a instalação da parte industrial, destilarias anexas ou autônomas, eram, até 1979, final da década de 70, primeira parte do programa, de 17% ao ano sem correção monetária, quando somente a inflação era de 60% ao ano, o que significa que o financiamento tinha juros reais negativos, por que sequer repunham o valor nominal. Os financiamentos recebidos para a parte agrícola, isto é, compra de terra e investimentos para o aumento da produção de cana, tais como: máquinas, tratores etc, eram, até 1979 concedidos a juros de 15% ao ano sem correção monetária. Estes financiamentos tinham prazos variáveis de pagamento, mas em média perfaziam 12 anos, com 3 de carência, que era o tempo médio entre a instalação da destilaria e a sua operação em ritmo comercial. O reembolso dos empréstimos, tomados nesta época, não ultrapassava a marca de 14% reais, o que significa que 86% do valor dos financiamentos se constituíram em doações, sem retorno algum aos cofres públicos (Alves, 1991, p. 39 - 40).

Entretanto, a inauguração da destilaria em Fernandópolis em 1982, ocorreu já na segunda etapa do Proálcool, iniciada em 1980, quando os incentivos financeiros já não estavam tão generosos, contudo, ainda apresentavam enormes benefícios para os empresários agrícolas. De acordo com Thomaz Júnior,

para a parte industrial, foram oferecidos recursos de longo prazo (10 anos para as maiores quantias e 8 anos para as faixas menores), à base de 4% de juros/ano para destilarias anexas e 3%/ano para as destilarias autônomas do N/NE e 6%/ano para as anexas e 5%/ano para as destilarias autônomas do C/S, sendo, até 1981, indexado apenas 40% do índice de inflação e posteriormente a 70%. Contudo, os prazos e os limites do financiamento não foram alterados, senão homogeneizados para todo o país. Para a parte agrícola, as mudanças ocorridas deram-se sob a porcentagem de correção monetária e da taxa de juros, sendo 2% e 5% para o N/NE e C/S respectivamente e, posteriormente, em 1981, estabeleceu-se para os encargos financeiros 35%/ano para o N/NE e 45%/ano para o C/S (Thomaz Júnior, 2002, p. 95).

A concessão dos financiamentos do Proálcool atendia aos interesses de vários segmentos produtivos. Neste sentido, através do programa

cimentaram-se os interesses do capital agroindustrial sucroalcooleiro, como os segmentos das indústrias multinacionais, montadoras de automóveis, como também, das empresas produtoras de bens de produção para o setor D1, fábrica de tratores, implementos agrícolas etc. (Thomaz Júnior, 2002, p. 93).

Nesse contexto foi instalada a Destilaria Alcoeste S/A no Município de Fernandópolis, com a capacidade de produção de 400 mil litros diários e de armazenamento podendo chegar a 47 milhões de litros. Para os padrões do Estado de São Paulo, trata-se de uma destilaria de pequeno porte<sup>32</sup>. Seus produtos básicos são o álcool hidratado e, sobretudo, o anidro, nas últimas safras. Quanto aos subprodutos, a levedura<sup>33</sup> se destacou nos últimos anos e passou em 2002 a representar uma importante alternativa econômica, conquistando o mercado internacional. Segundo os diretores da empresa entrevistados, as encomendas de levedura estão em expansão para a Ásia e a Europa.

De acordo com os Censos Agropecuários da FIBGE a área cultivada com cana-de-açúcar no Município de Fernandópolis em 1985 era de 3.449 ha, em 1996 expandiu-se para 5.147 ha e em 2001 foi de 5.115 ha<sup>34</sup>. Entretanto, se somadas as lavouras de cana, cultivadas nos municípios vizinhos – Estrela d’ Oeste, São João das Duas Pontes, Macedônia entre outros -, a área total estaria em torno de 8.500 ha. Na Safra 2002/2003, segundo os produtores de cana, o total da área cultivada com o produto na Microrregião Geográfica de Fernandópolis está em torno de 10.000 ha.

Convém mencionar que em relação às terras ocupadas com a lavoura canavieira em Fernandópolis, vem sendo ampliada a importância do sistema de arrendamento. De acordo com informações prestadas por um dos funcionários responsáveis pela parte agrícola da destilaria, na safra 2002/2003 cerca de 40,0% das lavouras de cana pertencentes aos acionistas majoritários da Alcoeste eram cultivadas em terras arrendadas.

Há que se lembrar ainda que, diante da disponibilidade de terras, o arrendamento pode ser viabilizado através da escolha das ofertas mais interessantes à reprodução do capital, levando-se em conta fatores como a topografia e a qualidade do solo, a distância e a facilidade de acesso à unidade

---

<sup>32</sup> De acordo com dados fornecidos pela UDOP (Usinas e Destilarias do Oeste Paulista), a Alcoeste moeu, na safra 2002/2003, 743.145 t. de cana, números bastante inferiores a outras usinas de grande porte como a São Martinho (Mun. de Pradópolis) que moeu 5.385.775 t. e a Da Barra (Mun. de Barra Bonita) com 5.213.583 t..

<sup>33</sup> A levedura exportada pela Destilaria Alcoeste S/A para países asiáticos tem como função a alimentação animal, principalmente para suínos.

<sup>34</sup> Em entrevistas realizadas com os produtores de cana-de-açúcar, no segundo semestre de 2002, constatamos que a área ocupada com essa lavoura no Município de Fernandópolis, em 2001, foi bastante superior à aquela indicada pelo IBGE – Produção Agrícola Municipal. De acordo com os produtores, o total da área plantada teria superado os 6.000 ha.

produtiva agrícola em relação à unidade fabril, sua dimensão<sup>35</sup>, além da possibilidade de estipular um valor mais baixo para o pagamento do direito do uso da terra.

O aumento do sistema de arrendamento para a lavoura canavieira em Fernandópolis, nos faz atentar para um dos impactos provocado pela expansão dessa cultura no Estado de São Paulo. Trata-se da ocupação de áreas que anteriormente eram destinadas ao cultivo de outras lavouras, como aquelas destinadas à produção de alimentos.

Neste sentido, destacamos que, segundo relato de produtores de cana, fundadores da destilaria, num primeiro momento, a lavoura canavieira não teria produzido grande impacto em relação à substituição de outras lavouras. A alegação é que cerca de 80,0% das primeiras áreas com essa cultura ocuparam pastagens já debilitadas e com baixíssima produtividade.

Assim, a implantação da lavoura canavieira em Fernandópolis teria atendido a um dos objetivos do Procana que pretendia “organizar a expansão da instalação da cultura canavieira no estado direcionando-a para regiões fisicamente favoráveis, trazendo benefícios a estas regiões, procurando áreas onde não substituiria outras culturas” (Monteiro, 1992, p. 9).

Mesmo que inicialmente a lavoura canavieira não tenha provocado grande impacto em relação à ocupação de áreas nas quais se cultivavam outros produtos, o aumento do sistema de arrendamento para o cultivo de cana-de-açúcar nos leva a considerar que esteja ocorrendo a substituição de outras culturas, pois nem todas as propriedades arrendadas estariam totalmente ocupadas com pastagens.

Em relação a uma possível expansão da área cultivada com a lavoura canavieira, há que se considerar um fator limitador, ou seja, a capacidade de moagem da destilaria, que tem funcionado praticamente com sua capacidade máxima.

Convém lembrar que a partir da expansão do período da safra é possível aumentar a produção. Isso implica no cultivo de novas variedades, intercalando a cana-de-ano<sup>36</sup> e a de ano-e-meio, o que abre a possibilidade de estender o período

---

<sup>35</sup> Segundo os produtores de cana, em virtude da infra-estrutura direcionada para o cultivo da cana têm-se privilegiado, o arrendamento de unidades produtivas com dimensão superior a 20 ha. Dependendo da distância em relação à unidade fabril, essa dimensão tende a ser aumentada.

<sup>36</sup> De acordo com os agrônomos responsáveis pela formação de lavouras de cana-de-açúcar para a Alcoeste, a classificação em cana-de-ano e cana-de-ano-e-meio é determinada de acordo com o

de moagem por um período maior ao longo do ano, diminuindo o tempo de ociosidade da unidade fabril.

Entretanto, segundo um dos engenheiros agrônomos responsáveis pelo cultivo da cana-de-açúcar para a destilaria Alcoeste, ainda não houve a adoção do cultivo de cana-de-ano em Fernandópolis. Segundo o mesmo, o longo período de estiagem, normalmente de maio a outubro, característico da região, inviabiliza tal prática. Para o plantio da cana-de-ano e de ano-e-meio seria necessário adotar o sistema de irrigação, o que, segundo o agrônomo, do ponto de vista econômico, torna-se inviável. Assim, a safra da lavoura canavieira em Fernandópolis tem um período de duração de aproximadamente 6 meses, indo de maio a outubro.

#### **4. 2. As etapas de cultivo da lavoura canavieira e o emprego de mão-de-obra**

O emprego de mão-de-obra volante na lavoura canavieira sempre foi bastante expressivo. No entanto, as transformações impostas pelo emprego crescente de técnicas modernas na base produtiva da lavoura redirecionou a utilização da força de trabalho. A adoção de técnicas modernas nas atividades de preparo do solo, plantio e tratos culturais, gerou uma redução significativa de mão-de-obra nestas fases de produção, ao mesmo tempo em que a redução observada na colheita é menos significativa. Por um lado, as inovações introduzidas nesta última, como o carregamento totalmente mecanizado e a utilização das colheitadeiras, contribuíram para um menor emprego de mão-de-obra nesta fase da produção. Mas, por outro, a elevação da produção por hectare, em função do maior emprego de técnicas modernas especialmente através do uso crescente de adubação, defensivos e variedades mais produtivas, elevou a necessidade de mão-de-obra na colheita (Camargo, 1988).

Em relação à tecnificação da base produtiva, a lavoura canavieira de Fernandópolis já nasceu no contexto das inovações tecnológicas disponíveis, pois as primeiras lavouras para a produção de álcool foram cultivadas em 1982. Portanto,

---

período de plantio e colheita. Por exemplo se a cana for plantada em maio e o desenvolvimento da lavoura for satisfatório ela poderá ser colhida já em maio do ano seguinte, o que a classificará como cana-de-ano. Para isso é necessário alongar o período de plantio, o que exige condições climáticas favoráveis, essencialmente em relação à ocorrência de chuvas compatíveis com o grau de umidade necessário à germinação e desenvolvimento da planta. Em Fernandópolis, a fase de plantio é restrita ao período de janeiro a abril.



já estava disponível para a agroindústria sucroalcooleira um pacote tecnológico integrando máquinas, implementos e insumos para todas as etapas de produção.

Entretanto, isso não significa que houve na lavoura canavieira local, a adoção de toda a tecnologia disponível e utilizada nas principais regiões produtoras da cana-de-açúcar do Estado de São Paulo. Isso pode ser demonstrado através do corte da cana, que até a safra 2000/2001 era totalmente realizado com o trabalho braçal.

A crescente utilização de máquinas e insumos modernos na cultura canavieira não atingiu todas as fases da produção de forma homogênea, concentrando-se principalmente nas atividades de preparo do solo, plantio e tratos culturais, sendo que a colheita permanece, em grande parte, realizada de forma manual, como é o caso de Fernandópolis.

De acordo com as informações obtidas a partir do trabalho de campo, constatamos que em 2003 a lavoura canavieira de Fernandópolis emprega, em momentos de pico (safra), aproximadamente 800 trabalhadores, sendo aproximadamente 500 em caráter temporário.

O fato de haver um descompasso em relação à tecnificação entre a colheita e as demais etapas de produção da cultura canavieira implica na sazonalidade do trabalho, diminuindo a utilização de mão-de-obra durante as fases de plantio e de manutenção da lavoura, em virtude do emprego do trabalho mecanizado, restando a colheita como período de maior utilização de força de trabalho, incluindo os temporários e os permanentes.

Nas etapas do preparo do solo, plantio e manutenção da lavoura, a utilização da técnica tem avançado com mais rapidez e as lavouras de Fernandópolis, mesmo que de forma mais lenta em relação à outras regiões produtoras de cana-de-açúcar como a de Ribeirão Preto, por exemplo, tem adotado inovações.

No conjunto das técnicas modernas de produção estão inseridas as inovações mecânicas, químico-físicas e biológicas, materializadas em novos maquinários, aplicação intensiva de fertilizantes e herbicidas, além das novas variedades de cultivo. A adoção dessas técnicas tem como finalidade subordinar o trabalho ao capital, bem como manter um certo controle sobre as condições naturais, podendo acelerar o processo de reprodução do capital.

A capitalização da prática agrícola estabelece e impõe condições para que esse conjunto de inovações tecnológicas seja aplicado de forma integrada. Assim, as inovações mecânicas são acompanhadas das físico-químicas e biológicas,

mesmo que parcialmente, como no caso da cana-de-açúcar, que ainda conserva o corte manual em grande parte da área cultivada em todo o Brasil.

Em relação às implicações para o trabalho, as inovações mecânicas são as mais representativas, já que irão substituir o trabalho vivo pelo trabalho morto, ou seja, força de trabalho humano por máquinas, aumentando a intensidade do trabalho em nome da valorização do capital.

De acordo com Thomaz Júnior (2002), a ciência e, em seu prolongamento, a tecnologia, ao materializar-se em máquinas e outros equipamentos, em relação aos trabalhadores, revela-se capital.

A complexidade e a intensa articulação entre as diferentes etapas do trabalho no interior do processo de produção da cana-de-açúcar (preparo do solo, plantio, tratos culturais e colheita) vêm sendo reestruturadas tecnológica e gerencialmente para intensificar o rebaixamento dos custos de produção, o aumento da eficiência e do fortalecimento do controle sobre o processo de trabalho (Thomaz júnior, 2002, p. 182).

Dessa forma, a adoção das inovações mecânicas, biológicas e químico/físicas favorece o controle do processo de trabalho e produção, tendo como uma de suas implicações imediatas, a redução da utilização da força de trabalho humana. A lavoura canavieira tem o seu campo de atuação com maior ênfase nas etapas de preparação do solo, plantio e tratos culturais, já que na colheita, o trabalho mecanizado ainda não se generalizou para todas as regiões e todos os produtores.

Em Fernandópolis, como salientamos anteriormente, somente nas últimas duas safras (2000/2001 e 2002/2003) a mecanização do trabalho abrangeu também, de forma parcial em termos de área cultivada, a fase da colheita em relação ao corte da cana. Portanto, as inovações técnicas ficaram durante duas décadas restritas ao preparo do solo, plantio e tratos culturais.

#### **4. 3. O preparo do solo**

Há que se lembrar que essa foi a primeira etapa de todo o processo agrícola a ser mecanizada, visando atender às novas exigências impostas pelo empreendimento agroindustrial (Thomaz Júnior, 2002). Nessa etapa se emprega em Fernandópolis o sistema que pode ser considerado padrão para a lavoura canavieira paulista. Segundo os agrônomos responsáveis pelo cultivo de cana-de-açúcar para

a Alcoeste, inicialmente há que se realizar as adequações nos aspectos físico, químico e biológico do solo às necessidades da cultura da cana-de-açúcar, como nivelamento através da gradagem, construção de curvas de nível e subsolagem.

Num segundo momento, o processo deve se voltar para o tipo de variedade da cana-de-açúcar a ser cultivada e as providências necessárias ao plantio, tais como: sulcação e fertirrigação com vinhaça. Deve-se também, nessa etapa, organizar os talhões de acordo com o tipo de colheita a ser realizada (corte manual ou mecanizado), bem como os carregadores para o tráfico de máquinas durante a manutenção da lavoura. Para essa etapa da produção, a mecanização tem proporcionado o aumento constante da produtividade do trabalho. Entretanto, o emprego do trabalho mecanizado tem como reflexo nas relações de trabalho a necessidade da contratação, em caráter permanente, de um contingente de trabalhadores assalariados, operadores de máquinas, que, em sua maioria, são registrados em carteira e terão os direitos que a legislação trabalhista garante-lhes. Em face das transformações nas máquinas e nas técnicas de cultivo da lavoura com o avanço tecnológico, esses trabalhadores devem passar por treinamentos periódicos, para que possam estar sempre aptos a estabelecer um ritmo que garanta a elevada produtividade do trabalho.

Neste sentido, esses trabalhadores à medida que estão inseridos nas condições que atendam aos interesses da reprodução do capital através do seu trabalho, passam a integrar o grupo de assalariados permanentes, em sua maioria, não-residentes nas unidades produtivas, mas que já não se caracterizam mais como volantes. Na lavoura canavieira de Fernandópolis existem cerca de 50 trabalhadores na condição de operadores de máquinas, responsáveis pelo preparo do solo.

Há que salientar que esses trabalhadores, em períodos que não estão envolvidos com o preparo do solo, são utilizados em outras atividades, como na manutenção das lavouras, através da aplicação de praguicidas, fertilizantes e, às vezes, até no trabalho braçal na limpeza dos canaviais, quando este se realizar através das capinas manuais.

Assim, nota-se que, apesar desses trabalhadores se especializarem no comando das máquinas e implementos, deverão estar sempre aptos a desenvolver outras atividades, o que lhes qualifica como polivalentes, tendo peso decisivo para a contratação dos mesmos em caráter permanente.

#### 4. 4. O plantio

No plantio da cana-de-açúcar em Fernandópolis são mobilizados aproximadamente 250 trabalhadores distribuídos nas diferentes etapas, desde o preparo do solo, corte de mudas, até o plantio propriamente dito. Também aqui se adotam os procedimentos comuns em outras regiões, ou seja, o plantio semi-mecanizado.

De acordo com os agrônomos responsáveis pelo acompanhamento técnico do cultivo das lavouras de cana, entrevistados, antes do plantio são necessários alguns procedimentos de preparo do solo como abertura dos sulcos, dentro dos espaçamentos adequados para emprego de máquinas para a realização do cultivo e das adubações químicas além da colheita com o corte mecanizado ou manual. Utiliza-se ainda, antes do plantio, a adubação do solo no qual são aplicados alguns dos subprodutos industriais como a torta de filtro, bagaço e a vinhaça, além da aplicação de inseticidas. A adoção desses procedimentos deve estar de acordo com as variedades de cana a serem plantadas.

De acordo com informações obtidas junto aos engenheiros agrônomos responsáveis pelas lavouras canavieiras da Destilaria Alcoeste, em Fernandópolis são empregados dois processos de plantio. Com grau maior de mecanização do trabalho, existem turmas trabalhando com plantadeiras, desenvolvendo a seguinte operação: a) um trabalhador comanda o trator rebocando a carreta com a cana inteira; b) outro trabalhador vai organizando as canas, já picadas, próximo às bocas de duas plantadeiras que estão acopladas à carreta; c) para o abastecimento das plantadeiras são designados dois trabalhadores para cada uma; e d) finalmente um trabalhador acompanha o processo, recobrando algumas mudas que, eventualmente, possam ficar expostas. Nesse processo o serviço de adubação já é realizado pela máquina no momento do plantio.

Com grau menor de mecanização ocupam-se outras turmas, obedecendo uma seqüência organizada da seguinte forma: a) usam-se carretas ou caminhões para o carregamento da cana e, em cima dos mesmos vão cinco trabalhadores, jogando as canas nos sulcos; b) atrás, cerca de sete semeadores vão distribuindo corretamente a cana nos sulcos; e, c) em seguida um trator efetua a adubação e a cobertura das mudas.

Nestes sistemas de plantio, a equipe de trabalhadores deve estar sincronizada e calcada na cooperação mútua para que o ritmo do trabalho proporcione elevada produtividade sem que alguns trabalhadores, do ponto de vista físico, sejam mais explorados do que os outros.

O período de plantio em Fernandópolis, em relação a outras áreas como a de Ribeirão Preto, por exemplo, é relativamente curto, indo de janeiro a abril, período de maior ocorrência de chuvas. Isso se explica pelo fato de não se adotar nas lavouras locais o cultivo da cana-de-ano.

No plantio, os empresários agrícolas têm nas máquinas seus principais aliados na determinação da intensidade do trabalho. Dessa forma, o produtor de cana pode estabelecer o sistema de remuneração por diária sabendo que o trabalhador irá produzir intensamente, pois o mesmo deverá acompanhar o ritmo da máquina que sempre estará voltado para o aumento da velocidade do trabalho. Pode-se questionar o fato de que a máquina não trabalha sozinha, ou seja, sem o seu operador, encarregado de ditar o seu ritmo. Entretanto, este estará, com raríssimas exceções, sendo permanentemente pressionado pelo fiscal no sentido de manter um elevado ritmo de produção.

#### **4. 5. Os tratos culturais**

Convém salientar que os tratos culturais representam a fase que menos emprega força de trabalho. A utilização, de maneira associada, de máquinas e produtos químicos acompanha todo o período de formação da lavoura. Assim, a aplicação de herbicidas, inseticidas, fungicidas, fertilizantes e o cultivo são realizados mecanicamente. Resta para os trabalhadores braçais, na maioria das lavouras, realizarem a limpeza através da capina manual nas cabeceiras dos talhões e às margens dos carregadores, entre um talhão e outro.

Nesta etapa, nas lavouras de Fernandópolis, se emprega cerca de 150 trabalhadores, somando-se os tratoristas e os braçais. Observa-se que os trabalhadores que realizam somente as tarefas braçais tanto no plantio, quanto na manutenção da lavoura, em sua maioria, irão constituir grupos estáveis e permanentes - chamados de 'turma firme' -, em que pode haver um grupo constante de trabalhadores, cujos membros trabalham juntos regularmente para o mesmo 'gato' e, freqüentemente, no mesmo estabelecimento por um ano ou mais (Baccarin,

1985). No entanto, esses trabalhadores, em sua maioria, embora possam permanecer por longos períodos trabalhando como diaristas para um só patrão, não contam com a contratação formal, através do registro em carteira, em caráter permanente.

Parte desses trabalhadores, no período da safra, estarão envolvidos com o corte da cana, o que lhes proporciona a contratação formal enquanto perdurar a colheita, tendo garantido, portanto, todos os direitos que a legislação trabalhista lhes compete. Com o fim do período da safra, continuam empregados com os produtores de cana, porém, trabalhando em sistema de diária e sem registro em carteira.

Há que se destacar que existe um grupo de trabalhadores constituído pelos operadores de máquinas que realizam operações no preparo do solo, plantio e manutenção da lavoura, contratados em caráter formal e permanente. São trabalhadores que através da execução diária das suas funções absorvem alguns conhecimentos técnicos que são imprescindíveis para o desempenho das tarefas e, diante de sua importância para a estrutura produtiva da lavoura, são preservados.

#### **4. 6. A colheita e a mecanização do corte da cana em Fernandópolis**

Como já citamos, a colheita é a etapa que mais emprega trabalhadores em todo o ciclo produtivo da lavoura canavieira. Além de requerer grande contingente de mão-de-obra diretamente envolvida com o corte, em áreas ainda não atingidas pela colheita totalmente mecanizada, emprega fiscais, motoristas de caminhões para o transporte da cana, guincheiros e outros, além de aumentar o número de operários na unidade fabril. Convém observar que, “nas relações de produção entre proprietários e trabalhadores dos canaviais, a mão-de-obra ‘diarista não-residente’<sup>37</sup> constitui a grande massa trabalhadora” (Bray, 1980, p. 273).

A favor do uso de numerosa mão-de-obra conta o fato de que a colheita ainda não adotou o trabalho mecanizado de forma generalizada para todas as regiões e produtores de cana, dependendo, portanto, de grande contingente de trabalhadores braçais por ocasião da safra.

Veiga Filho (1998) questiona o porquê de

---

<sup>37</sup> Bray esclarece que esses trabalhadores nos serviços da cana-de-açúcar ganham por dia e desenvolvem suas atividades através de tarefa ou empreita.

uma atividade agrícola tecnicamente avançada, como a da lavoura da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, integrada à indústria fornecedora e à indústria processadora, ainda não ter atingido um grau completo de mudança em seu processo produtivo agrícola, principalmente na colheita – fase empregadora de mão-de-obra, e cuja substituição por máquinas permite aumentar a produtividade do trabalho e reduzir custos de produção – quando, em termos genéricos, a disponibilidade de tecnologia desde há muito existe em outros países, podendo ser importada ou adaptada localmente. Serão os baixos salários historicamente recorrentes, uma razão plausível e unidimensional, geradores de custos sempre inferiores aos da colheita totalmente mecanizada? Ou a expectativa de rentabilidade associada ao mercado é o fator impeditivo da difusão de uma inovação de alto custo de aquisição? Ou, se deve também analisar outros fatores ainda não incorporados? (Veiga Filho, 1998, p. 7).

Não pretendemos aprofundar aqui na questão dos motivos que teriam atrasado a adoção do corte mecanizado em algumas regiões em relação a outras, como é o caso de Fernandópolis, em que a introdução de máquinas no corte da cana-de-açúcar só veio a ocorrer a partir da safra de 2001/2002, após duas décadas de cultivo da lavoura.

Pode ser que a princípio a oferta de mão-de-obra barata, a insegurança na expectativa de rentabilidade da atividade no mercado e o montante a ser investido na aquisição do maquinário, como salienta Veiga Filho (1998), tenham contribuído para a permanência da colheita realizada integralmente com o corte manual.

Nos parece mais pertinente atentar para os fatores que teriam contribuído para a adoção do corte mecanizado na lavoura canavieira paulista. Thomaz Júnior (2002) aponta para o fato de que a mecanização do corte da cana-de-açúcar apenas se materializou crescentemente a partir da segunda metade da década de 1980. Destaca que, para a adoção do corte mecânico, essencialmente na Dira de Ribeirão Preto, o pressuposto econômico não foi o aspecto determinante, mesmo considerando-se a disponibilidade de mão-de-obra a custos competitivos. Já para as empresas da Dira de Bauru, a decisão teria se fundamentado nas vantagens econômicas, já que o confronto capital x trabalho não colocava em xeque o funcionamento das unidades agroindustriais.

Para Thomaz Júnior (2002), a introdução e a expansão da mecanização do corte de cana após 1984, lideradas pela Dira de Ribeirão Preto, pautou-se pelo impacto e repercussão do Movimento de Guariba, bem como a seqüência de greves anuais dos trabalhadores rurais assalariados em meados da década de 1980.

Dessa forma,

a pressão exercida pelo maior poder de barganha dos trabalhadores, conseguido pelo fortalecimento dos sindicatos e através das vitórias

conquistadas nos dissídios coletivos, ao mesmo tempo em que podem ter encarecido os custos indiretos da mão-de-obra, teriam promovido uma perda de controle político da massa de trabalhadores pelo patronato, a qual, no caso de São Paulo, tem como ponto de inflexão a chamada greve de Guariba (SP), na região de Ribeirão Preto, em 1984. A reação a esse tipo de perda de controle, como forma de repressão e de quebra de resistência aos movimentos organizados, pode ter contribuído para a intensificação da mecanização do corte (Veiga Filho, 1998, p. 22).

Intensificar o corte mecanizado da cana-de-açúcar naquele momento foi a estratégia utilizada pelos empresários para restabelecer o controle do trabalho, que estava sendo colocado em cheque com as mobilizações dos trabalhadores.

Um outro fator de ordem mais recente e polêmico, que tem se apresentado como referencial para a expansão da mecanização do corte da cana, se refere à questão da despalha da cana através da queimada. O Decreto 42.056 de 6 de agosto de 1997 obriga os produtores à redução gradativa dessa prática, até sua total eliminação. Para isso tem-se o prazo de 8 anos para plantações mecanizáveis e 15 anos para áreas não mecanizáveis. Para produtores com área plantada de até 125 ha que, embora mecanizáveis, sejam por eles colhidos, sem a ajuda direta ou indireta das agroindústrias, foi mantido o prazo de 12 anos. Nesse sentido, os produtores devem entregar à Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, até 15 de janeiro de cada ano, um plano de eliminação de queimadas, com percentuais mínimos de redução anual, a partir de 1988 (Correia da Silva, 1999).

Essa é uma questão polêmica e tem servido de ponto de apoio para que os produtores de cana passem a expandir o corte mecanizado. A justificativa se fundamenta no fato de que é inviável economicamente o corte manual de cana crua, em comparação às vantagens do desempenho da máquina. A média do trabalhador, que gira em torno de 8 t de cana/dia/homem no corte manual com a cana queimada, cairia para 2,5 a 3 t com a cana crua e, de acordo com a visão dos produtores, a redução da produtividade do trabalhador não poderia ser compensada com o aumento da remuneração por tonelada cortada.

A média do trabalhador, que gira em torno de 8 t de cana/dia/homem no corte manual com a cana queimada, cairia para 2,5 a 3 t com a cana crua e, de acordo com a visão dos produtores, a redução da produtividade do trabalhador não poderia ser compensada com o aumento da remuneração por tonelada cortada.

Convém salientar que os produtores ao adotarem a abolição da queimada contam com o apoio de vários segmentos da sociedade, entre eles movimentos



ecológicos, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e, principalmente o Ministério Público (Thomaz Júnior, 2002). Assim, em nome da “questão ecológica”, os produtores legitimam a mecanização do corte, abolindo o uso de grande contingente de trabalhadores, garantindo através do trabalho da máquina, o fornecimento de cana colhida para o funcionamento da unidade fabril.

Muito importante do ponto de vista do capital é o fato de que o corte mecanizado reforça o controle do trabalho por parte da classe patronal, acelerando o seu tempo de produção e, praticamente descartando qualquer possibilidade de movimentação em massa por parte de trabalhadores numa possível mobilização em busca de novas conquistas, visando melhorias das condições de trabalho e de vida para a categoria.

Para Correia da Silva (1999, p. 98) se “grande parte da cana colhida mecanicamente é queimada, já que o rendimento das máquinas é bem maior, as empresas que ainda não mecanizaram a colheita agem assim por decisão estratégica ou por falta de condições econômicas”. Assim, o referido autor lembra que nem a mecanização é um instrumento de preservação ambiental, nem a queimada é a garantia de emprego na lavoura canavieira. As mudanças tecnológicas apenas procuram atender as necessidades de acumulação de capital.

Nesse contexto, se para o empresário agrícola a instituição do corte mecanizado na colheita da cana se reverte em controle do processo de trabalho, para o trabalhador, além de desempregar grande contingente, implica na precarização do trabalho daqueles que ainda permanecem no corte manual. Por um lado, os trabalhadores na iminência de serem substituídos pelas máquinas, perdem parte do seu poder de reivindicação. Por outro, as condições adversas como terrenos em declive, bicos de talhões, cana deitada etc, que não comportam o corte mecanizado, reduzem a produtividade do trabalhador, implicando na redução do seu salário.

Muitas comparações já foram realizadas, em diferentes épocas e condições, entre a colheita mecânica e a manual. Assim,

a primeira, de Freitas (1981), relativa à safra de 80, compara o corte manual à cortadeira mecânica acoplada ao trator. Considerando a operação completa de colheita, os custos com máquina foram 6% menores. Dez anos depois, Gandini (1990), citado por Veiga Filho (1998) observou que na Usina Santa Luiza (SP), na safra de 1990, os custos do corte mecanizado foram 8,3% inferiores ao corte manual. [...] Em período mais recente, na safra 1995/96, a Santal teve o seu modelo Amazon avaliado em diferentes usinas. Na Usina da Pedra/Usina Buriti, o corte da colheita mecânica representou 89% do custo

da cana manual, incluindo-se o carregamento e considerando-se o percentual de cana crua (37,7%) e queimada (62,3%). Na Usina Santa Lídia, o custo da colheita mecânica representou 62% do custo da colheita manual. Por fim, na Usina da Barra, a colheita mecânica representou 75% do custo da colheita manual (Correia da Silva, 1999, p. 91).

Thomaz Júnior (2002) lembra que, atualmente, o corte mecanizado é de 35,0% a 40,0% mais barato, em média, do que o corte manual. Dependendo da *performance* das máquinas, uma única máquina pode alcançar pouco mais de 800 toneladas de cana por dia (24 horas), substituindo mais de 130 trabalhadores. Como a média gira em torno de 500 a 600 t de cana/dia, cada máquina pode substituir, aproximadamente, de 80 a 100 trabalhadores. Isso sem levar em consideração a variedade e o tipo de cana: a) se queimada inteira; b) se queimada e picada; c) se crua picada; e, d) a qualidade da operação efetuada pela máquina.

Salienta-se que a adoção do corte mecanizado requer o emprego de novos profissionais como os operadores das colheitadeiras, tratoristas, motoristas de caminhão e grupo de apoio na manutenção, que deverão maximizar a sua capacidade de atuação para que as máquinas trabalhem num ritmo elevado de produtividade.

Em Fernandópolis o corte mecanizado está na sua segunda safra (2002/2003). O atraso da mecanização da colheita, em relação às áreas mais desenvolvidas do Estado de São Paulo, pode ser atribuído à questão econômica. Ocorre que sempre houve grande facilidade de arregimentação de mão-de-obra em Fernandópolis e, principalmente nos municípios vizinhos (Estrela D' Oeste, Guarani D' Oeste, São João das Duas Pontes, São Francisco, Populina e outros). Soma-se ainda o fato de que a região não conviveu com fortes manifestações reivindicatórias por parte dos trabalhadores volantes como ocorreu em Guariba. Dessa forma, nos parece que mesmo dependendo da contratação de grande contingente de trabalhadores, mediante a conjuntura local, caracterizada pela grande oferta de mão-de-obra e a fragilidade dos movimentos reivindicatórios por parte dos trabalhadores, os produtores rurais sempre tiveram facilidade para exercer o pleno controle do processo de trabalho.

Há que se levar em conta também que a Destilaria Alcoeste S/A, se comparada às mais importantes do Estado de São Paulo, é considerada de pequeno porte, o que não exige o fornecimento diário de grande quantidade de matéria-prima que pudesse requerer maior número de trabalhadores ou a necessidade do emprego

de máquinas, visando acelerar a colheita. Assim, do ponto de vista econômico, teria sido conveniente continuar com o corte manual e prorrogar ao máximo os elevados investimentos na aquisição das colheitadeiras.

Segundo os produtores de cana entrevistados, a mecanização do corte em expansão nas safras 2001/2002 e 2002/2003, está diretamente relacionada à necessidade de cumprir as normas impostas pela legislação em relação à despalha da cana através da queima. Como o corte manual da cana crua, em função das dificuldades que o trabalhador enfrenta para executar a tarefa, fica muito oneroso, faz-se necessário introduzir o trabalho da máquina. Na safra 2002/2003 haviam três máquinas do Grupo Arakaki realizando a colheita mecanizada, com uma produtividade média individual em torno de 500 t./dia, devendo abranger cerca de 40,0% de toda a área ocupada com a cana produzida para a destilaria Alcoeste.

Segundo informações prestadas por diretores da empresa, em relação aos custos do corte manual e do mecanizado ainda não dá para se ter uma idéia concreta da comparação entre as duas situações. Isso porque, ainda estão na segunda safra da colheita mecanizada, sendo que na safra 2001/2002, os problemas inerentes à falta de experiência na atividade atrapalharam bastante. Afirmaram que atualmente (safra 2002/2003) os custos financeiros entre as duas formas de colheita estão quase equivalentes, com ligeira vantagem para o corte mecanizado.

Entretanto, foram destacados os benefícios administrativos a partir da adoção do corte mecanizado, enfatizando que com um número reduzido de trabalhadores<sup>38</sup> pode-se realizar a colheita. Assim, segundo diretores da empresa, a possibilidade de não trabalhar com grande contingente de pessoas já é um enorme benefício, já que evita transtornos como possíveis manifestos por parte dos trabalhadores, acidentes no trabalho e outros aspectos que poderiam, na visão do empregador, se tornar em problemas desagradáveis.

---

<sup>38</sup> As três colheitadeiras já substituíram cerca de 280 cortadores de cana

**Figura 07: Cana crua**



Pode-se observar que, em função do acúmulo de palhada e o risco de picada de insetos, o corte manual da cana crua implica em grande dificuldade para o trabalhador.

**Figura 08: Cana queimada**



#### **4. 7. A expansão da colheita mecanizada e a exclusão de trabalhadores**

A colheita de cana movimentou grande contingente de trabalhadores rurais e por isso representou, até a safra 2001/2002, para a maior parte dos trabalhadores volantes de Fernandópolis e vários municípios vizinhos, a expectativa de emprego garantido para um período de aproximadamente seis meses.

Segundo as informações obtidas junto aos produtores de cana-de-açúcar para a Destilaria Alcoeste, na safra 2001/2002, foram contratados temporariamente cerca de 800 trabalhadores para o corte de cana. Destes, praticamente 50,0% foram arregimentados em municípios vizinhos, a saber: 40 trabalhadores em Ouroeste; 35 em Pontalinda; 40 em São Francisco; 40 em Populina; 25 em Estrela D' Oeste; 35 em Guarani D' Oeste; 90 em Urânia; e 100 em São João das Duas Pontes, totalizando 405 trabalhadores.

Salientamos que a maioria desses trabalhadores já é praticamente efetiva no corte da cana em Fernandópolis, já que algumas turmas, formadas por empreiteiros, realizam essa tarefa há mais de dez anos. São residentes em municípios muito pobres, com uma economia bastante decadente, na qual a agricultura, que sempre foi o setor de destaque na geração de empregos, há pelos menos uma década, reduziu drasticamente a utilização de mão-de-obra. O principal fator responsável pela redução na absorção dos trabalhadores está relacionado à decadência da lavoura cafeeira, que ocupava parcela significativa de trabalhadores, seja por meio do trabalho familiar de pequenos proprietários e parceiros, seja pelo emprego de grande contingente de trabalhadores temporários, principalmente no período da colheita.

Com a decadência da cafeicultura no município, a partir do final da década de 1980, a lavoura canavieira passou a absorver temporariamente esses trabalhadores, desempenhando, frente à baixa oferta de trabalho na região, um importante papel na geração de emprego. Como testemunho desse fato, destacamos o depoimento de um dos produtores de cana, por nós entrevistados, segundo o qual, quando se aproxima a fase de corte, até os prefeitos dos pequenos municípios circunvizinhos estabelecem contatos com estes para tentar garantir a possibilidade do emprego para trabalhadores radicados nos seus respectivos municípios.

Nesse contexto, há de se destacar a facilidade com que se pode arremeter trabalhadores na região, ou seja, ao mesmo tempo em que os trabalhadores contam com essa probabilidade de emprego, os produtores contabilizam a favor de si grande facilidade de contratação de mão-de-obra com vantagens múltiplas, entre elas, a possibilidade de seleção dos trabalhadores e maior poder de negociação dos salários em benefício da reprodução do seu capital.

Entretanto, apesar da possibilidade de contratar grande contingente de mão-de-obra na região, não é raro a contratação de trabalhadores provenientes de outros estados. Durante várias safras foi arremeterado um grupo de aproximadamente 50 cortadores de cana oriundos do Estado da Bahia. Esses trabalhadores eram disputados entre o grupo de empreiteiros e, segundo um deles, o interesse estava diretamente ligado ao comportamento e a produtividade dos mesmos. De acordo com o empreiteiro, tratava-se de trabalhadores muito “disciplinados”, ou seja, praticamente não reclamavam de nada.

Além do “bom” comportamento, apresentavam uma grande produtividade, já que praticamente se especializaram na função. Isso era proporcionado pelo fato desses trabalhadores se empregarem na colheita de cana quase o ano todo, pois com o término da safra no Estado de São Paulo, os mesmos retornavam para a Bahia e se empregavam no corte de cana nas lavouras do Nordeste.

Destaca-se ainda que esse grupo de trabalhadores desempenhava uma extensa jornada de trabalho, já que a necessidade de conseguir um salário mais elevado para enviar parte do mesmo para as suas famílias, era um fator de estímulo para o prolongamento não só da jornada diária de trabalho, que às vezes ficava em torno de dez horas, mas também dos finais de semana.

Na safra 2002/2003 um outro grupo de 35 trabalhadores migraram do Estado do Maranhão para se empregar no corte de cana em Fernandópolis. Porém, esses permaneceram somente por um período de 3 meses, retornando para o estado de origem na metade da safra. O principal motivo para o retorno antecipado teria sido o baixo salário de grande parte dos trabalhadores em função da baixa produtividade diária dos mesmos.

Em relação à oferta de emprego, um dos fornecedores de cana para a Destilaria Alcoeste defendeu a idéia de que a agroindústria alcooleira no Município de Fernandópolis é extremamente importante do ponto de vista sócio-econômico para a população trabalhadora. Justificou que no período da safra (2001/2002),

incluindo todo o processo produtivo, desde a formação das lavouras até o processo de produção na unidade fabril, empregava em torno de 1.500 trabalhadores.

Essa linha de pensamento conta com o aval de muitos trabalhadores por nós entrevistados. Ao se referirem à lavoura da cana-de-açúcar no Município de Fernandópolis defendem que é a melhor alternativa de emprego para os bóias-frias. Procuram elogiar a organização da maioria dos produtores em relação ao cumprimento das obrigações legais, ainda que estas sejam apenas temporárias, isto é, somente no período da safra, e afirmam concordar com o trabalho sem vínculo empregatício no período da entressafra.

Como se nota o trabalhador legitima a idéia de que o patrão promove um benefício social ao lhe dar a oportunidade do emprego. Este procedimento demonstra a alienação do trabalhador que

não se vê como é, mas como parece ser, como igual e livre; não como se o capital dependesse dele, do seu trabalho, mas como se ele dependesse do capital. Ele se torna estranho diante de sua própria obra, do seu trabalho. Por isso, além de alienar, de entregar o seu trabalho, ele também se aliena, se entrega. É isso que se quer dizer quando se fala em alienação do trabalhador na sociedade capitalista. Ele não aparece como criador da riqueza, do capital, mas como criatura desse mesmo capital (Martins, 1981, p. 156).

Quando o patrão exalta a sua importância para o empregado através da geração de emprego e, este último, legitima essa linha de pensamento, os dois parecem se esquecer que

não há *dação*, mas compra e venda. O emprego resulta de um contrato pelo qual o empregador compra a força de trabalho ou a capacidade de produzir do empregado. Os empresários gostam de falar de *oferta de emprego*, como se o emprego fosse alguma dádiva que a firma faz ao empregado. Na realidade, é o contrário: é o trabalhador que *oferece*, ele que é o vendedor, e a mercadoria não é o emprego mas a capacidade de produzir do trabalhador. A firma empregadora é o comprador, o demandante e, como tal, paga o preço da mercadoria – o salário (Singer, 2000, p. 12).

Diante da concorrência por emprego vigente na região, qualquer ramo de produção que ocupe um contingente considerável de mão-de-obra, pode levar o capitalista a tentar estabelecer uma imagem de benevolência social, como gerador de emprego e desenvolvimento para a região. Assim, a disponibilidade de mão-de-obra favorece sobremaneira a extração da mais-valia em nome da reprodução do capital do empresário.

Para a safra 2002/2003 o contingente de trabalhadores empregados foi bastante reduzido em função da mecanização do corte da cana. Foram três

máquinas trabalhando o que representou a dispensa de aproximadamente 280 trabalhadores. De acordo com as informações obtidas por ocasião do trabalho de campo, percebemos que a produtividade do trabalho da máquina está mais elevada em relação à safra anterior. Isso se deve à resolução de problemas que podem ocorrer desde a adaptação do plantio ao corte mecanizado e a organização da infraestrutura para a colheita, com a montagem da equipe de apoio à manutenção da máquina, até o transporte para a unidade fabril.

A elevação da produtividade da máquina para o empresário rural se torna um fator de suma importância para a reprodução do seu capital, entretanto, do ponto de vista do emprego, significa a ampliação da dispensa de trabalhadores que se empregavam no corte da cana. Na safra 2002/2003 cerca de 40,0% de toda a área ocupada com cana-de-açúcar para a Destilaria Alcoeste foi colhida através do corte mecanizado e a tendência para a próxima safra indica que em torno de 50,0% da lavoura canavieira tenha a colheita totalmente mecanizada.

Na safra 2002/2003 praticamente 80,0% da cana cortada manualmente contou com a terceirização da colheita, contratada por um único empreiteiro não-residente em Fernandópolis, mas que, segundo o mesmo, já atua na safra de cana na região há quatro anos.

Quanto à mão-de-obra empregada são cerca de 500 trabalhadores e, de acordo com o empreiteiro, na contratação dos mesmos procurou-se priorizar a arregimentação daqueles que estiveram atuando no corte de cana nas safras passadas, procedimento favorecido pelo Acordo Coletivo de Trabalho através da CLÁUSULA 25ª - CONTRATOS DE TRABALHADORES RURAIS para a safra 2002/2003, que estipula o seguinte: *“os empregadores, durante a presente safra, darão preferência à contratação dos trabalhadores da safra anterior e residentes no município sede daquela [...]”*

Esse procedimento leva em conta não só a prática do trabalhador, inserido nessa atividade há anos, mas principalmente o grau de conhecimento entre os empreiteiros e as suas turmas de trabalhadores. Isso significa que aqueles que passaram várias safras na mesma atividade não são classificados como “problemáticos”, já que os assim considerados foram, aos poucos, sendo eliminados do grupo, fato favorecido pela redução do contingente de mão-de-obra a partir da mecanização completa do processo de colheita. Estabelecem-se assim, as condições para a seleção de trabalhadores a serem contratados. A arregimentação



de trabalhadores foi intermediada por empreiteiros de Fernandópolis, organizadores de turmas nas safras anteriores.



#### **4. 8. A remuneração por tarefa e a superexploração da força de trabalho**

Em relação à arregimentação da mão-de-obra para a colheita, a exemplo de outras regiões produtoras de cana, realizam-se contratos temporários, ou seja, o chamado contrato de safra, que em Fernandópolis e região, como já citado anteriormente, tem um período de duração em torno de 6 meses, indo de maio a outubro. Nesse período, os trabalhadores são registrados e, ao término da colheita, é efetuado o acerto, no qual, segundo os trabalhadores entrevistados durante o trabalho de campo, nas safras anteriores os direitos trabalhistas foram garantidos integralmente.

A forma de remuneração para os cortadores de cana obedece ao sistema padrão de todas as regiões produtoras, ou seja, o pagamento por tarefa, estipulado nos Acordos Coletivos para os cortadores de cana no Estado de São Paulo. Na safra 2002/2003 a remuneração por tonelada, determinada pelo Acordo Coletivo de Trabalho, assinado pelo Sindicato dos Trabalhadores Assalariados Rurais de Fernandópolis e os produtores de cana para a Alcoeste, obedecia a seguinte ordem: para o corte de cana de 18 meses é estipulado o preço de R\$ 2,1800 por tonelada e para os demais cortes é de R\$ 2,0692 por tonelada.

De acordo com informações obtidas junto aos produtores e cortadores de cana, a produtividade média dos trabalhadores, na safra 2002/2003 esteve em torno de 8 a 10 t de cana/dia/homem. Entretanto, as diferenças entre os cortadores são grandes, tendo alguns superado a média de 20 t de cana/dia e outros que não passam de 5 t/dia.

O regime de trabalho por tarefa, embora propicie oportunidades para alguns trabalhadores mais resistentes, habilidosos e mais persistentes conseguirem melhores salários, do ponto de vista da racionalidade do capital é extremamente favorável ao empregador, a começar pelo fato de que o mesmo só irá pagar o trabalhador mediante o trabalho concretizado (Baccarin, 1985).

É uma forma que obriga o trabalhador a encontrar meios para obter um ganho maior e, esses meios, se resumem basicamente na aceleração do esforço físico e na ampliação da jornada de trabalho, o que se transforma em vantagem para o empregador. Nesse regime de remuneração, o empregador ao estabelecer o preço por tarefa realizada, pode fazê-lo de acordo com a capacidade dos trabalhadores

com maior produtividade, sacrificando aqueles que, por um motivo ou outro, ou por vários deles, produzem pouco, procedimento que barateia o custo da mão-de-obra.

Trata-se de uma forma de salário mais vantajosa ao capitalista uma vez que a intensidade do trabalho não depende dos investimentos em capital constante, mas do próprio trabalhador. É um salário que reforça as diferenças de habilidade, força, energia, perseverança dos trabalhadores individualmente, provocando diferenças nos seus rendimentos e o estabelecimento de concorrência entre eles. Esta competição estimula o aumento da intensidade do trabalho e, conseqüentemente da produtividade. [...] produzem-se gradativamente, as representações, as imagens, as figuras do “bom”, do “mal”, do “vagabundo”. Essas figuras vão sendo criadas no bojo dessas diferenças individuais e reproduzidas pelas práticas sociais, que envolvem também as representações nascidas entre os próprios trabalhadores e os responsáveis pelo, processo de trabalho: fiscais, empreiteiros, escritório, etc. Trata-se de práticas mascaradoras da exploração do trabalho, na medida em que o salário de cada um vai depender de si mesmo (Silva, 1999, p. 87).

Outro aspecto que se torna favorável ao empresário agrícola é o fato dos próprios trabalhadores imporem o ritmo de trabalho necessário ao aumento dos seus ganhos, implicando na dispensa de uma fiscalização mais rigorosa, a qual ocorre, por exemplo, quando o trabalho obedece ao sistema de diária, momento em que o patrão coloca um fiscal visando à aumentar a produtividade do trabalhador.

Nesse sentido, as condições sob as quais o bóia-fria é empregado garantem que ele realize, com bastante autonomia ou reduzidos constrangimentos, por parte do gato ou do proprietário, o máximo possível de trabalho excedente (Baccarin, 1985).

Por meio desse sistema, os trabalhadores, com maiores dificuldades para executarem suas tarefas, têm que se desdobrarem para obter um salário apenas razoável para os padrões dos trabalhadores volantes. Um entrevistado, durante o trabalho de campo, chegou a afirmar que no regime de tarefa, *“por mais que a gente ganha, num vale o suor da gente”* (A. P. S., 43 anos, setembro/2002) se referindo ao fato de que mesmo aqueles que ganham muito, em relação à média da turma, não devem se dar por satisfeitos, pois para que isso aconteça têm que fazer um esforço acima do normal. Segundo os trabalhadores entrevistados, têm muitos que, para ganhar mais, na hora da refeição comem em pé, passam sede etc., só para não perderem tempo. Tentando amenizar o grande desgaste físico provocado pelo corte da cana, na Agrícola Arakaki<sup>39</sup>, principal fornecedor de cana para a Destilaria Alcoeste, segundo a assistente social da empresa, diariamente é fornecido uma

---

<sup>39</sup> A empresa Agrícola Arakaki pertence ao Grupo Arakaki, cotista majoritário da Destilaria Alcoeste S/A.

dose de soro hidratante para cada cortador de cana com o objetivo de diminuir os impactos da insolação. Assim, o trabalhador deve estar sempre preparado para suportar a carga de trabalho e, se possível, aumentar a sua produtividade diária.

Dessa forma, a remuneração por tarefa se constitui num mecanismo para a superexploração da força de trabalho, em favor da reprodução do capital do empresário agrícola.

Estimulada pela remuneração por tarefa, a produtividade média do cortador de cana tem aumentado. Há que se levar em conta que além da habilidade do trabalhador em realizar essa atividade, a prática da mesma função durante anos seguidos, favorece o aumento da sua produção diária. Porém, deve-se considerar que as condições da cana a ser colhida serão determinantes na produtividade do trabalho dos cortadores.

Com a adoção do corte mecanizado, tudo indica que a produtividade média dos trabalhadores será comprometida, já que os melhores talhões, levando-se em conta a declividade do terreno, dimensão da área, cana em pé etc, estarão reservados para o trabalho das máquinas.

Embora a produtividade média dos trabalhadores tenha se elevado nos últimos anos, são comuns as reclamações, por parte dos mesmos, em relação à ocorrência de possíveis fraudes no momento da aferição da tarefa realizada. O que está em conteste é a forma como se dá a medição da cana cortada pelo trabalhador. Nesse sentido, reproduzimos o que estabelece o Acordo Coletivo de Trabalho (CLÁUSULA 1ª - MODO DE AFERIÇÃO – PREÇO – TONELADA):

No início do corte de cada talhão, o representante dos empregadores comunicará aos trabalhadores o preço provisório para o corte do metro linear da cana desse talhão. Esse preço provisório será considerado mínimo, estando sujeito à alteração a maior em função do resultado da pesagem da cana de amostra para a conversão de metros lineares da tonelada, na forma descrita a seguir: a produção de cana será diariamente medida por metro linear, na terceira rua ou linha com emprego de compasso fixo de dois metros, com a ponta de ferro, na presença do trabalhador interessado em acompanhar a pesagem, fazendo-se nesta oportunidade, a conversão do preço da tonelada para o preço correspondendo metro linear. Para esse efeito, ao se iniciar corte de um talhão, um caminhão será carregado com carga colhida pelo trabalhador oriunda de até três pontos diferentes desse talhão, o qual servirá de amostragem, devendo essa carga de cana ter sido medida com compasso nas condições acima. O caminhão seguirá para a balança para a pesagem da carga, podendo ser acompanhado pelo trabalhador para conferir a mesma, sem ônus para os empregadores. A relação tonelada/metro linear encontrada na carga de cana será observada como padrão para a conversão de toda a cana do mesmo talhão. As usinas ou destilarias darão prioridade à pesagem e descarga de cana de

amostragem a que se refere esta cláusula, as partes que acompanharem a medição, devem ao final oporem o de acordo no documento próprio, ficando assegurado que, até o final de cada dia, os cortadores terão conhecimento do preço do corte do metro linear de cana que cortaram durante esse dia. Fica liberado o acesso do *Presidente ou do Diretor*, por ele indicado nas lavouras de cana para acompanhamento do bom andamento sobre o Acordo Coletivo e da pesagem da cana e busca de soluções, em conjunto com os empregadores quando necessárias (Acordo Coletivo de Trabalho válido para o setor canavieiro em vigor no período compreendido entre 01/05/2003 a 30/04/2004).

Nesse sistema de pesagem e conversão para o metro linear pode haver questionamentos e divergências sob dois aspectos. Por um lado, se a coleta não for realizada corretamente poderá implicar em prejuízo para o trabalhador desde que a cana retirada não reflita o padrão médio da cana do talhão. Isto pode ocorrer se a amostra for retirada de áreas de cana mais fraca, ou seja, com menor produtividade. Por outro, caso ocorra fraude na pesagem da cana, para menos, o trabalhador também será lesado. Portanto, trata-se de um sistema de aferição da tarefa realizada pelo trabalhador que sempre estará sujeita à polêmicas e dúvidas.

Nesse sentido, fomos consultar as partes envolvidas, representadas pelos empregadores e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados de Fernandópolis (SERF).

Segundo o Presidente do SERF as maiores reclamações dos cortadores de cana na safra de 2002/2003 em relação às condições de trabalho, se referem a possíveis fraudes no sistema de pesagem e conversão para o metro linear. Para os trabalhadores, de acordo com suas deduções, estaria ocorrendo fraude no momento da pesagem, já que para cana-de-açúcar com condições de produtividade aparentemente semelhantes são estabelecidos preços bastante diferenciados.

Em contra partida, o empreiteiro responsável pela colheita da maior parte da cana cultivada no Município de Fernandópolis, por nós entrevistado, quando se referiu ao assunto foi “categórico” ao afirmar que não há essa prática junto aos trabalhadores sob sua responsabilidade. Disse que os fiscais são indicados pelos trabalhadores e que os mesmos têm total liberdade para acompanhar o processo de pesagem da cana cortada e a conversão para o metro linear no momento em que achar necessário. Vale lembrar que os fiscais são indicados pelos trabalhadores, porém, são contratados pelo empreiteiro.

Embora as regras estabelecidas no Acordo Coletivo facultem aos trabalhadores a possibilidade de acompanhar todo o processo, desde a coleta da

amostra até a pesagem para a conversão, dificilmente o trabalhador irá se dispor a tal, mesmo que esporadicamente. Além de perder tempo de trabalho, já que o acordo estabelece o direito ao acompanhamento por parte do trabalhador sem ônus para os empregadores, correrá o risco de ser taxado de trabalhador “encrenqueiro”, o que poderá determinar prejuízos futuros em relação a sua permanência junto ao grupo de trabalhadores do empreiteiro.

Diante do exposto, reiteramos que trata-se de um sistema polêmico e que da maneira como é conduzido, abre espaço para questionamentos e desconfianças por parte dos trabalhadores, que normalmente só ficam sabendo quanto vale o seu trabalho ao final do dia, quando recebe a informação da conversão da pesagem da cana para o metro linear do talhão no qual esteve executando sua tarefa. Fica claro, portanto, que o controle do processo de trabalho não está em poder do cortador de cana.

Para a safra 2002/2003, o piso salarial estipulava para o cortador de cana um mínimo de R\$ 348,36 mensais. Entretanto, na prática isso não se concretiza para todos e, de acordo com o empreiteiro, muitos não conseguem esse piso em função das excessivas faltas ao trabalho.

Essa justificativa para a não obtenção do piso mínimo salarial nos parece contraditória. Basta observarmos que uma das exigências para a montagem da turma de trabalho de um empreiteiro se refere à assiduidade do trabalhador, fato destacado pelos próprios empreiteiros entrevistados. Assim, o trabalhador que faltar constantemente poderá ser dispensado da turma. É comum muitos trabalhadores não conseguirem o piso determinado pelo Acordo Coletivo, sobretudo aqueles cuja idade esteja avançada, fato não raro entre os trabalhadores, que pudemos testemunhar através do trabalho de campo na safra 2001/2002.<sup>40</sup>

Além dos cortadores existe um grupo de trabalhadores, conhecidos como “bituqueiros” atuando na recata de cana que sobra por ocasião do transporte do produto para a usina, quando os guinchos, no momento de colocarem a cana no caminhão, acabam deixando uma certa parcela do produto na lavoura. Para esses trabalhadores, o Acordo Coletivo de Trabalho estipula uma remuneração do piso

---

<sup>40</sup> Encontramos entre os trabalhadores que estavam ocupados no corte da cana, dois aposentados, com idade superior a 65 anos, que se empregavam sem o registro temporário já que a legislação não permitia. Alegaram que estavam ali por necessidade de complementação de renda mediante as dificuldades de sobrevivência ante o baixo valor das aposentadorias recebidas e o custo de vida das famílias. Ambos não conseguiam produção que correspondesse ao piso mínimo.

determinado para os cortadores mais um adicional de 20,0%. De acordo com o empreiteiro responsável pela colheita da maior parte da cana no Município de Fernandópolis, a sua turma de “bituqueiros” compreende 25 trabalhadores recebendo por diária e, segundo o mesmo, é respeitada a determinação do acordo coletivo. Assim, de acordo com o empreiteiro, os bituqueiros estariam recebendo em torno de R\$ 410,00 mensais.

#### **4. 9. As condições de trabalho no corte da cana**

Há um consenso entre os trabalhadores volantes de que o corte da cana, entre as ofertas de trabalho apresentadas no Município de Fernandópolis, representa uma oportunidade para se conseguir um salário um pouco melhor. Porém, todos compartilham a idéia de que as condições para a realização desse trabalho são muito desgastantes do ponto de vista físico, causando ao trabalhador grande cansaço ao final da jornada. A maioria (82,0%) dos cortadores de cana, entrevistados por ocasião do trabalho de campo, foi taxativa em afirmar que desenvolve essa atividade porque não conta com outra alternativa que possa substituir a ocupação na colheita da cana com a mesma segurança em relação ao período de duração do emprego (aproximadamente 6 meses), a garantia dos direitos estabelecidos na legislação trabalhista e, para muitos, até em relação ao salário obtido.

O trabalho a ser realizado requer, além da resistência física, o esforço e habilidade para o manuseio do facão e a obediência a algumas exigências que são acompanhadas de perto pelos fiscais. Uma delas se refere à maneira como deve ser realizado o corte. A cana deverá ser cortada rente ao chão para que não haja desperdício da parte mais rica em sacarose, tomando-se cuidados para que não agregue muita terra. Outra exigência se refere à montagem dos feixes, que deve obedecer a uma determinada organização para que seu carregamento até o caminhão não fique comprometido.

O corte rente ao chão, o aparamento dos ponteiros e a organização dos feixes leva o trabalhador a exercer grande movimentação física, quase sempre agravada por elevado grau de insolação, o que provoca desgastante cansaço diário. Soma-se ainda, a necessidade da intensificação do ritmo de trabalho em função do

regime de tarefa, fazendo com que os intervalos de descanso, para a maioria sejam mínimos<sup>41</sup>.

Quanto às ferramentas, os facões são de propriedade dos trabalhadores, enquanto que os equipamentos de segurança como botas, luvas e os óculos são emprestados pelos empregadores no início da colheita. Entretanto, caso os trabalhadores percam ou danifiquem-os, receberão outros sob a condição de serem descontados os respectivos valores dos equipamentos fornecidos. A necessidade do trabalhador em imprimir um ritmo acelerado ao seu trabalho leva alguns a dispensarem o uso de alguns equipamentos como as luvas e óculos, por exemplo, fato por nós testemunhado por ocasião de visitas às lavouras de cana-de-açúcar. Quando questionados sobre o perigo que representava o não uso dos equipamentos de segurança, todos foram taxativos em afirmar que já estavam acostumados com tal situação e o faziam em nome da necessidade de aumentar a sua produção diária.

Convém salientar que nesses casos, os fiscais procuram impedir esse procedimento por parte dos trabalhadores, porém, estes alegaram que tomam tal atitude nos momentos em que os fiscais não estão por perto.

Como se nota, perante a necessidade de aumentar a sua produção e, conseqüentemente, o seu salário, o trabalhador é capaz de desprezar equipamentos que são de suma importância para a sua integridade física.

---

<sup>41</sup> Os cortadores de cana costumam realizar o primeiro descanso por ocasião do almoço que normalmente é realizado por volta das 10:00 h. O segundo intervalo para descanso ocorre por volta das 13:00 h, quando toma-se outra refeição, conhecida como merenda, que, em muitos casos, é servida com a sobra do almoço. O intervalo de descanso é variável. Costuma-se parar entre trinta minutos e uma hora. Além desses, o trabalhador, às vezes, para por alguns minutos para descanso nos momentos em que necessita tomar água, mas esses, para a maioria, são raros.



**Figura 09: Cortador de cana**



**Figura 10: Horário de almoço de um cortador de cana**



## CAPÍTULO V

### A PRECARIIDADE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES VOLANTES DE FERNANDÓPOLIS

As condições de vida dos trabalhadores volantes são de forma geral precárias. A precariedade se reflete em múltiplos aspectos, a começar pela estenuante jornada a que são submetidos desde a saída para o trabalho até ao retorno às suas residências. Dos trabalhadores entrevistados, 66,6% afirmaram que se levantavam entre 4:00h e 5:30h para se prontarem para o deslocamento até o ponto de saída dos ônibus que os conduzem até ao local de trabalho. Os demais (23,4%) disseram que levantavam entre as 5:00h e 6:00h. Quanto ao retorno, para 73,3% dos entrevistados o horário de chegada em casa variava entre 17:30h e 19:00h. O restante (26,7%) chega em casa entre 17:00h e 18:00h.

Salienta-se que para as mulheres, a jornada se torna mais cansativa, já que normalmente são elas que preparam a alimentação a ser levada para a roça. Geralmente esta alimentação é preparada no dia para que não ocorra o perigo de estar estragada na hora da refeição. Soma-se a isso a necessidade de realizar todas as demais atividades domésticas.

Não são menos precárias também as condições de saúde, moradia, educação etc, o que determina o baixo nível de vida desses trabalhadores, reflexo direto dos baixos salários que recebem.

#### 5. 1. Os salários

Os salários recebidos pelos trabalhadores volantes, em função do caráter sazonal do trabalho e do sistema de tarefa, predominante por ocasião das colheitas, são bastante variáveis, dependendo basicamente da oferta de trabalho e da capacidade de produção do trabalhador. A Tabela 17 demonstra a média salarial dos trabalhadores entrevistados e, individualmente, constata-se que a maioria recebe no máximo até 1 salário mínimo<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Por ocasião da realização das entrevistas o valor do salário mínimo vigente no país era de R\$ 200,00.

De acordo com a Tabela 17, em relação aos salários individuais dos trabalhadores entrevistados obtivemos as seguintes resultados: 62,3% recebiam até 1 salário mínimo; 24,4% recebiam entre 1 e 1,5 salário mínimo; 11,1% recebiam entre 1,5 e 2 salários mínimos; e 2,2% disseram que recebiam entre 2 e 3 salários mínimos. Convém lembrar que os que conseguem maiores salários sempre priorizam o trabalho por tarefa.

**Tabela 17 – Salários recebidos pelos trabalhadores volantes entrevistados em Fernandópolis – SP**

Salário mínimo	Até 1	1 a 1,5	1,5 a 2	2 a 3	3 a 4	4 a 5	Total de trabalhadores
Nº de pessoas	56	22	10	2	-	-	90
%	62,3	24,4	11,1	2,2	-	-	100,0

*Fonte: Pesquisa de campo (2001/2002)*

Visando complementar a renda da família, 17,5% dos trabalhadores disseram que desempenham outra ocupação paralela ao trabalho como bóia-fria. Existem vendedores de sorvetes, doces e verduras, ajudantes de pedreiros, desempenhando essa função geralmente nos finais de semana, sobretudo no sábado.

Em relação às esposas, 63,7% trabalham fora do lar, sendo que destas, 28,2% trabalham como bóias-frias e as demais (71,8%) em outras ocupações, principalmente como empregadas domésticas.

Em relação ao número de pessoas que contribuía com o orçamento familiar, obtivemos os seguintes resultados: apenas uma pessoa em 31,1% dos entrevistados; duas pessoas em 22,2%; três pessoas 6,6%; e quatro pessoas em 10,0% dos entrevistados. Os demais 31,1% não contavam com nenhuma outra pessoa que contribuísse para o orçamento familiar com algum outro tipo de salário ou fonte de renda.

Assim, no tocante à renda familiar, correspondente ao salário mínimo vigente por ocasião das entrevistas obtivemos: 24,4% recebiam até 1 salário; 26,8% afirmaram que recebiam entre 1 e 1,5; 24,4% recebiam entre 1,5 e 2; 17,0% entre 2 e 2,5; 2,0% recebiam de 2,5 a 3; e 5,4% afirmaram que recebiam entre 3 e 3,5 salários mínimos.

**Tabela 18 – Salários recebidos pelas famílias dos trabalhadores volantes entrevistados em Fernandópolis – SP**

Salário mínimo	Até 1	1 a 1,5	1,5 a 2	2 a 3	3 a 4	4 a 5	Total de trabalhadores
Nº de pessoas	22	24	22	15	2	5	90
(%)	24,4	26,7	24,4	16,7	2,2	5,6	100,0

*Fonte: Pesquisa de campo (2001/2002)*

Em relação à pontualidade no pagamento dos salários, constatamos que somente 8,8% dos trabalhadores afirmaram que, como bóias-frias, já tiveram os seus pagamentos atrasados em alguns dias. Os demais (91,2%) disseram que sempre receberam o pagamento em dia.

Quanto ao número de pessoas que dependem do orçamento familiar tivemos as seguintes respostas: 20,0% entre 1 e 2 pessoas; 40,0% entre 3 e 4 pessoas; 31,0% entre 5 e 6 pessoas; 6,6% entre 7 e 8 pessoas; e, 2,4% afirmaram sustentar entre 9 e 10 pessoas.

Apesar de todas as dificuldades para a sobrevivência em virtude da incompatibilidade entre os salários recebidos e os gastos para o atendimento das necessidades básicas, encontramos uma pequena parcela que ainda consegue guardar algum dinheiro. Do total de trabalhadores entrevistados, 6,9% afirmaram conseguir guardar em torno de 10,0% da renda familiar, como forma de poupança. Salienta-se que se trata de algumas famílias em que o número de pessoas a ser sustentadas é menor, além de contarem com a presença de algum membro que recebe pensão ou aposentadoria na família.

Convém salientar que quando observamos o tamanho das famílias, notamos que ficou bastante evidenciada a queda na taxa de natalidade junto aos trabalhadores que responderam ao questionário. Para as famílias que tem filhos a média ficou em 3,7, número muito inferior quando comparado com os seus pais, cuja média atingiu 7,9 filhos, ou seja, um declínio de 53,2%. Junto aos entrevistados constatamos que em 58,4% das famílias de seus pais o número de filhos esteve entre 6 e 11. É um número bastante elevado se comparado ao número de filhos das famílias atuais. Perguntamos aos entrevistados como os seus pais custeavam tantos filhos? A maioria (78,0%) afirmou que o fato de residirem no campo possibilitava uma certa tranquilidade em relação ao custo de vida. Isso ocorria em função da possibilidade de adquirir praticamente toda a alimentação através do cultivo de

produtos voltados para a subsistência, a criação de animais como porcos, galinhas etc.

Soma-se à ausência de outros gastos inerentes às cidades como o aluguel, a energia, a água, vestimentas etc. Uma dona de casa, demonstrando a sua indignação com o nível de vida que leva, disse que “*naquele tempo não havia tanto luxo e as pessoas tinham mais valor, uns acreditavam mais nos outros*” (M. A. S., 49 anos, dezembro de 2002).

Para 83,0% dos entrevistados, seria impossível nos dias de hoje custear tantos filhos residindo nas cidades e trabalhando como volantes. Já 17,0% afirmaram que mesmo que o número de filhos fosse maior, sempre se dá um jeito para a manutenção dos mesmos.

## **5. 2. As condições de moradia**

Ao entrevistarmos os trabalhadores que já haviam residido na área rural, procuramos obter a opinião dos mesmos sobre os aspectos positivos e negativos em relação à moradia na cidade e no campo.

Para 84,6% dos entrevistados, o campo apresentava uma série de vantagens, em relação às cidades. Dentre essas vantagens, as principais a serem destacadas foram: ter participação na produção; poder criar animais como porcos, galinhas e às vezes, vacas, o que implica em fatura; e estabelecer o seu próprio horário de trabalho.

É interessante destacar que somente 10,0% dos entrevistados, que trabalharam em terras alheias, afirmaram que ganhavam algum pedaço de terra gratuitamente para realizar o plantio de algum produto de subsistência. No entanto, mesmo aqueles que não tiveram essa possibilidade afirmaram que o fato de poder cultivar, mesmo em sistema de parceria ou arrendamento, já oferece a oportunidade de colheitas fartas em relação a certos produtos que podem ser cultivados em pequenos trechos e com fim exclusivo para a subsistência. Trata-se do cultivo de abóbora, mandioca, hortas etc.

Em relação às desvantagens, segundo a maioria dos entrevistados (61,0%), o difícil acesso ao serviço hospitalar e escolas são os maiores problemas para os moradores do campo.

Quando indagados sobre a falta de energia elétrica, que implicava na ausência de luz elétrica, tv, geladeira etc., praticamente todos que conviveram com essa realidade defenderam a idéia de que isso não representava problema. Segundo os mesmos, por estarem acostumados àquelas condições de vida, não sentiam falta desses recursos até então comuns quase que somente aos centros urbanos. Contudo, ao serem questionados sobre a possibilidade de, atualmente, serem privados do acesso à luz elétrica, tv, geladeira e outros, a maioria (78,0%) foi categórica em afirmar que dificilmente se adaptariam a essa nova condição. Acham que se tornaram elementos imprescindíveis no cotidiano de cada um.

Para 82,0% dos entrevistados, as maiores vantagens acessíveis ao morador da cidade se referem à possibilidade de acesso aos serviços de saúde, educação, energia elétrica, água encanada etc. Convém ressaltar que, principalmente em relação a esses últimos, são recursos que implicam em gastos, muitas vezes incompatíveis com o nível de vida comum a essa categoria de trabalhadores.

Em relação às desvantagens inerentes aos moradores das cidades, 90,2% dos entrevistados elegeram o desemprego como o maior problema. Em seguida, destacaram a violência, a dificuldade em educar os filhos e a falta de moradia própria como outros problemas cruciais.

Em relação às residências, 61,3% disseram ter casa própria; 9,0% moram em casa alugada; 15,0% em casa financiada e 14,7% afirmaram residir nas casas de parentes. Parece ser contraditório quando se observa que mais da metade dos bóias-frias possui casa própria. Diante do nível de vida comum a esses trabalhadores, a primeira impressão que se passa é que a grande maioria não contasse com a propriedade das residências. Entretanto, de acordo com depoimento desses trabalhadores, o bóia-fria deve se esforçar ao máximo para construir sua residência mesmo que seja de madeira ou lona, porque se depender de pagar aluguel estará bastante arruinada a sua situação por dois motivos: em primeiro lugar não encontrará ninguém disposto a lhe alugar uma casa, por medo de não receber o aluguel; em segundo, mesmo que alugue, os rendimentos serão incompatíveis com o preço a ser pago o que justificaria a desconfiança daqueles que se negam a alugar casas para esses trabalhadores.

Para os que não têm casa própria, as prestações dos financiamentos ou o aluguel da residência representam entre 20,0% a 50,0% do orçamento familiar. Dos

que financiaram ou alugaram suas casas, no momento da aplicação do questionário, 30,0% se encontravam inadimplentes.

Ao visitarmos as residências para a aplicação dos questionários tivemos a oportunidade de observar a fragilidade das mesmas, que apresentam uma dimensão média de 47m<sup>2</sup>, compreendendo em média 3 cômodos, em que as famílias numerosas se espremiavam num diminuto espaço.

Em relação à infra-estrutura dos bairros em que os trabalhadores entrevistados residem, notamos grande carência em alguns aspectos, sobretudo quanto à pavimentação das ruas, condição ausente para 90,0% dos entrevistados. Quanto ao acesso às redes de água, luz e esgoto, todos os bairros visitados apresentavam esses serviços, embora nem todos os trabalhadores tivessem acesso aos mesmos. Isso porque, 7,0% das residências dos trabalhadores entrevistados não contavam com rede de água e luz; 22,5% não dispunham de chuveiro elétrico; e, 20,0% não tinham banheiro ligado à rede de esgoto.

Os bairros em que moram os trabalhadores volantes estão localizados na periferia da cidade que, mesmo não sendo de grande porte, são longe do centro, se levarmos em conta as suas condições de locomoção. Para se deslocarem até o centro da cidade, esses trabalhadores deverão fazê-lo a pé, de ônibus ou moto táxi, já que a maioria (83,0%) não conta com a propriedade de nenhum veículo automotor. Os que possuem veículos (17,0%) contam com um carro cujo ano de fabricação varia entre 1972 e 1984.

Desprovidos de veículos automotores, e sem dinheiro disponível para pagar o ônibus, resta o deslocamento a pé, o que, segundo os mesmos, no caso dos residentes nos bairros mais próximos do centro, gastam em média 30 minutos, enquanto que os mais distantes chegam a gastar cerca de 1 hora no percurso.

Quanto aos eletrodomésticos, observamos que a geladeira, o televisor e o rádio fazem parte do cotidiano da maioria desses trabalhadores, fato demonstrado pela Tabela 19.

Nota-se que 84,4% dos trabalhadores entrevistados afirmaram possuir geladeira; 82,2% contavam com rádio; e 77,8% possuíam televisor, embora grande parte desses eletrodomésticos tenha sido adquirida na condição de aparelhos já usados. Quanto aos demais, 62,2% possuíam tanquinho de lavar roupas e 46,6% contam com liquidificador. Nenhum dos entrevistados possuía vídeo cassete.

**Tabela 19 – Aparelhos eletro-eletrônicos disponíveis pelos trabalhadores volantes de Fernandópolis – SP**

Aparelhos	Televisor	Rádio	Vídeo Cassete	Geladeira	Liquidificador	Tanquinho de lavar roupas
Nº de pessoas	70	74	-	76	42	56
%	77,8	82,2	0	84,4	46,6	62,2

Fonte: Pesquisa de campo (2001/2002)

Alguns desses eletrodomésticos desempenham funções marcantes no cotidiano dessas pessoas. Um deles é a geladeira, imprescindível para a manutenção da refeição já pronta. Entre os entrevistados, encontramos aqueles (38,8%) que preparavam a refeição por ocasião do jantar, incluindo o almoço do dia seguinte para que não haja a necessidade de levantar tão cedo. Outros, a maioria (61,2%), já aprontavam na madrugada tanto o almoço, quanto o jantar, para que à tarde, ao regressarem do trabalho, pudessem cuidar de outras obrigações como a lavagem de roupas, por exemplo. Assim, a geladeira assume uma função extremamente importante e, mesmo que seja de pequeno porte e muito usada, fatores que facilitam a sua aquisição a preços menores, é um componente praticamente obrigatório nas residências desses trabalhadores.

Outro eletrodoméstico interessante é o televisor. Notamos que o percentual desse aparelho junto aos entrevistados que é de 78,8%, só não era maior devido aos fatores religiosos. Encontramos famílias (9,0%) que, em função da religião que seguem, dispensam esse eletrodoméstico com a justificativa de que muitas programações adotadas pelas emissoras de televisão, são contrárias aos seus preceitos religiosos e, portanto, a presença do aparelho pode ser dispensada.

Observamos também que algumas programações de televisão são seguidas ininterruptamente por grande parte dessa população, destacando-se as novelas que conseguem até determinar a programação das atividades no lar, principalmente das mulheres. Costumam distribuir as tarefas domésticas para antes, depois da novela e/ou entre uma novela e outra, quando o serviço de jornalismo entra no ar. De acordo com os entrevistados, é grande a audiência junto aos programas de auditório tanto do período noturno, no decorrer da semana, quanto aos domingos e quanto maior o sensacionalismo, mais o entusiasmo desses telespectadores tende a aumentar.



Assim, o televisor, mesmo que em condições precárias de uso, preto e branco como chegamos a testemunhar sua presença em 6,6% das residências, ou colorido, é um componente de extrema importância para o entretenimento dessa camada social, possibilitando, mesmo que momentaneamente, o disfarce das suas angústias, e um dos poucos meios que podem determinar a sua condição de igualdade com outras camadas sociais mais privilegiadas do ponto de vista econômico, ainda que parcialmente. A “novela das oito” que se assiste no Leblon, Rio de Janeiro, ou em Alphaville, São Paulo, é a mesma que se assiste no Jardim Uirapuru, o maior reduto de bóias-frias, em Fernandópolis.

**Figura 11: Residências de trabalhadores volantes na periferia da cidade de Fernandópolis**



### 5. 3. O grau de instrução escolar

Como uma característica dos trabalhadores assalariados rurais, os trabalhadores volantes de Fernandópolis apresentam baixo grau de escolaridade. A Tabela 20 demonstra que do total dos entrevistados, 10,0% são analfabetos. Em relação ao ensino fundamental: 10,0% cursaram somente a primeira série; 15,6% cursaram até a 3ª série; 30,0% concluíram a 4ª série; 24,5% até a 7ª série; e, 6,6% concluíram a 8ª série. Somente 3,3% disseram que concluíram o ensino médio.

**Tabela 20 – Grau de instrução escolar dos trabalhadores volantes de Fernandópolis – SP**

Série concluída	Analfabetos	Ens.Fundamental					3ª do Ens. Médio	Total
		1ª	3ª	4ª	7ª	8ª		
Nº	9	9	14	27	22	6	3	90
%	10,0	10,0	15,6	30,0	24,5	6,6	3,3	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2001/2002)

Somente 2 dos entrevistados que não concluíram o ensino fundamental continuam estudando (6ª e 7ª séries).

Quando perguntamos sobre os motivos que os levaram a parar de estudar, 71,1% responderam que tinham vontade de continuar, porém, a necessidade de trabalhar para se sustentar e a falta de remuneração impediram a seqüência dos estudos. Para 28,9% dos entrevistados, a razão do baixo grau de escolarização foi determinada não só pelas dificuldades em freqüentar a escola mas também devido ao desinteresse pelos estudos quando eram jovens. Afirmaram que para a vida que levavam no campo, naquele período, não necessitavam estudar.

Os pais que têm filhos estudando, que representam 53,3% dos entrevistados, todos foram taxativos em afirmar a necessidade de fazer o possível para que seus filhos estudem, pois só assim poderão levar uma vida um pouco melhor que a de bóia-fria.

Como salientamos, todos ressaltaram a importância de se estudar para construir um futuro melhor. Entretanto, na prática, a realidade nem sempre acompanha o discurso. Nota-se, principalmente por parte da maioria dos pais entrevistados, a falta de acompanhamento da vida escolar de seus filhos, deixando essa tarefa a cargo das mães, que também nem sempre conseguem dar o devido acompanhamento ao processo de aprendizagem de seus filhos.

Durante duas entrevistas, por ocasião da aplicação do questionário, pudemos nos deparar com situações em que o pai não soube informar em que série os seus filhos estavam estudando, necessitando consultar a mãe para nos passar a informação correta.

Observamos depoimentos de pais e mães que desanimados com a conduta de seus filhos, chegam a defender a idéia de repassar o acompanhamento da vida escolar dos mesmos para o Conselho Tutelar do município.

Essas situações fazem parte do cotidiano desses trabalhadores e são constantemente testemunhadas por nós no exercício da docência na Escola Estadual Prof. Antônio Tanuri, em Fernandópolis, em que freqüenta um grande contingente de alunos que são filhos de trabalhadores volantes. O número de pais que comparecem às reuniões escolares para tratar de assuntos inerentes à vida escolar de seus filhos é insignificante, mesmo quando estas são realizadas no período noturno para facilitar o comparecimento dos mesmos.

Encontramos, entre as famílias que responderam ao questionário, 24 crianças e adolescentes, em idade escolar, que estavam estudando. Por outro lado, 11 estavam fora da escola, sendo um número muito expressivo, que vem contradizer ao depoimento dos pais quando estes afirmaram que o estudo é a única alternativa viável para que seus filhos tenham uma vida melhor que a de bóia-fria.

O baixo grau de escolaridade dessa categoria de trabalhadores conspira a favor da sua alienação perante aos mecanismos impostos pelo capital, facilitando as manobras de exploração dos mesmos nas relações sociais de trabalho e produção.

Nota-se que há entre esses trabalhadores uma espécie de círculo vicioso em que os mesmos, em função do baixo grau de escolaridade e das condições precárias de vida que levam, não conseguem se libertar de uma condição que os colocam como marginalizados, já que quanto menor o grau de escolarização, maior será a probabilidade de exclusão do mercado de trabalho e, conseqüentemente, das condições dignas de vida.

Durante as entrevistas, observamos que a descrença em relação ao futuro foi muito maior junto aos entrevistados com menor escolaridade, o que também não pode ser adotado como regra absoluta. Encontramos algumas pessoas que, mesmo com um baixíssimo grau de escolaridade, ainda luta e acredita na mobilização de todos em busca de maior justiça social.

Nesse sentido, destacamos um entrevistado<sup>43</sup> que demonstrou grande indignação e conhecimento da realidade vigente no país, acompanhando o telejornalismo para se manter informado. No seu modo de pensar, acha que a classe trabalhadora, em todas as profissões, deveria mobilizar-se para encontrar soluções que amenizassem as desigualdades que dominam o país.

Ao mesmo tempo em que defende a mobilização da classe trabalhadora, está descrente em relação à medidas governamentais que amenizem os problemas sociais, englobando desde o poder local até à esfera federal. Diante de tal argumentação, perguntamos a ele se o seu ponto de vista em relação aos governantes e a dificuldade de mobilização da classe trabalhadora, significaria a total descrença em dias melhores. Respondeu: “*sem sonhos não há razão para viver*” (P. T. C., 42 anos, dezembro/2002).

#### **5. 4. O cotidiano fora do trabalho**

A despeito da desgastante condição de vida a que estão submetidos os trabalhadores volantes, cada um a sua maneira procura fazer com que seu cotidiano seja menos doloroso. Assim, sempre encontram formas de se integrar na sua comunidade e se divertir. Fazem parte deste contexto as programações dos canais de televisão, a pelada de futebol nos domingos de manhã, a participação em festas juninas, às vezes algumas quermesses realizadas nos seus bairros, além do bate papo com os amigos, que para grande parte do entrevistados (33,0%) tem os “botecos” como local de encontro.

Sobre os meios de informação dos trabalhadores entrevistados colhemos os seguintes resultados<sup>44</sup>: 73,3% disseram que se informam através da televisão; 53,3% afirmaram que utilizam o rádio; 20,0% lêem algum tipo de jornal esporadicamente, quando acham disponível, ou seja, não possuem condições de comprar, muito menos assinar revistas ou jornais; 9,0% afirmaram que às vezes

---

<sup>43</sup> Pedro Teodoro Castilho, 42 anos de idade, morador do Distrito Industrial de Fernandópolis – SP. Sua residência é construída de restos de madeira e por ocasião da entrevista (dezembro de 2002) notamos que um dos cômodos havia desabado em função da sua fragilidade e das fortes chuvas, que caíram naquele período na região. Este entrevistado trabalha há 12 anos como bóia-fria, é casado e tem dois filhos. Um deles tem 15 anos e freqüenta escola especial pois tem problemas em relação à capacidade de aprendizagem. Os problemas surgiram após um acidente durante a construção de sua casa, quando um pedaço de madeira caiu sobre a sua cabeça no momento em que ajudava o pai. Em virtude disso, o pai afirmou que não acredita que o filho possa ter um futuro melhor que o seu, já que a sua capacidade de aprendizagem ficou bastante limitada, impedindo a sua qualificação para o mercado de trabalho.

<sup>44</sup> Nesta pergunta os trabalhadores deveriam dar mais de uma resposta, por isso o total ultrapassa os 100,0%.

procuram ler algum livro; 40,0% freqüentam a igreja; e 53,3% disseram que gostam de bater papo com amigos.

Em relação ao que mais gostam de fazer quando estão de folga, constatamos as seguintes respostas: descansar em casa 46,0%; ir pescar 24,5%; jogar futebol, baralho etc. 43,3%; e ir ao “boteco”, 33,3%.

Com relação à presença nos “botecos” notamos que alguns trabalhadores apresentavam uma certa rejeição em assumir que são freqüentadores dos mesmos. Por diversas vezes, as esposas dos entrevistados acabavam interferindo e afirmando a condição de fregueses dos botecos por parte dos maridos, deixando implícito que a informação deveria representar uma forma de punição, já que são contrárias à permanência constante dos seus maridos nesses locais.

Pudemos testemunhar a presença de grande parte dos entrevistados nos “botecos” durante toda a semana, sempre após as 18:00h, quando os mesmos já retornaram do trabalho, sendo que para muitos, essa é uma parada “obrigatória” antes mesmo da chegada em suas residências.

De todo modo, os “botecos” representam um espaço de diálogo de muitos desses trabalhadores, onde rolam conversas sobre os mais diversos assuntos, como futebol, novelas, empreiteiros, trabalho, salário etc..

## **5. 5. As perspectivas quanto ao futuro**

A precariedade das condições de vida dos trabalhadores volantes se manifesta como um agente de revolta, colocando-os em estado de rejeição às condições de trabalho na qual estão inseridos. Nesse sentido, 84,4% do total dos entrevistados manifestaram o desejo de mudar de profissão, embora deixassem transparecer a idéia de que para a maioria, ou seja, 72,2% dos entrevistados, esse é um sonho quase impossível de ser realizado.

Do total de trabalhadores, 38,0% disseram que gostariam de ter um emprego registrado na cidade; já para 57,0% um trecho de terra para produzir seria a melhor alternativa; 5,0% não souberam opinar.

Levando-se em conta que 83,4% dos entrevistados já residiram e trabalharam no campo, levantamos a hipótese da realização de uma reforma agrária em que fosse proporcionado ao assentado, terras e condições para produzir. Nesta perspectiva, quase todos (97,7%) os entrevistados disseram que gostariam de

participar de um projeto deste. Os demais (2,3%) afirmaram que essa possibilidade não os atrairia para o campo.

O elevado número de entrevistados (97,7%) que manifestaram o desejo de receber um lote de terra para cultivar pode ser explicado por dois fatores integrados. Por um lado, manifesta-se o descontentamento com as condições de vida a que são submetidos. Por outro, deixaram transparecer que, sobretudo para os mais idosos que trabalhavam de forma autônoma, o vínculo com a vida no campo, interrompido a partir do êxodo dos mesmos para a cidade, ainda se mantém vivo.

É importante destacar que 83,0% dos entrevistados fizeram questão de frisar que só retornariam para o campo na condição de produtor autônomo. Realçaram que para ser empregado de alguém, trabalhando no campo, preferem morar onde estão, pois entendem que a subordinação ao patrão nesse caso seria ainda maior.

Em relação à probabilidade de mobilização desses trabalhadores, visando à busca de melhoria para suas condições de vida, somente 18,2% acreditam que seria possível e lutariam neste sentido. Portanto, evidencia-se a descrença e o desânimo dessa categoria de trabalhadores, que, a seguir o pensamento daqueles com os quais mantivemos contacto, parecem estar sem forças para combater a exploração que lhes é imposta.

De todo modo, embora 84,4% dos trabalhadores entrevistados manifestem o desejo em mudar de profissão e dizem não acreditar num processo de reversão das precárias condições de vida a que são submetidos, todos esperam que continuem fazendo parte da turma de um empreiteiro, pois sabem que assim poderão, mesmo que de forma precarizada, continuar utilizando sua força de trabalho como a única forma de sobrevivência.

Há que se destacar que mesmo continuando inseridos na condição de trabalhadores volantes, urge a necessidade da mobilização no sentido de lutar por melhores condições de vida, o que passa necessariamente por melhores condições de trabalho e salários.

Nesse sentido, o caminho a seguir passa pela organização do conjunto dos trabalhadores, o que pode ser estimulado e conduzido pelas devidas instituições sindicais. Ocorre que estas, frente à reestruturação do mundo do trabalho, perante as transformações impostas pelo capital, vêm passando por sérias dificuldades, o que tem aniquilado o poder de mobilização e representatividade da classe trabalhadora. É para essa questão que direcionamos nossa abordagem a seguir.

## **5. 6. Os trabalhadores volantes do Município de Fernandópolis e a questão sindical**

Analisar a questão da organização sindical dos trabalhadores assalariados rurais, de modo específico os volantes, nos leva a pensar na constituição da sua identidade de classe. Coloca-se em pauta o embate capital x trabalho que ganha novos contornos a partir do processo de modernização da agricultura brasileira, que tem como uma de suas características mais marcantes a proletarização do trabalhador rural.

### **5. 6. 1. A identidade de classe**

A constituição da identidade de classe dos trabalhadores assalariados rurais decorre de lutas e enfrentamentos destes ao processo de modernização agrícola, comandado pela classe capitalista da qual a própria categoria (trabalhadores rurais assalariados) é resultado (Alves, 1991).

Por meio do processo de luta, os trabalhadores assalariados rurais procuram o controle do processo de trabalho, fato que leva ao enfrentamento junto aos donos do capital, que contam com estratégias diversas para manterem sob seu domínio o controle do processo de trabalho como fator preponderante na reprodução do capital.

Nesse sentido, a modernização da agricultura estabelece uma nova dinâmica produtiva que redireciona as relações de trabalho e produção, incorporando nas decisões do empresário agrícola as estratégias para o controle do processo de trabalho. Assim,

os capitalistas, ao tomarem a decisão de investir produtivamente na modernização da base técnica de produção, levam em consideração o grau de organização e luta da classe trabalhadora. A análise das condições, objetivas e subjetivas, de mobilização dos trabalhadores para a conquista de melhorias nas suas condições de vida e de trabalho, bem como seu grau de organização, são elementos de fundamental importância para a decisão capitalista de modernizar a produção. Nesta concepção, tanto os trabalhadores são afetados pelo processo de modernização da agricultura, quanto a sua ação, enquanto movimento social, na luta política e econômica por melhoria nas suas condições de vida e trabalho [...] (Alves, 1991, p. 102).

É através do processo de luta que os trabalhadores passam a se identificar como trabalhadores, tomando consciência da exploração a que estão submetidos.



Dessa forma, a capacidade de luta dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que é, em geral, resultante da consciência que os trabalhadores adquirem da exploração, é também, ato potenciador da tomada de consciência de classe.

A luta dos trabalhadores assalariados rurais, especificamente os volantes, procurando melhorar suas condições de trabalho e, conseqüentemente de vida, ficou sedimentada e simbolizada na greve de Guariba (1984). Naquele momento se materializavam os anseios dos trabalhadores que precisavam demonstrar a sua capacidade de mobilização em busca de algo que representasse conquistas benéficas ao conjunto da classe dos trabalhadores volantes, mediante o enfrentamento das decisões tomadas pelos capitalistas. Portanto, a greve de Guariba foi um acontecimento que se tornou um marco para a sedimentação da identidade destes trabalhadores assalariados rurais.

Para Alves (1991, p. 108),

a Greve de Guariba tem, num mesmo movimento, dois significados: um para fora, para o conjunto da sociedade, e outro para dentro, para os próprios trabalhadores assalariados rurais. O significado para fora, é o de tornar visível, para o conjunto da sociedade, a luta e as condições de vida dos trabalhadores assalariados rurais. O significado para dentro, sem dúvida, mais importante, é o de contribuir para a constituição da identidade de classe dos trabalhadores assalariados da agricultura, que passam a se identificar como trabalhadores assalariados volantes, como bóias-frias, a se reconhecerem enquanto tal e a ter aspirações comuns de melhorias de suas condições de vida e trabalho.

Convém destacar que a identidade de classe dos trabalhadores assalariados rurais só começa a se constituir a partir do momento em que esses trabalhadores passam a lutar contra as características perversas do processo de modernização da agricultura. Além disso,

este processo não é geral e não se dá da mesma forma e com a mesma freqüência em todas as regiões, culturas e formas de propriedade da agricultura brasileira, onde predomina a diversidade de formas de subordinação do trabalho ao capital e onde há dinâmicas de luta diferenciadas (Alves, 1991, p. 104).

Nesse contexto, a mobilização dos trabalhadores é mais evidente na região de Ribeirão Preto e está diretamente ligada ao setor sucroalcooleiro, tendo como foco principal, os cortadores de cana-de-açúcar. A concentração dos trabalhadores numa mesma ocupação (colheita de cana) favoreceu a organização do enfrentamento junto aos capitalistas, pois estabeleceu a semelhança entre todos em relação às suas angústias e reivindicações, além de mobilizar grande contingente humano.

Embora tenha se desenrolado em Guariba, o movimento grevista foi decisivo para a conquista de benefícios que se expandiram para todo o conjunto de trabalhadores assalariados rurais, sobretudo os volantes, especialmente os envolvidos no setor sucroalcooleiro. Dessa forma, a luta dos trabalhadores de Guariba, embora situada geograficamente na região de Ribeirão Preto, pode ser entendida como a representação de toda a gama de trabalhadores volantes, sobretudo os do setor sucroalcooleiro, inclusive os de Fernandópolis, assunto a ser explorado em seguida.

### **5. 6. 2. Os trabalhadores volantes e o movimento sindical em Fernandópolis**

Durante o trabalho de campo pudemos constatar a “fraqueza” da relação entre os trabalhadores assalariados rurais volantes e a base sindical local, implicando em sérias dificuldades para a representatividade da categoria na defesa de suas reivindicações por ocasião das negociações com a classe patronal.

Do total dos trabalhadores entrevistados, somente 4,0% são filiados ao Sindicato dos Empregados Rurais de Fernandópolis (SERF)<sup>45</sup>. Os demais, ou seja, 96,0% dos trabalhadores entrevistados, somente fizeram parte do sindicato quando foram contratados de forma registrada, como no período da colheita da cana, por exemplo.

Entre todos os trabalhadores entrevistados, 35,0% afirmaram que, para eles, os sindicatos não ajudam em nada e, às vezes, representam muito mais os interesses do patrão. Passam a idéia de que o sindicato apresenta-se como um órgão fechado, composto por um grupo de diretores, cujas decisões independem da vontade da classe trabalhadora. Para os demais (65,0%), o sindicato é importante porque representa o local em que os trabalhadores podem encaminhar suas reivindicações. Evidenciando o distanciamento entre os trabalhadores e a sua base sindical, dos trabalhadores entrevistados, 13,3% disseram que não tinham nem idéia de como seria o funcionamento de um sindicato.

Notamos que há grande desinformação em relação à ação dos sindicatos e pouca disposição em reverter a situação. Fica evidente que à frente das

---

<sup>45</sup> O Sindicato dos Trabalhadores Assalariados Rurais (SERF) foi instituído em Fernandópolis em 28/10/02 e tem uma base que abrange os seguintes municípios: Fernandópolis, Macedônia, Pedranópolis, Ouroeste, Guarani d' Oeste, São João das Duas Pontes e Meridiano.

preocupações com o movimento sindical está a preocupação em preservar o emprego, mesmo que de maneira informal. Falar em sindicatos para muitos trabalhadores já lembra a possibilidade de perda do emprego e o alijamento mercado de trabalho. Acham que a partir do momento em quem passam a integrar os movimentos sindicais, passam automaticamente a fazer parte da lista de trabalhadores taxados pelos empregadores como “trabalhadores problemáticos”, que devem ser excluídos no momento da contratação de mão-de-obra.

Em entrevista com um dos diretores do Sindicato da Fabricação do Álcool Químico e Farmacêutico de São José do Rio Preto e Região, o mesmo deixou transparecer que o medo que assola os trabalhadores quando solicitados para alguma mobilização, no sentido de lutar por melhorias, justifica-se. Segundo o entrevistado, apesar de ser um dos diretores do sindicato, entende a preocupação dos trabalhadores em preservar seus empregos, mesmo que para isso estejam facilitando a exploração da classe trabalhadora, em favor dos capitalistas. Disse que quanto mais o trabalhador se manifestar a sua insatisfação em relação à exploração imposta pela classe patronal mais ele estará sujeito fazer parte da lista dos desempregados, já que a oferta de mão-de-obra permite a seleção dos trabalhadores de acordo com os interesses dos empregadores.

A favor da classe patronal conta a reestruturação da dinâmica produtiva, nas últimas décadas, a qual vem estabelecendo, entre outros fatores, a substituição do trabalho braçal pelo trabalho mecanizado, fator que aumenta o contingente de desempregados.

Para Thomaz Júnior

A ameaça constante da substituição de trabalho vivo por trabalho morto tem promovido profundas fissuras na subjetividade operária, com reflexos para a organização sindical em todos os níveis da estrutura corporativa: dos sindicatos às confederações e, também em nível das centrais. A veracidade do desemprego, diga-se, arma secular do capital para o efetivo exercício do controle e da dominação sobre o trabalho, agora se expressa de forma mais agressiva e ampla, sendo um dos principais instrumentos da regulação capital-trabalho em poder do capital, sendo que em vários casos com o beneplácido do Estado. Em alguns casos a defesa do emprego a qualquer custo e todos os desdobramentos do processo em questão, tem redefinido profundamente a luta do trabalho no âmbito sindical (Thomaz Júnior, 2002, p. 15).

Mediante a ameaça de desemprego, o trabalhador quer se manter empregado a qualquer custo e isso começa com a concorrência por uma vaga na turma de algum empreiteiro e a aceitação, mesmo que a contra gosto, das regras do jogo, em

que o trabalho deve se alienar ao capital. Passa também, para a maioria dos trabalhadores, pela indiferença “forçada” às necessárias mobilizações da categoria no sentido de lutar por melhores condições de trabalho e salário, imprescindíveis para adquirir condições mais dignas de vida.

Esta postura pode ser observada quando se indaga sobre a participação em greves por parte dos trabalhadores entrevistados, visando a conquista de melhores condições de trabalho e salário. De um total de 60 trabalhadores que responderam a essa questão, somente 16,6% já participaram de uma greve. Destes, 20,0% afirmaram que o sindicato comandou a greve e os 80,0% restantes disseram que os próprios trabalhadores a lideraram.

Em relação aos resultados, 30,0% dos grevistas afirmaram que a greve, da qual participaram, atingiu ao objetivo proposto: 50,0% disseram que não proporcionou o resultado esperado; e 20,0% informaram que o objetivo foi atingido apenas parcialmente. A greve tinha como reivindicação melhorias salariais.

Ao indagarmos se participariam novamente de um movimento grevista, somente 5,0% responderam que sim. Segundo os que desaprovam as greves (95,0% dos entrevistados), estas não funcionam mais porque em função do grande desemprego os trabalhadores não conseguem se mobilizar para o movimento e mesmo aqueles que se organizam não suportariam qualquer pressão por parte dos patrões, pois têm receio de perder o seu emprego.

Esse cenário de “fraqueza” demonstrada pelos trabalhadores entrevistados no embate capital x trabalho evidencia a condição dominadora do capital sobre o trabalho. Contraditoriamente o trabalho, que é a condição primeira para o trabalhador continuar se reproduzindo, é o maior aliado do capital. Dessa forma, o trabalho, segundo Marx, citado por Thomaz Júnior (2002), não pertence ao trabalhador, mas ao outro; o trabalhador tem o sentimento que não pertence a si mesmo, mas ao outro, o capitalista.

Assim, o trabalhador aliena o seu trabalho e se auto-aliena, se transformando num sujeito ativo na dinâmica produtiva que irá nortear os rumos do empresário capitalista, onde

o capital, voltado para todo o circuito produtivo, faz do trabalho alienado instrumento vital de dominação de classe. Esse processo se completa na medida em que se articula ao movimento contraditório dos mecanismos legitimadores da alienação do trabalho e põe em prática suas estratégias

especiais com o intuito de ordenar e cimentar sua hegemonia no conjunto do tecido social (Thomaz Júnior, 2002, p. 227).

O secretário do Sindicato dos Empregados Assalariados Rurais de Fernandópolis (SERF), Valdomiro Neto Siqueira, nos relatou as dificuldades para a mobilização dos empregados assalariados rurais no sentido de lutar pelos seus direitos. Segundo o mesmo, junto à categoria dos trabalhadores volantes as dificuldades são maiores. Em primeiro lugar, por que o contingente desses trabalhadores associados ao SERF é mínimo, em torno de 20 pessoas; em segundo, e este, de acordo com o secretário seria o problema mais grave, está o medo de perder o emprego, concordando que o capital, ao reestruturar o sistema produtivo estabelece condições para a alienação do trabalho e do trabalhador.

De acordo com o entrevistado, nos últimos anos, por diversas ocasiões foram agendadas assembléias nas dependências do prédio do sindicato em Fernandópolis para discutir as questões trabalhistas, principalmente quando está começando, ou prestes a começar, a colheita da cana. Para o evento são enviados convites aos empreiteiros, orientando para que os mesmos convoquem os seus trabalhadores a comparecerem e os leve até à sede do sindicato. Segundo o secretário, o sindicato chega a pagar o combustível para que os empreiteiros, em seus ônibus, transportem os seus trabalhadores até à assembléia, envolvendo não só os de Fernandópolis, mas também dos municípios vizinhos. Apesar da mobilização, o índice de comparecimento é muito baixo, não passando de 7 a 8 dos 40 trabalhadores que os empreiteiros transportam em média em cada ônibus diariamente.

Questionamos a postura do sindicato em relação ao convite aos trabalhadores via empreiteiros, já que os mesmos mantêm estreitas relações com os empresários agrícolas. Segundo o presidente do sindicato isso não representaria maiores problemas pois, no seu entendimento, o fato do empreiteiro ganhar uma porcentagem sobre a empreita do trabalhador o motivaria a lutar por melhores salários. Porém, esse não parece ser o procedimento viável já que atualmente muitos empreiteiros além de receberem uma porcentagem sobre a produção dos trabalhadores recebem um salário fixo pago pelos empresários agrícolas, o que aumenta a subordinação dos mesmos à classe patronal.

Mesmo com um número reduzido de participantes, segundo nos informou o dirigente sindical, é possível estimular os trabalhadores a relatar os seus principais problemas e expor as suas reivindicações. Porém, a mobilização fica somente no

plano verbal e soa apenas como um desabafo, já que no momento de colocar em prática, com o enfrentamento da classe patronal, os trabalhadores dificilmente se manifestam.

Segundo o presidente do SERF, um dos grandes problemas seria indicar representantes dos trabalhadores para participar das mesas de negociações e, mesmo quando isso é possível, as dificuldades de articulação dos mesmos continuam. Por ocasião das reuniões com os patrões os representantes dos trabalhadores dificilmente comparecem e, aqueles que por ventura participam, não conseguem defender as suas reivindicações, deixando a palavra em poder dos empregadores. De acordo com o entrevistado, nos últimos três anos nenhum trabalhador compareceu às reuniões de negociações com a classe patronal, ficando essa tarefa somente para o corpo dirigente do sindicato.

O presidente do SERF foi mais longe, alegando que nas lavouras não há condições de se agendar assembléias, mesmo que essas sejam autorizadas pelos patrões, já que os trabalhadores não conseguem se manifestar. Muitos trabalhadores chegam a se esconder para não serem notados, até porque os patrões, que normalmente não comparecem, enviam seus olheiros. Aqueles que não se escondem preferem o silêncio. Para o dirigente sindical, diante dessas condições, essas assembléias nos locais de trabalho seriam inúteis e até prejudiciais aos trabalhadores, pois expõem a fragilidade das mobilizações da categoria, tendo em contrapartida o fortalecimento do controle do processo de trabalho por parte da classe patronal.

Com relação a esta questão, o presidente da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), Elio Neves, defende a idéia de que

se não tiver organização por local de trabalho não há cumprimento nem da Constituição. É interessante porque o setor patronal não está preocupado com o cumprimento das leis, com os direitos dos trabalhadores. Está preocupado apenas em acumular riquezas. Quando o governo propõe a mudança na CLT, visando a diminuição de direitos, parece que todo mundo está aceitando um direito menor que a lei. Mas não está aceitando. O que acontece é que os trabalhadores estão sem condições de reagir. Imaginar que as pessoas aceitem diminuir direitos pacificamente é uma loucura. Os trabalhadores estão sendo obrigados a conviver numa situação que é pior do que era antes. Estamos vivendo uma situação, hoje, no Brasil, em que o movimento sindical negocia e faz o acordo menos ruim. Estamos ficando sem condições de negociar o que é melhor para o trabalhador.

A organização no local de trabalho é que garante o cumprimento. Garante não apenas o cumprimento, mas a legitimidade de uma pauta de

reivindicações. Hoje, para você ter um item de pauta para defender, que diga respeito não só ao trabalhador, mas a sua dignidade enquanto cidadão, é preciso que ele esteja efetivamente participando desse processo (*apud* Sgreccia, 2002, p. 57).

Diante das dificuldades expostas pelo presidente do SERF para a mobilização dos trabalhadores volantes no sentido de lutar pela defesa dos seus interesses no que diz respeito às melhores condições de trabalho e de vida, fato evidenciado durante as entrevistas com os trabalhadores, devemos tecer algumas reflexões que nos parecem relevantes.

O Município de Fernandópolis nunca foi centro de mobilização significativa da classe dos trabalhadores assalariados rurais no sentido do enfrentamento com a classe patronal visando à defender reivindicações que pudessem melhorar as condições de trabalho e de vida. O não enfrentamento, através da luta, dificulta a tomada de consciência de classe, já que somente essa condição poderá ao longo de um período de embate frente à exploração a que são submetidos, incutir no trabalhador a sua identidade e o sentimento de que ele existe não somente para o capital, mas também para si. Nesse sentido, “a classe para si e a consciência de classe são sempre resultado do processo de luta e não o início como pode parecer” (Alves, 1991, p. 105).

Um outro aspecto que nos parece relevante é fato de que se compararmos a outras regiões do Estado de São Paulo, como Ribeirão Preto por exemplo, a inserção dos trabalhadores volantes locais na lavoura canavieira ocorre tardiamente. Tendo em vista que foi no setor sucroalcooleiro que os trabalhadores rurais assalariados se organizaram e obtiveram as suas maiores conquistas, nos leva a deduzir que a inserção tardia dos trabalhadores volantes de Fernandópolis nesse setor também teria contribuído para as dificuldades de mobilização em prol da tomada de consciência de classe e a sedimentação da sua identidade.

As primeiras safras do setor alcooleiro de Fernandópolis surgem a partir de 1982, com a inauguração da destilaria local. Portanto, percebe-se que no momento em que os trabalhadores volantes da região de Ribeirão Preto demonstram sua capacidade de articulação em busca de melhorias, com a greve de Guariba (1984), os trabalhadores de Fernandópolis estavam surgindo como categoria (cortadores de cana).

É interessante frisar que o trabalho volante já estava consolidado na região, porém, se distribuía nas lavouras de café, algodão, feijão, arroz etc. sobretudo nas

colheitas, alcançando um grande número de propriedades agropecuárias e de patrões. Dessa forma, havia a dispersão dos trabalhadores, o que não ocorre com a monocultura canavieira, a qual se concentra em grandes propriedades e as poucas unidades produtivas de pequeno porte inseridas nessa atividade, via de regra, estão arrendadas para os empresários agrícolas.

O grande contingente de trabalhadores ocupados na colheita de cana favorece o despertar da possibilidade de luta fundamentada na união do conjunto em defesa de uma causa comum, já que desenvolvem a mesma atividade, atribuindo um sentimento de semelhança, o que facilita a formação no íntimo do trabalhador, de um “embrião” que pode levar ao nascimento da identidade de classe.

Entretanto, no período da entressafra, a possibilidade de mobilização e organização dos trabalhadores enquanto categoria (assalariado rural) é dificultada pela dispersão dos mesmos que trabalham em diversas propriedades rurais diferentes, ou estão desempregados, diminuindo o contato entre eles.

Há que se levar em consideração também que a distribuição por categorias e a territorialização dos sindicatos, incitam o corporativismo e conspiram contra a constituição da consciência de classe do trabalhador no sentido amplo do seu significado. Nesse sentido, Thomaz Júnior destaca que

esse processo se completa com a determinação da identificação do trabalhador (da mesma categoria), para este ou aquele sindicato, a partir da localização da empresa (o município em que se encontra). Dessa forma, se a empresa encontra-se no município A, os trabalhadores aí inseridos, estarão ligados, pra cada uma das categorias, ao sindicato cuja sede ou extensão de base territorial se assenta sobre o referido município. Outro aspecto a se considerar é que o trabalhador e sua instância de representação oficial, o sindicato, encontram-se, ainda, transmutados noutro plano de alienação ao territorializar-se. De um lado o trabalhador se aliena do produto e, como trabalhador (como vendedor de força de trabalho), está alienado de sua identidade com o semelhante, não se reconhecendo mais como proletário, mas como cortador de cana, químico etc. Por outro lado, o sindicato ao expressar-se territorialmente, aliena-se triplamente: a) fracionado como categoria; b) delimitado territorialmente com base na determinação legal (municipal); c) consoante à localização da empresa (Thomaz Júnior, 2002, p. 232).

Essa distribuição por categoria e por território limita a mobilização a um determinado território representado por uma base sindical, e isola o trabalhador na sua categoria, podendo deixar, por exemplo, o trabalhador volante da colheita de laranja fora do contexto da luta do trabalhador volante cortador de cana.



Nesse contexto, as bases sindicais assumem um papel de suma importância na representatividade dos trabalhadores sobre sua jurisdição, o que implica na busca de novas estratégias que possam articular a mobilização da classe trabalhadora assalariada, visando novas conquistas no embate capital x trabalho.

Para isso é necessário que as bases sindicais se reestruturem, o que passa também e, em muitos casos, em primeiro plano, pela reorganização do seu corpo dirigente. Tomamos como exemplo o Sindicato dos Empregados Assalariados Rurais de Fernandópolis (SERF) que mantém no seu corpo dirigente os mesmos diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), com alguns no cargo há décadas, como no exemplo do seu presidente, há 27 anos no mesmo cargo.

Convém relatar que os STRs congregavam na mesma instituição diversas categorias de trabalhadores rurais como os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, assalariados permanentes e volantes, embora estes últimos em número ínfimo. Parece claro que, diante dessa realidade, fica comprometida a possibilidade de articulação do sindicato em mobilizar essa ou aquela categoria de trabalhadores rurais, frente ao caráter misto da instituição que congregava sob sua jurisdição o patrão e o seu empregado.

Nesse sentido, não há como negar a necessidade de reestruturação do quadro dirigente, o que sugere a ocupação dos devidos cargos através de membros que já demonstrassem identidade e consciência de classe, a qual teria que representar.

Lembramos que não estamos colocando em discussão a lisura e a competência do corpo dirigente dos sindicatos em suas respectivas funções, embora saibamos que esses fatores são bastante variáveis no conjunto das bases sindicais. O que se defende relaciona-se às possibilidades do exercício da representatividade da base sindical, o que poderá ser viabilizada somente com o comprometimento com a identidade de classe em relação à categoria a ser representada.

Os fatores citados teriam contribuído para o distanciamento entre os trabalhadores volantes e o movimento sindical. No entanto, paralelamente a tudo isso, avança, com muito vigor, o poder de articulação da classe patronal, procurando fortalecer cada vez mais o domínio do processo de trabalho em favor do capital, investindo na intensificação do processo de tecnificação. A reestruturação da base produtiva, com a adoção da tecnificação da produção leva à inibição objetiva e

subjetiva do trabalhador na medida em que o mesmo é cada vez mais substituído pelo trabalho mecanizado.

Na agricultura o processo de tecnificação em curso tem na lavoura canavieira um vasto campo de ampliação, já que ainda se emprega grande contingente de trabalhadores, sobretudo na colheita. Porém, como se vê, a mecanização da produção vem sendo ampliada também para a fase da colheita, como ocorre em Fernandópolis, implicando no recrudescimento do controle do trabalho por parte da classe empresarial. Assim,

o capital apostou em fortalecer sua hegemonia, no processo, “apostando” no fracionamento do trabalho a partir da adoção/intensificação da mecanização do corte da cana-de-açúcar e dos sistemas de controle do processo de trabalho agroindustrial, aumentando, dessa forma, ainda mais a escala dos desafios para os trabalhadores e para o movimento sindical. Isso estimula a reflexão em torno da necessidade de um redimensionamento político da estrutura, organização e ação sindical, apontando claramente rumo ao controle do processo de produção [...] (Thomaz Júnior, 2002, p. 229).

Isto posto, para que se amenize o distanciamento visível entre os trabalhadores assalariados rurais, sobretudo os volantes de Fernandópolis e a mobilização sindical, é necessário repensar e reestruturar as suas estratégias organizativas que deverão estar voltadas para a ampliação do poder de representação da classe trabalhadora frente ao capital.

Para Alves (2000), a mundialização do capital comandou um complexo de reestruturação produtiva, com profundos impactos estruturais no mundo do trabalho. Nesse sentido, o autor observa que:

Ele surge como ofensiva do capital na produção, tendo em vista que debilita a classe não apenas no aspecto objetivo, com a constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho, mas principalmente no subjetivo. É por isso que, na perspectiva histórico-ontológica, um novo complexo de reestruturação produtiva não possui caráter “neutro” na perspectiva da luta de classes. Ele apenas expressa, na medida em que se desenvolvem as alterações do processo de trabalho, algo que é intrínseco à lei da acumulação capitalista: a precarização da classe dos trabalhadores assalariados, que atinge não apenas, no sentido objetivo, a sua consciência de classe. É nesse contexto sócio-histórico particular que tendem a desenvolver com vigor estratégias sindicais neocorporativas, que são expressões da debilitação da solidariedade de classe, intrínsecas à fragmentação das negociações coletivas, provocadas pela nova ofensiva do capital na produção (Alves, 2000, p. 9).

Em relação aos movimentos sindicais, Singer (1999), lembra que os sindicatos precisam estar atentos para o fato de que hoje organizam contingentes

cada vez mais restritos. Para sair desta armadilha, os sindicatos deveriam organizar todos os trabalhadores, inclusive os desempregados, ou seja, os sindicatos têm de parar de existir apenas para os trabalhadores que têm emprego. Para Singer (1999), na reestruturação do sistema produtivo em curso nas últimas décadas, os sindicatos precisam repensar as suas estratégias visando à representatividade dos trabalhadores junto à classe patronal.

A reestruturação dos sindicatos seria o neo-sindicalismo que

têm de se estruturar em amplas organizações que tenham sim, como um de seus objetivos, a defesa dos trabalhadores que ainda possuem emprego formal, mas que ao mesmo tempo, tenham solidariedade para com os que perderam o emprego, os trabalhadores informais, os desempregados, e assim por diante. Temos de inventar um sindicato capaz de organizar o conjunto dos trabalhadores (Singer, 1999, P. 44).

Observando a fragilidade dos trabalhadores volantes de Fernandópolis em relação ao movimento sindical, concordamos com Singer (1999) quando este defende que os sindicatos precisam repensar os seus papéis, visando representar não só os trabalhadores empregados, mas também os desempregados. Entretanto, quando se nota que o capital vem constantemente estabelecendo novos atores na dinâmica produtiva que aos poucos vai minando a capacidade de articulação e luta da classe trabalhadora, entende-se que a tarefa dos sindicatos é árdua<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> A dificuldade de mobilização sindical em Fernandópolis não se restringe aos trabalhadores assalariados rurais. Segundo o presidente do SERF, há dois anos foi instituído o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF), porém, na prática o sindicato ainda não funciona pois até o momento não foi registrado. De acordo com o informante, isso ocorre em função do desinteresse dos filiados, demonstrado na folha de recolhimento da contribuição. No momento, 45 filiados estão cumprindo com o pagamento corretamente. No entanto, 97 estão com a contribuição atrasada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procurou-se analisar as transformações impostas pelo processo de modernização da agricultura para as relações de trabalho e produção no Município de Fernandópolis.

A partir de 1960 a agricultura brasileira passou a integrar o projeto de industrialização do país. Incentivado pelas iniciativas por parte do Estado, através de políticas de fomento, entrou em vigor o processo de modernização da agricultura, vindo a consolidar-se, a partir da década de 1970, com o Complexo Agroindustrial (CAI) brasileiro.

Embora o processo de modernização da agricultura tenha sido intenso e dominante nas últimas décadas, este se materializou de maneira heterogênea e excludente priorizando regiões, produtores e produtos. Em termos regionais o Centro/Sul do país recebeu os maiores investimentos; quanto aos produtos cultivados, os maiores incentivos se destinaram àqueles voltados para a agroindústria e a exportação; e, finalmente, os grandes produtores sempre contaram com maiores facilidades para investir na sua produção, principalmente no que diz respeito ao acesso ao crédito agrícola.

Mesmo que tenha se caracterizado como seletivo, o processo de modernização da agricultura transcorreu e produziu grandes transformações na estrutura agrícola brasileira. Convém lembrar que a modernização da agricultura não se restringe à implantação de novas técnicas de produção como a utilização de máquinas, sementes híbridas, insumos e outros. Implicou também, entre outros aspectos, na montagem de uma nova estrutura de transportes, armazenagem e comercialização.

Contudo, uma das mais significativas características da modernização da agricultura brasileira se refere às transformações nas relações de trabalho e produção no campo. Reduziram-se os regimes de arrendamento, colonato e parceria, por um lado, e, por outro, expandiu-se a proletarização do trabalhador rural, ampliando a categoria dos trabalhadores volantes residentes em sua maior parte nas periferias das áreas urbanas.

Em Fernandópolis, essas transformações se materializaram, porém, num ritmo muito mais lento em relação a outros centros mais desenvolvidos da agricultura brasileira e paulista. Até o início da década de 1980, a agricultura do município não

apresentou alterações significativas na sua estrutura produtiva. Ficou dependente da pecuária extensiva e do cultivo de lavouras tradicionais como café, algodão, milho e arroz, além da laranja que já tinha sua área de cultivo expandida desde o início da década de 1970. São produtos que foram pouco expressivos em relação aos investimentos em novas técnicas de produção.

A partir do início da década de 1980 expande-se a lavoura canavieira em virtude da implantação da Destilaria Alcoeste S/A (1982). Paralelamente ao desenvolvimento da lavoura canavieira e outras ligadas ao ramo da fruticultura como laranja, banana e limão, começou a declinar a área ocupada com as lavouras de café, algodão e arroz. Desenvolveu-se assim, uma nova fase na agricultura local, marcada pela decadência das lavouras que predominaram no início da ocupação efetiva do município e a ascensão das culturas características da expansão capitalista no campo. Dessa forma, mesmo que tardiamente, caracteriza-se na agricultura local a substituição de produtos cultivados, uma das conseqüências do processo de modernização da agricultura brasileira.

No tocante às relações sociais de trabalho e produção, a agricultura de Fernandópolis acompanhou o padrão das transformações na agricultura brasileira e paulista. Ampliaram-se as relações tipicamente capitalistas, levando à perda de importância especialmente dos regimes de colonato e parceria. Fortaleceram-se o trabalho do proprietário (familiar) e a proletarização do trabalhador rural, sobressaindo-se o trabalho assalariado temporário, tendo no trabalhador volante o seu principal representante, embora deva se destacar que este já despontava na região desde a década de 1960.

Durante as décadas de 1970 e 1980 os trabalhadores volantes da Microregião Geográfica de Fernandópolis contavam com as lavouras de café e algodão como as principais empregadoras dessa mão-de-obra, tendo nas colheitas o momento de pico na absorção de trabalhadores. A partir de 1982, a lavoura canavieira foi, aos poucos, se transformando na mais importante fonte de emprego da mão-de-obra volante no campo. No entanto, a ocupação de grande contingente de trabalhadores se limita à época da safra, que tem um período de duração de aproximadamente seis meses, indo de maio a outubro.

A principal transformação no tocante ao emprego de mão-de-obra na lavoura canavieira foi a introdução do trabalho assalariado formal. Mesmo que temporariamente, o trabalhador conta com registro em carteira e a garantia dos

direitos que a legislação trabalhista lhe compete, fato que não ocorria quando os trabalhadores dependiam do emprego nas lavouras tradicionais.

Cabe realçar que na lavoura canavieira se fortaleceu ainda mais o regime de remuneração por tarefa. Esse sistema se transformou numa forma de superexploração da força de trabalho, estimulando o trabalhador não só a aumentar o seu esforço físico, como também a ampliar a sua jornada de trabalho elevando sua produtividade diária.

Em Fernandópolis, por um lado, muitos trabalhadores observam a lavoura canavieira como a melhor alternativa para conseguir um salário um pouco melhor, e, às vezes, até poupar uma pequena quantia que será muito importante durante a entressafra, quando as oportunidades de ocupação ficam reduzidas. Por outro, os empregadores contam com a massa trabalhadora disponível, um dos fatores que teriam contribuído para que o processo de mecanização do corte da cana fosse retardado, tendo se iniciado somente na safra 2001/2002. Neste sentido, há que levar em conta ainda que além de contar com grande disponibilidade de mão-de-obra volante o município nunca se caracterizou por grandes mobilizações desses trabalhadores, reivindicando conquistas para a categoria, o que facilita o controle do processo de trabalho por parte da classe patronal.

Entretanto, o processo de mecanização do corte da cana está em expansão e, de acordo com os produtores, na safra 2003/2004 poderá atingir em torno de 50,0% da área cultivada, o que significaria a dispensa de aproximadamente 400 trabalhadores. O avanço da mecanização é inevitável tendo como um fator relevante, segundo produtores de cana de Fernandópolis, o cumprimento às determinações da legislação ambiental relacionado à queima da cana. O corte manual sem a despalha se torna muito oneroso face à baixa produtividade do trabalhador, em função das dificuldades encontradas para a execução do trabalho. Assim, tendo que aumentar o valor da remuneração para o trabalho braçal, os produtores preferem investir no corte mecanizado, ficando o corte manual restrito às áreas em que a mecanização é limitada por algum fator, como a declividade do terreno, por exemplo.

A expansão do corte mecanizado na lavoura canavieira significa um futuro sombrio para a categoria dos trabalhadores volantes de Fernandópolis e os municípios circunvizinhos. Existem outras alternativas de trabalho nas safras de

laranja, banana, limão etc. Porém, são limitadas e não comportam o emprego de todo o contingente de desempregados da safra canavieira.

Nesse contexto, a fila dos desempregados tende a aumentar, contribuindo para agravar ainda mais o nível de vida desses trabalhadores que já é precário. A precariedade pode ser observada em sentido amplo. Tem sua origem nas condições de trabalho, em que o trabalhador não tem controle nem mesmo sobre a sua força de trabalho, tendo que oferecê-la a quem quiser contratá-la, sob pena de ser excluído das possibilidades de emprego. Contam com salários baixíssimos e intermitentes, já que somente uma pequena parcela (16,4% dos trabalhadores entrevistados) consegue trabalho durante todo o ano. Quanto aos direitos que a legislação trabalhista estabelece, esses só estão garantidos temporariamente, quando são contratados para as colheitas de cana e de laranja, sendo que nesta última, boa parte dos trabalhadores executa suas tarefas de maneira informal.

Com o salário recebido, as condições de sobrevivência não poderiam fugir da precariedade. Diante desse quadro, há que se pensar no poder de mobilização desses trabalhadores para que se consiga repensar alternativas que possam representar caminhos menos obscuros em relação ao futuro. Para tanto, o Sindicato representante da categoria, possui e deve desempenhar um papel de suma importância. No entanto, o distanciamento entre as bases sindicais e os trabalhadores as quais representam, está ganhando proporções cada vez mais amplas. É um dos sintomas do embate capital x trabalho em que o primeiro tem, através de várias estratégias, entre elas a mecanização do processo de produção, exercido o controle sobre o segundo de forma cada vez mais intensa.

Assim, o quadro sombrio que se apresenta exige da classe trabalhadora, além do seu esforço permanente para continuar sobrevivendo, um alerta contínuo, para que se possa encontrar soluções que amenizem os problemas enfrentados, estabelecendo condições para continuar se reproduzindo de forma mais digna.

É nesse contexto que se explica o desejo manifestado por 97,7% dos trabalhadores volantes entrevistados em receber um lote de terra para cultivar, caso houvesse uma reforma agrária que proporcionasse ao assentado condições viáveis para a produção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco J. da Costa. *Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas de trabalhadores assalariados rurais da região canavieira da região de Ribeirão Preto*. Campinas: Instituto de Economia/Universidade Estadual de Campinas, 1991 (Tese de Doutorado).

ALVES, Giovanni. *O novo e precário mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

BACCARIN, José Giácomo. *Os trabalhadores rurais volantes da região de Jaboticabal: crescimento, características e aspectos organizacionais*. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da USP, 1985 (Dissertação de Mestrado).

BIZELLI, Edimilson A. *Agentes e processos na urbanização do extremo oeste e a cidade de Fernandópolis*. São Paulo: PUC, 1998 (Tese de Doutorado).

BRAY, Sílvio Carlos. *A cultura da cana-de-açúcar no Vale do Paranapanema: um estudo de geografia agrária*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1980 (Tese de Doutorado).

CAMARGO, José Marangoni. *Tecnificação da cana-de-açúcar em São Paulo e sazonalidade da mão-de-obra*. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração, Departamento de Economia da USP, 1988 (Dissertação de Mestrado).

CARVALHAES, Eduardo. *Região de São José do Rio Preto já teve 180 milhões de pés de café*. In: *Caderno de Agronegócios do Jornal Diário da Região de São José do Rio Preto*, 12/01/2003.

CORREIA DA SILVA, Paulo R. *Dinâmica da economia capitalista: um estudo sobre a mecanização da colheita da cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto (SP) num contexto de desregulamentação*. São Carlos: Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia da UFSC, 1999 (Tese de Doutorado).

DELGADO, Guilherme C. *Capital e política agrária no Brasil: 1930 – 1980*. In: SZMRECSÁNYI, T. & SUZIGAN, W. (Orgs.) *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 209 – 226.

DELGADO, Guilherme C. da. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 - 1985*. Campinas: ICONE, UNICAMP, 1985.

FERREIRA, Enéas Rente & Bray, Sílvio Carlos. *As influências do Pro-Álcool e do Pro-Oeste nas transformações das áreas canavieiras do Estado de São Paulo*. *Geografia*, Rio Claro, v. 9, nº 17 – 18, p. 101 – 113, out. 1984.



FERREIRA, Eneas Rente. *A formação da região canavieira de Araraquara: o papel do Estado e das agroindústrias de açúcar e do álcool no processo de organização do espaço*. Rio Claro: IGCE/UNESP, 1987 (Dissertação de Mestrado).

FIGUEIRA, Osmar. *Região de São José do Rio Preto já teve 180 milhões de pés de café*. In: *Caderno de Agronegócios do Jornal Diário da Região de São José do Rio Preto*, 12/01/2003.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). *Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1980, 1985, e 1995/96*. Rio de Janeiro: FIBGE.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). *Produção Agrícola Municipal de 2000 e 2001*.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960 – 1980*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 141 – 225.

GONZALES, Elbio N. e BASTOS, Maria I. *O trabalho volante na agricultura brasileira*. In: PINSK, J. (Org.) *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1977. p. 25 – 45.

GRAZIANO DA SILVA, J. & GASQUES, J. G. *Diagnóstico inicial do volante em São Paulo*. In: Departamento de Economia Rural – F C A de Botucatu. (Org) *A mão-de-obra volante na agricultura*. São Paulo: CNPq/UNESP/Polis, 1982. p. 85 – 125.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

GUIMARÃES, Luis S. P., INOCENCIO, N. R. e BRITO, S. R. A propósito do trabalhador agrícola volante no Brasil. *Reforma Agrária*. Revista da ABRA. Ano 15, n. 4, janeiro/março – 1986. p.12 – 14.

HESPAÑHOL, Antonio Nivaldo. Políticas públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. *Faz ciência*. Francisco Beltrão, FACIBEL, v. 1 n. 1, 1997, p. 38-49.

HESPAÑHOL, Antonio Nivaldo. *Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da região de Andradina – SP*. Rio Claro: IGCE/UNESP, 1996 (Tese de Doutorado).

Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo – LUPA – de 1997.

LOCATEL, Celso D. *O desenvolvimento da fruticultura paulista e a dinâmica agrícola na região de Jales – SP*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2000 (Dissertação de Mestrado).

MARTINE, G. & ARIAS, A. R. *Modernização e emprego no campo*. In: MARTINE G. & GARCIA, Ronaldo. C. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987. P. 45 – 58.

MARTINE, G. & BESKOW, P. R. *O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola*. In: MARTINE G. & GARCIA, Ronaldo. C. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987. P. 19 - 39.

MARTINE, George. *Efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola no Brasil*. In: MARTINE G. & GARCIA, Ronaldo. C. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987. p. 09 – 15.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1998 (7ª edição).

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MELO, Maria Conceição D' Incao e. *O bóia fria: acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes, 1975.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.

MONTEIRO, Ana V. Vieira Martins. *O processo de reprodução capitalista na agricultura da Alta Sorocabana: a implantação de destilarias e a mudança das relações de trabalho*. Rio Claro: IGCE/UNESP 1992 (Dissertação de Mestrado).

MOREIRA, Ruy. *A formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec/Educ, 1989.

PESSOTA, Amadeu, J. et al. *Fernandópolis nossa terra, nossa gente*. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SGRECCIA, Alex. *Sindicalização do trabalhador rural - Escola Sindical*. *Debate & Reflexões*, nº 9,dez. 2002. p. 29 – 59.

SILVA, José Gomes da. & RODRIGUES, Vera L. G. S. *A problemática do “bóia-fria”: uma revisão bibliográfica*. In: Departamento de Economia Rural – F C A de Botucatu. (Org.) *A mão-de-obra volante na agricultura*. São Paulo: CNPq/UNESP/Polis, 1982. p. 57 – 76.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

Sindicato dos Empregados Rurais de Fernandópolis – SP. *Acordo Coletivo de Trabalho para o Setor Canavieiro, Safra 2002/2003*.

SINGER, Paul. *A crise das relações de trabalho*. In: NABUCO, Maria R., CARVALHO NETO, Antônio. *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: Instituto de Relações de Trabalho, 1999.

SINGER, Paul. *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1977 (Coleção Estudos Brasileiros nº 7).

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2000.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SZMRECSÁNYI, T. e RAMOS, P. *O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira*. In: SZMRECSÁNYI T. e SUZIGAN, W. (Orgs.) *História econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 227 – 249.

THOMAZ Jr, Antonio. *Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Annablume, 2002.

VEIGA FILHO, Alceu de A. *Mecanização da colheita da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo: uma fronteira de modernização tecnológica da lavoura*. Campinas: Instituto de Geociências da UNICAMP, 1998 (Dissertação de Mestrado).

VEIGA, José E. R. et al. Trabalho volante, mudanças à vista. *apud* VICENTE, Maria C. M. Trabalho volante: a evolução de uma categoria. *Informações Econômicas*. São Paulo, v.29, n.2, 1999. p. 31 – 51.

VICENTE, M. C. M. et al. Ocupação e emprego na agricultura paulista: análise dos resultados de diferentes fontes de levantamento, 1995-96. *Informações Econômicas*. São Paulo, v.29, n.5, 1999. p. 07 – 18.

VICENTE, Maria C. M. et al. A exclusão dos trabalhadores na reestruturação e modernização da agricultura paulista. *Informações Econômicas*. São Paulo, v. 27, n.2, fev. 1997. p. 9 – 17.

VICENTE, Maria C. M. Trabalho volante: a evolução de uma categoria. *Informações Econômicas*. São Paulo, v.29, n.2, 1999. p. 31 – 51.

## **ANEXO I**

## ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM O ENGENHEIRO CHEFE DA DIRETORIA AGRÍCOLA REGIONAL DE FERNANDÓPOLIS

- 1 – Como a Casa da Agricultura de Fernandópolis tem atuado no fomento da agricultura local?
- 2 – Que tipo de proprietários mais têm procurado a Casa da Agricultura?
- 3 – Como os agricultores têm recebido as possíveis contribuições dos agrônomos?
- 4 – A Casa da Agricultura tem realizado projetos que possam contribuir para incentivar e auxiliar a prática agrícola no município e conseqüentemente contribuir com a melhoria do nível de vida do agricultor?
- 5 – Quais foram as maiores alterações ocorridas na agropecuária do Município de Fernandópolis, a partir de 1970?
- 6 – Quais são os maiores problemas agropecuários na região?
- 7 – Quais seriam as principais causas do esvaziamento populacional do campo no Município de Fernandópolis?
- 8 – Qual é a sua opinião a respeito da agropecuária regional e a oferta de emprego no setor, diante das inovações presentes, como a mecanização da colheita da cana-de-açúcar, por exemplo?

## ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA JUNTO AO PRODUTOR RURAL

- 1 – Nome e idade do entrevistado.
- 2 – Escolaridade.
- 3 – Quando veio para a região?
- 4 – Nome da UPA – unidade produtiva - , bairro e município de localização.
- 5 – Área total da propriedade; área própria e área arrendada.
- 6 – Quando passou a ser fornecedor da Destilaria Alcoeste S/A? Por que isso ocorreu? O Proálcool influenciou?
- 7 – Qual é a relação contratual com a empresa? Sempre foi da mesma forma ou ocorreram alterações?
- 8 – A área de cultivo aumentou ou diminuiu? Por quê?
- 9 – Produzir cana atualmente é um bom negócio? Têm planos para aumentar a produção?
- 10 – Em relação às novas tecnologias, existe apoio técnico aos produtores da empresa? Quais as principais inovações implantadas?
- 11 – Quanto à colheita, há pretensões de implantar a mecanização? A partir de quando e por quê?
- 12 – Em relação à mão-de-obra agrícola:
  - a) Qual o número de trabalhadores utilizados na safra e na entressafra?
  - b) Qual a origem dos trabalhadores?
  - c) Qual é relação contratual e como se dá a remuneração? Quais são os valores?
  - d) A empresa emprega menores de idade?
- 13 – Se questiona a produção de cana em relação à questão ambiental. Qual a sua opinião sobre o assunto?
- 14 – Na sua opinião, quais foram as principais transformações provocadas a partir da implantação da Alcoeste, para a economia do município de Fernandópolis?

Obs.: Entrevista realizada no segundo semestre de 2001. No período ainda não havia a colheita mecanizada na lavoura canavieira de Fernandópolis. Porém, na safra 2001/2002 o Grupo Arakaki, maior acionista da Destilaria Alcoeste S/A e maior produtor de cana para a mesma, adquiriu duas colheitadeiras e iniciou o corte mecanizado.

## ROTEIRO DE ENTREVISTA JUNTO AOS EMPREITEIROS

- 1 – Nome:..... idade:.....
- 2 – Há quanto tempo está nessa atividade?
- 3 – Com quantas pessoas costuma arregimentar?
- 4 – Quais os critérios adotados para a contratação de mão-de-obra?
- 5 – Como tem trabalhado com a questão do registro em carteira?
- 6 – Como é o seu relacionamento com os produtores agrícolas empregadores de mão-de-obra na região?
- 7 – Quais os maiores problemas encontrados pelos empreiteiros do trabalho agrícola atualmente?
- 8 – Quais são as perspectivas para o mercado de trabalho na agricultura do Município de Fernandópolis e região?
- 9 – Gostaria de mudar de profissão? Se sim, por quê?



## ROTEIRO DE ENTREVISTA JUNTO AO SINDICATO DOS EMPREGADOS ASSALARIADOS RURAIS DE FERNANDÓPOLIS

- 1 - Qual o número de trabalhadores sindicalizados na base regional?
- 2 – Quais as lavouras que mais empregam na região e quais os meses que em que é contratado o maior contingente de trabalhadores?
- 3 – Quais os principais problemas vividos pelos trabalhadores da região e o que o sindicato tem feito para resolvê-los?
- 4 – Como as transformações ocorridas nos últimos anos na agricultura brasileira têm afetado os trabalhadores em relação à oferta de emprego?
- 5 – O que representa para os trabalhadores e o sindicato, as diversas formas de contratação da mão-de-obra, entre elas as cooperativas de trabalhadores?
- 6 – Nos últimos anos qual é a posição dos trabalhadores em relação à sindicalização?
- 7 – Caso o sindicato tenha que interferir para a resolução de alguma questão pertinente ao conjunto dos trabalhadores rurais, quais seriam as possibilidades de mobilização da categoria?
- 8 – Como está a relação entre os trabalhadores volantes e o sindicato dos trabalhadores rurais?

## **ANEXO II**

## QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS TRABALHADORES VOLANTES

## 1 – DADOS PESSOAIS

Nome:.....

a) Endereço.....( ) não sabe

b) Naturalidade..... c. ( ) U.F.....

d) Zona: ( ) Rural ( ) Urbana

1 – Idade: a) ( ) 10 a 14 anos b) ( ) 15 a 19 c) ( ) 20 a 29  
d) ( ) 30 a 39 e) ( ) 40 a 49 d) ( ) 50 a 64 f) ( ) 65 e mais

2 – Escolaridade: a) ( ) analfabeto b) ( ) sabe ler e escrever c) ( ) 1ª a 4ª série do ens. fund. d) ( ) 5ª a 8ª série do ens. fund. e) ( ) 1ª a 3ª série do ens. médio f) ( ) outros.

3 – Ainda estuda; a. ( ) Sim b.( ) não  
1. ( ) Parei porque os horários não batem e o cansaço é muito  
2. ( ) Outros.....  
c. ( ) não se aplica4 – Estado Civil: a. ( ) solteiro b. ( ) casado c. ( ) viúvo  
d. ( ) amasiado e. ( ) desquitado f. ( ) separado5 – Quantos filhos tem: a. ( ) 1 a 2 b. ( ) 3 a 5 c. ( ) 6 a 8  
d ( ) 9 a 11 e. ( ) outros g. ( ) não se aplica6 – Quais desses documentos você tem:  
a. ( ) certidão de nascimento b. ( ) identidade c. ( ) Título de Eleitor  
d. ( ) Cic e. ( ) Carteira de Trabalho

## 2 – ORIGEM DO TRABALHADOR

7 – Qual a origem de seu pai?  
Cidade..... a. UF.....  
b. Zona: 1. ( ) rural 2. ( ) urbana 3. ( ) não sabe8 – Qual a origem de sua mãe?  
Cidade:..... a. UF.....  
b. Zona: 1. ( ) rural 2. ( ) urbana 3. ( ) não sabe9 – Seus pais tinham terra? Se sim, quantos alqueires?  
a. ( ) sim 1. ( ) até 5 al 2. ( ) de 5 a 10 al 3. ( ) de 10 a 20 al  
4. ( ) de 20 a 30 5. ( ) outros  
b. ( ) não10 – Quantos filhos seus pais tiveram?  
a. ( ) 1 a 2 b. ( ) 3 a 5 c. ( ) 6 a 8 d. ( ) 9 a 11 e. ( ) outros

- 11 – Destes filhos dos seus pais quantos são bóias-frias hoje?  
 a. ( ) 1 a 2   b. ( ) 3 a 5   c. ( ) 6 a 8   d. ( ) 9 a 10   e. ( ) 11 a 12   f. ( ) todos
- 12 – Desde quando você trabalha como bóia-fria?  
 a. ( ) há menos de 1 ano   b. ( ) 1 ano a 3 anos   c. ( ) de 4 a 7 anos  
 d. ( ) de 8 a 12 anos   e. ( ) de 13 a 15 anos   f. ( ) outros
- 13 – Você viveu no campo antes de morar na cidade? Se sim, quantos anos?  
 a. ( ) sim   1. ( ) + ou – 1 ano   2. ( ) de 1 a 3 anos   3. ( ) de 3 a 5 anos  
 4. ( ) de 5 a 10 anos   5. ( ) de 10 a 15 anos   6. ( ) outros  
 b. ( ) não
- 14 – Quando viveu no campo, a terra em que trabalhava era:  
 a. ( ) própria (quantos alqueires)   1. ( ) até 5   2. ( ) de 5 a 10  
 3. ( ) de 10 a 20   4. ( ) outros  
 b. ( ) do patrão   c. ( ) não se aplica
- 15 – Se tinha terra, que fim levou ela?  
 a. ( ) foi vendida   1. ( ) para pagar dívidas  
 2. ( ) a produção não estava dando para sobreviver  
 3. ( ) outros.....  
 b. ( ) outros  
 c. ( ) não se aplica
- 16 – Quando viveu no campo trabalhava como:  
 a. ( ) proprietário   b. ( ) arrendatário   c. ( ) parceiro  
 d. ( ) diarista   e. ( ) mensalista   f. ( ) retireiro (serviço com gado)  
 g. ( ) não se aplica   h. ( ) outros
- 17 – Quando morou no campo, em quantos lugares diferentes morou?  
 a. ( ) 1 a 3 lugares   b. ( ) de 3 a 5 lugares   c. ( ) de 5 a 8 lugares  
 d. ( ) outros.....   e. ( ) não se aplica
- 18 – Quando morava no campo o patrão dava algum pedaço de terra para você plantar de graça?  
 a. ( ) sim   b. ( ) não   c. ( ) às vezes   d. ( ) Não se aplica
- 19 – Quais eram as vantagens de morar no campo?  
 a. ( ) ter participação naquilo que produzia  
 b. ( ) plantar e criar aquilo que quisesse com fatura  
 c. ( ) fazer o próprio horário de trabalho e não ter fiscal no pé  
 d. ( ) a proximidade entre a casa e o local de trabalho  
 e. ( ) os mutirões e as rezas entre as famílias.  
 f. ( ) outras  
 g. ( ) não se aplica

- 20 – Quais eram as desvantagens de morar no campo?
- o difícil acesso aos recursos (saúde, educação, etc)
  - a distância da cidade para fazer compras, vender algum produto, ir ao banco, etc.
  - a falta de energia elétrica ( luz,tv, geladeira, etc.)
  - outras
  - não se aplica
- 21 – Quais as maiores vantagens de morar na cidade?
- maior acesso aos recursos (saúde, educação,etc)
  - fácil acesso à energia elétrica (luz, tv, geladeira,etc) e água encanada
  - proximidade ao mercado e dos serviços da cidade (diversões lazer, etc)
  - maior mercado de trabalho (possibilidade de arrumar emprego) sem ser de roça
  - mais oportunidades e melhoria de vida
  - outras
- 22 – Quais as maiores desvantagens de morar na cidade?
- o desemprego
  - falta de moradia
  - a violência
  - a dificuldade para educar os filhos
  - não ter onde plantar e criar animais
  - outros
- 23 – Por que você acha que os fazendeiros não quiseram mais tanta gente trabalhando e morando nas fazendas, como havia antes?
- por causa das novas leis trazidas pelo sindicato
  - porque eles queriam cultivar com máquinas
  - porque eles queriam criar bois, pois não precisam de muita gente trabalhando
  - outras

### 3. AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

- 24 – Onde você trabalha atualmente?
- no município de Fernandópolis
  - em outro município. (qual?) .....
- 25 – Qual a distância aproximada de Fernandópolis e o local de trabalho?
- até 5 km
  - entre 5 e 20 km
  - entre 20 e 50 km
  - entre 50 e 90 km
  - outros
  - já fico no trabalho
- 26 – Qual o tempo que gasta para ir de Fernandópolis ao local de trabalho?
- até 30 minutos
  - entre 30 min. e 1 hora
  - entre 1h e 1:30h
  - entre 1:30h e 2:00h
  - entre 2 e 3h
  - outros
- 27 – Quanto à condução para ir ao trabalho você costuma ir:
- a pé
  - a cavalo
  - de bicicleta
  - de caminhão
  - de ônibus
  - outros





- 50 – Já fez greve para melhorar o salário ou as condições de trabalho?  
a. ( ) sim                                  b. ( ) não
- 51 – Se já fez greve, quem a liderou?  
a. ( ) o sindicato (o nome).....  
b. ( ) os próprios trabalhadores  
c. ( ) outros.....
- 52 – A greve, se houve, atingiu os objetivos?  
a. ( ) sim                                  b. ( ) não                                  c. ( ) em parte  
d. se for a, b ou c, explicar os motivos.....  
e. ( ) não se aplica
- 53 – Você é filiado a algum sindicato atualmente? Se sim, diga o nome e o que o sindicato tem feito pelos bóias-frias:  
a. ( ) sim (o nome do sindicato).....  
    1. ( ) o sindicato não tem feito nada  
    2. ( ) o sindicato dá assistência de médico e dentista  
    3. ( ) o sindicato tem lutado por melhores condições de salário e de trabalho  
    4. ( ) outros  
b. ( ) não
- 54 – Você já saiu ou sai de Fernandópolis para trabalhar em outras regiões, tendo que ficar por lá algum tempo? Se sim diga qual é o motivo?  
a. ( ) sim      1. ( ) quando falta serviço em Fernandópolis  
                  2. ( ) vou procurar um servi'co melhor onde a gente ganha mais  
                  3. ( ) atualmente inclusive estou trabalhando fora  
c. ( ) não
- 55 – Se já saiu para outras regiões, quanto tempo costuma ficar trabalhando lá?  
a. ( ) alguns dias                          b. ( ) até 1 mês                          c. ( ) até dois meses  
d. ( ) até 3 meses   e. ( ) até 4 meses   f. ( ) outros.....   g. ( ) não se aplica
- 56 – No tempo em que não tem serviço na lavoura, você trabalha em:  
a. ( ) construção civil (servente,etc)   b. ( ) retireiro   c. ( ) vendedor ambulante  
d. ( ) como doméstica (mulher)       e. ( ) outros.....
- 57 – Junto com seu trabalho de bóia-fria, você tem outra ocupação, seja ou não na agricultura, para ajudar no orçamento (vendas ambulantes, plantar alguma coisa para vender, etc.)?  
a. ( ) sim (quais ocupações?).....  
b. ( ) não
- 58 – Tem na família alguma criança ou adolescente que trabalha como bóia- fria ou em outro serviço para ajudar no sustento da casa?  
a. ( ) sim   1. ( ) como bóia-fria   2. ( ) em outro serviço (qual?).....  
b. ( ) não





- 68 – Quantas pessoas da família esse orçamento sustenta por mês?  
 a. ( ) 1 a 2 pessoas    b. ( ) 3 a 4 pessoas    c. ( ) 5 a 6 pessoas    d. ( ) 7 a 8 pessoas  
 e. ( ) 9 a 10 pessoas    f. ( ) 11 a 12 pessoas    g. ( ) 13 a 14 pessoas  
 h. ( ) outros...
- 69 – Já ocorreu de ficar com o pagamento atrasado?  
 a. ( ) sim (quanto tempo?)    1. ( ) 1 a 2 meses    2. ( ) de 2 a 3 meses    3. ( ) outros...  
 b. ( ) não
- 70 – Considerando a variação da oferta de trabalho durante o ano, quantos meses durante o ano você fica sem trabalho?  
 a. ( ) de 1 a 2 meses    b. ( ) de 2 a 3 meses    c. ( ) de 3 a 4 meses  
 d. ( ) de 4 a 5 meses    e. ( ) de 5 a 6 meses    f. ( ) outros.....
- 71 – Durante o tempo que você fica sem trabalho como garante o sustento da família?  
 a. ( ) através de alguma diária de serviço que aparece.  
 b. ( ) Com o salário da esposa (quanto?) .....  
 c. ( ) com pensão ou aposentadoria de pessoa da família  
 d. ( ) com o auxílio da prefeitura (cesta básica, etc.)  
 e. ( ) outros.....
- 72 – Você consegue guardar algum dinheiro no banco (poupança)? Se sim, quanto do salário em média?  
 a. ( ) sim    1. ( ) 5 a 10%    2. ( ) 10 a 20%    3. ( ) outros  
 b. ( ) não

## 5 – CONDIÇÕES DE VIDA, SAÚDE E MORADIA

- 73 – A casa em que mora é:  
 a. ( ) própria    b. ( ) alugada    c. ( ) financiada    d. ( ) de parentes  
 e. ( ) outros.....
- 74 – Se a casa é alugada ou financiada, qual a porcentagem do rendimento familiar é gasto com a prestação?  
 a. ( ) 20%    b. ( ) 30%    c. ( ) 40%    d. ( ) estou inadimplente (sem pagar)  
 e. ( ) outros    f. ( ) não se aplica
- 75 – Se você está inadimplente, quantos meses está em atraso?  
 a. ( ) 1 a 2 meses    b. ( ) 3 a 4    c. ( ) 5 a 7    d. ( ) outros  
 e. ( ) não se aplica
- 76 – Qual o motivo de você estar inadimplente?  
 a. ( ) O valor da prestação é muito alto  
 b. ( ) outros.....  
 c. ( ) não se aplica



- 88 – Quais eletro domésticos existem em sua casa?  
a. ( ) TV    b. ( ) rádio    c. ( ) geladeira    d. ( ) vídeo cassete  
e. ( ) liquidificador    f. ( ) tanquinho (lavar roupa)    g. ( ) outros
- 89 – Você tem algum veículo?  
a. ( ) sim    1. ( ) carro    2. ( ) moto    3. ( ) outros    4. ( ) ano.....  
b. ( ) não
- 90 – Tem telefone em sua casa?  
a. ( ) sim    b. ( ) não
- 91 – Sua casa é servida de rede de água?  
a. ( ) sim  
b. ( ) não    1. ( ) usamos água de poço    2. ( ) usamos água do vizinho  
3. ( ) outros
- 92 - Sua casa é servida por rede de luz?  
a. ( ) sim  
b. ( ) não    1. ( ) usamos vela ou lamparina    2. ( ) outros
- 93 – Sua casa é servida por banheiro com chuveiro elétrico?  
a. ( ) sim  
b. ( ) não    1. ( ) tomo banho de bacia    2. ( ) outros
- 94 – Sua casa é servida por banheiro com rede de esgoto?  
a. ( ) sim  
b. ( ) não    1. ( ) usamos fossa negra    2. ( ) usamos privada (casinha)  
3. ( ) outros
- 95 – Que tipo de ajuda importante a prefeitura do município oferece aos bóias-frias?  
a. ( ) ajuda com cesta básica aos mais carentes  
b. ( ) ajuda com remédios e com ambulância para socorros de urgência  
c. ( ) doa leite às crianças de famílias mais pobres  
d. ( ) ajuda a construir a casa própria (doa material e/ou mão-de-obra  
e. ( ) outros.....
- 96 – Se você tem idade para se aposentar ( 55 anos a mulher, 65 anos o homem), já conseguiu se aposentar? Se não conseguiu, por quê?  
a. ( ) Sim, já sou aposentado(a)    1. ( ) continuo trabalhando, pois o salário não dá para sobreviver  
2. ( ) outros.....  
b. ( ) não    1. ( ) não sei dar entrada nos papéis  
2. ( ) já dei entrada (há quanto tempo) ....., mas ainda não tive resposta  
3. ( ) porque não tenho tempo de trabalho com registro  
4. ( ) outros  
c. ( ) não se aplica

## 6 – EDUCAÇÃO INFORMAÇÃO E LAZER

97 – Quantos filhos em idade escolar você tem estudando?

- a. ( ) 1    b. ( ) 2    c. ( ) 3    d. ( ) 4    e ( ) outros..... f. ( ) não se aplica

98 – Tem algum filho em idade de estudar e que não estuda? Se sim, quantos são?

- a. ( ) sim    1. ( ) 1 criança    2. ( ) 2 crianças    3. ( ) outros  
b. ( ) não  
d. ( ) não se aplica

99 – Por que tem idade de estudar e não estuda(m)?

- a. ( ) porque precisa trabalhar, o horário não bate, além de chegar cansado  
b. ( ) porque não temos dinheiro para material escolar, roupa, etc.  
c. ( ) porque não gosta(m) de estudar mesmo  
d. ( ) outros  
e. ( ) não se aplica

100 – Quanto à escolaridade de seu(s) filho(s), até que grau ele(s) costuma(m) estudar?

- a. ( ) ens. fund. incompleto    b. ( ) ens. fund. completo    c. ( ) ens. médio incompleto  
d. ( ) ens. médio completo    e. ( ) outros.....  
h. ( ) não se aplica

101 – Como é adquirido o material escolar de se(s) filho(s)?

- a. ( ) eu mesmo compro    b. ( ) peço ajuda à prefeitura    c. ( ) a escola (governo) doa  
d. ( ) outros.....

102 – Quais os principais meios que costuma utilizar para buscar informações?

- a. ( ) TV    b. ( ) rádio    c. ( ) ler jornal    d. ( ) livros  
e. ( ) amigos    f. ( ) Igreja    g. ( ) outros

103 – O que gosta de fazer quando está nas horas de folga ou quando está sem trabalho?

- a. ( ) descansar e fazer concertos em casa    b. ( ) pescar ou procurar alguma fruta pela redondeza  
c. ( ) ir ao boteco, ir visitar um amigo  
d. ( ) jogar futebol, baralho, etc.    e. ( ) outros

104 – A quais festas ou diversões costuma ir com sua família ou com amigos?

- a. ( ) de aniversário (família, amigos, etc)    b. ( ) quermesses da Igreja ou outras  
c. ( ) de aniversário da cidade    d. ( ) de rodeio no município  
e. ( ) raramente vou à festas    f. ( ) outros.....

105 – Existe em seu algum local apropriado para a prática do lazer?

- a. ( ) sim    1. ( ) um campinho de futebol feito pele prefeitura  
2. ( ) um campinho de futebol improvisado pela rapaziada  
3. ( ) um ginásio com quadra esportiva coberta  
4. ( ) outros.....  
b. ( ) não

